The background features two stylized phoenixes. The upper phoenix is rendered in vibrant red and orange, with its wings spread wide against a black sky filled with white stars. The lower phoenix is a solid cyan color, also with wings spread, set against a dark blue background with a subtle, grainy texture. The overall composition is symmetrical and visually striking.

Caderno

Emília

00

n.º

Venha conhecer o site da Emília e junte-se à nossa Comunidade!

Uma comunidade que defende o direito à leitura, que promove a reflexão, a troca de ideias, a produção e difusão de conhecimento.

emilia.org.br/comunidade-emilia

Sumário

- 2 Quem é quem neste número
- 6 Editorial
- 10 Entrevista Bel Santos
Coletivo Encrespades
- 38 Carta aos leitores que vão nascer
Jorge Larrosa
- 68 Autoridade
Yann-Hervé Martin
- 96 Wander Piroli: a vida primeiro
Carolina Fedatto
- 102 Contos
Wander Piroli
- 112 A imagem é viagem que leva para dentro no traço de Angelo Abu
Ana Carolina Carvalho
- 118 Afinal, o que pode a literatura
Diana Navas
- 138 Quando a biblioteca escolar se transforma em biblioteca escolar
Cecilia Bajour
- 152 Pode o subalterno falar?
Literatura latino-americana na era pós-colonial
Sara Bertrand

Quem é quem neste número



Angelo Abu nasceu em 1974 em Belo Horizonte, Minas Gerais, e passou boa parte da infância em Porto Seguro, Bahia. É graduado em Cinema de Animação pela Faculdade de Belas Artes da UFMG e começou a ilustrar profissionalmente em 1995, ao participar de uma oficina no Festival de Inverno de Ouro Preto. Desde então, já publicou diversos livros, como ilustrador e autor.



Ana Carolina Carvalho é mestre em Educação e psicóloga. É formadora de educadores desde 2006 e trabalhou em inúmeros projetos junto a redes públicas, pelo Instituto Avisa Lá, Comunidade Educativa CEDAC e Museu da Pessoa. Faz parte do Instituto Emília, é colaboradora na editora Peirópolis e assessora na área de leitura para escolas particulares e editoras. É coautora do livro *Ler antes de saber ler, oito mitos escolares sobre a leitura literária* (Editora Pandabooks).



Bel Santos Mayer é educadora social e ativista da causa do livro, literaturas e bibliotecas. Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Turismo (EACH/USP), coordena o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário (IBEAC) e é cogestora da Rede LiteraSampa. Recebeu vários prêmios: Retratos da Leitura no Brasil (2018); Estado de São Paulo para as Artes (2019); 67° Prêmio APCA – Associação Paulista de Críticos de Artes na categoria Difusão de Literatura Brasileira; Prêmio Pessoa Inspiradora (2021) da Associação Paulista de Fundações.





Carolina Fedatto é doutora em Linguística pela Unicamp e especialista em Livro para a infância pela A Casa Tombada. Oferece formações em Literatura para crianças e jovens pela Cria Coletiva e atua na coordenação e na equipe editorial do Instituto Emília. Foi a curadora da exposição literária *Wander Pirolí: Inventor do que existe*, em visitação de agosto a outubro de 2022 na Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais como parte da programação do Festival Minas no Plural Literária.



Cecilia Bajour é formada em Letras pela Universidade de Buenos Aires e mestra em Livros e Literatura para Crianças e Jovens pela Universitat Autònoma de Barcelona. Atualmente é professora titular da disciplina de Literatura Infantil e Juvenil para os Professores Universitários de Letras da Universidade Nacional de San Martín, instituição em que também faz parte da equipe de professores de especialização em literatura infantil e juvenil.



Coletivo Encrespades

desenvolve formação de professores e jovens para disseminar uma educação antirracista e o debate das políticas públicas voltadas para a periferia. Por meio da articulação das juventudes, seu trabalho junto aos jovens busca promover o sentimento de protagonismo e liderança.

CENSOS ILUSTRADOS, DESENHOS DE ABU DE PERSONAGENS DO MUNDO, AINDA POR PUBLICAR





Diana Navas possui pós-doutorado na Universidade de Aveiro (Portugal) e doutorado em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Atua como professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). É autora de livros relacionados à área de Literatura Portuguesa, como *Narcisismo discursivo e metaficção*, *e figurações da Escrita*, além de vários textos destinados à literatura infantil e juvenil.



Jorge Larrosa é professor de Filosofia da Educação na Universidade de Barcelona. Graduado em Pedagogia e Filosofia, doutor em Pedagogia, realizou pós-doutorado no Instituto de Educação da Universidade de Londres e no Centro Michel Foucault da Sorbonne, em Paris. Autor de *A experiência da leitura. Estudos sobre literatura e formação*, *Pedagogia Profana*, *Ensaaios sobre linguagem, subjetividade e educação*, *Entre linguagens*, *Linguagem e educação depois de Babel*, entre outros. Organizou o projeto *Elogio da escola*, editado em 2017.





Sara Bertrand estudou História e Jornalismo na Universidad Católica de Chile, na qual ministra o curso *Apreciación estética de los libros juveniles*. Escreve para a Fundación La Fuente e dá oficinas para o Laboratório Emília. GANHOU o New Horizons Bologna Ragazzi Award 2017, com o livro *La mujer de la guarda* (Babel, 2016) e foi nomeada para a White Ravens 2017 por *No se lo coma* (Hueders, 2016) e para o Banco del libro 2016 por *Cuando los peces se fueron volando* (Tragaluz, 2015). Foi traduzida para o português, o francês, o catalão e o italiano. Sua última obra publicada no Brasil é *A memória do bosque* (Selo Emília/Solisluna, 2022).



Wander Pirolí (1931-2006) foi um importante jornalista e escritor mineiro. Trabalhou como editor em diversos jornais de Belo Horizonte, sempre engajado com os leitores e comprometido com a apuração das notícias. Levou a literatura lado a lado com o jornalismo. Foi vencedor de diversos prêmios de contos no início da carreira e do Jabuti de 1977 por um livro infanto-juvenil. Escreveu para crianças, jovens e adultos sempre com concisão, emoção e realismo.



Yann-Hervé Martin é Inspetor Pedagógico Regional de Filosofia (IA-IPR) das academias de Nancy-Metz, Strasbourg e Besançon, na França. Autor de diversos livros, entre os quais *L'Ange au sourire* (Les Nouveaux Auteurs, 2008), *Meurtres sur échiquier* (Les Nouveaux Auteurs, 2011) e *La saveur de la vie ou la grâce d'exister* (Salvator, 2012) e recentemente publicou *La fragilité assumée. Cinq méditations sur la précarité des choses* (Salvator, 2020).





Editorial

O *Caderno Emília 8* fecha este ano de 2022 com a possibilidade de olhar novamente para um horizonte de possibilidades. E, como sempre, as conexões estão no ar para quem estiver atento. Daí esta capa incrível, fruto da arte de Angelo Abu e do bellissimo olhar estético de Mayumi Okuyama – responsável por toda a identidade visual do Instituto Emília. O galo tem um profundo significado simbólico: universalmente é um símbolo solar que anuncia o nascer do sol. No Oriente, ele simboliza a virtude da coragem e do bom augúrio, a bondade e a segurança. Galos vermelhos que materializam o novo nascer do sol e o bom augúrio!

E para fazer jus a este momento, *Caderno Emília 8*, abre com uma entrevista dos Encrespados com Bel Santos Mayer, uma conversa que destaca seu itinerário formativo, suas referências e as razões das escolhas que a transformaram em uma das referências e inspirações mais importantes, na atualidade, no campo da leitura e do trabalho comunitário.

Os homenageados desta edição são Wander Piroli, escritor e jornalista mineiro, falecido em 2006, de quem publicamos três micontos inéditos nesta edição. Recuperar a memória deste grande escritor é um dos nossos propósitos. As ilustrações são de Angelo Abu, ilustrador, também mineiro, que tem se destacado por seus traços fortes e por sua busca em retratar a diversidade de outros povos e continentes, como ilustrador e como autor.

Artigos de Jorge Larrosa, Yann-Hervé Martin, Diana Navas, Cecília Bajour e Sara Bertrand contribuem para uma profunda reflexão sobre leitura, formação de leitores, literatura, biblioteca escolar e pós-colonialismo. Esperamos que este material contribua para estimular e avançar na discussão sobre leitura e democracia e, assim, ampliar as possibilidades que os novos desafios vão exigir de todas e todos nós.

Boa leitura!

Dolores Prades
Dezembro 2022





Dos direitos humanos às bibliotecas comunitárias

COLETIVO ENCRESPADES

Na parceria com o Coletivo Encrespades, os Cadernos Emília ganham enraizamento no que há de mais representativo quando pensamos num Brasil do futuro antirracista, mais justo e igualitário: a juventude, a militância, a periferia, a leitura. A escolha das entrevistas publicadas até aqui – Fernanda Miranda, Paulo Nazareh, Cidinha da Silva e agora Bel Santos Mayer – são de uma enorme contribuição para nossas leitoras e leitores. Assim como as perguntas de uma sensibilidade e propriedade que se destacam nestes tempos de superficialidade e profundo relativismo.

A entrevista com Bel é mais que um presente, é a oportunidade de difundir uma das figuras mais emblemáticas e importantes na luta pela democratização do direito à literatura e na constituição de bibliotecas comunitárias.

Bel é grande amiga e parceira do Instituto Emília e seu primeiro livro, Parelheiros – Idas e vi(n)das, ler viajar e mover-se como uma biblioteca comunitária, engrandece o catálogo do Selo Emília & Editora Solisluna.

Só muito a agradecer aos Encrespades e a Bel.

Equipe Editorial

O Coletivo Encrespados entrevista Bel Santos Mayer:

BRUNO SOUZA – *Sua trajetória é marcada pela defesa dos direitos humanos e pela promoção da equidade racial. Conte para a gente um pouquinho do início da sua trajetória e de como a literatura chegou em sua vida.*

BEL SANTOS MAYER – Que pergunta! Posso ficar quantos minutos respondendo? Sou uma mulher de 55 anos, uma mulher preta de 55 anos, e a minha trajetória começa por volta dos 14 anos de idade. Estou dando esta entrevista aqui da casa do meu pai e da minha mãe, no Parque Santa Madalena, periferia leste de São Paulo, onde comecei a minha militância. Comecei a militar dentro das comunidades eclesiais de base, e lá conheci Valdênia Paulino, grande ativista dos direitos humanos que já ganhou muitos prêmios e foi muito perseguida no nosso país.

Começamos a nossa trajetória alfabetizando. A nossa ideia, da Valdênia, da Nalva, outra grande parceira, era alfabetizar os adultos que não tinham aprendido a ler. Qual foi a nossa surpresa? Estou falando do começo dos anos 1980, foi encontrar muitas crianças que não iam para a escola. A escola estava tão distante, não só fisicamente, mas também ideologicamente, pois parecia que era normal não ter registro de nascimento, não ir à escola... Algumas crianças não se matriculavam por isso, porque migravam para fugir de situações de violência, e aí chegavam aqui sem documento, e sem documento não se estudava. Foi, então, que a gente começou uma luta muito grande, que acabou desencadeando no país o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O início de toda minha trajetória, então, se deu na área da alfabetização, da defesa dos direitos humanos da criança. Quando o estatuto foi aprovado, pedimos para o padre Júlio Lancelotti que uma de nós fosse registrada – hoje vocês ouvem falar bastante do padre Júlio Lancelotti, ele foi a única pessoa que me deu um registro na carteira –, uma forma de reconhecer o nosso trabalho.

O padre Júlio me registrou para trabalhar no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e ali foi muito importante. Foi ali que se deu o nosso contato com as meninas que saíam de nosso bairro para se prostituir no centro da cidade; tínhamos uma casa, a casa das meninas, onde oferecíamos a elas a oportunidade de voltar e poder morar ali. Valdênia morava nessa casa com elas, para elas se reorganizarem e poder ter a casa delas e sair da prostituição. Foi aí também que começamos a criar cursos profissionalizantes para os jovens.

Mas você me perguntou como a literatura chega na minha vida... Em um determinado momento, começou o movimento negro jovens do Rio de Janeiro, que já estavam conectados aos *Cadernos Negros*.¹ Nos eventos antirracistas, eles declamavam poemas, de Solano Trindade, Oliveira Silveira, Miriam Alves, e esse é o meu primeiro contato com a poesia, com a poesia negra. Mas ainda não tinha entrado nesse lugar do quanto a literatura é potente na transformação das nossas vidas, da literatura como linguagem. Minha história vinha da defesa do texto legal, da luta pelos espaços, pela liberdade assistida para os jovens que eram privados de liberdade. Nesse contato com a literatura negra, do Cuti, da Conceição Evaristo, é que começo a conhecer todas essas pessoas e entendo que a literatura é um lugar para dizer o que a gente sente, para anunciar um mundo onde a gente quer viver.

MATHEUS THEODORE (THÉO) – *Quando falamos de literatura não podemos ignorar o fato de que, no Brasil, ler sempre foi visto como um privilégio de pessoas ricas, percepção usada recentemente como justificativa para tentar acabar com a isenção fiscal no mercado de livro, numa proposta de reforma tributária. Até onde é real e como você tem procurado transformar isso, Bel?*

BSM – A literatura ficou sempre nesse lugar da elite, tanto que, na minha geração, a gente cantava todos os hinos de cor, os professores gastavam um tempão ensinando a gente aprender o hino

1. Em 1978, um grupo de jovens negros e negras que produziam literatura reuniu-se no CECAN – Centro de Cultura e Arte Negra, em São Paulo, para criar uma publicação em que pudessem expor sua arte. Nasceram ali os *Cadernos Negros*. Disponível em: <tinyurl.com/Scz6nk78> (Acesso: 18 nov. 2022).

nacional, hino à bandeira, hino à independência... Ninguém investia tempo em nos aproximar da literatura, parecia que a literatura não era para os filhos dos trabalhadores. Fui educada no período da ditadura, um momento em que vigorava, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971, que previa apenas aprender a ler, escrever e ter uma profissão, tanto que minhas irmãs mais velhas aprenderam a bordar. A gente aprendia a pintar pano de prato, porque eles achavam que bastava a gente ler e escrever, ter uma profissão, e acabou — a literatura não era um lugar de profissão.

Esse projeto de lei, defendido sob o argumento de que só os ricos leem e que, por isso, era possível taxar os livros para conseguir arrecadar mais impostos, é um absurdo, um ataque moral à nossa insistência em ser leitores — nós, das bibliotecas comunitárias, nós, dos saraus, nós, dos *slams*. Esse foi um ataque subjetivo a nós: “Ah, porque vocês estão querendo ler? Onde já se viu os livros terem um custo que vocês podem pagar?” Porque, se é verdade que só os ricos leem, para eles tanto faz o valor de um livro. Se é verdade que o governo queria arrecadar impostos, porque não taxar as fortunas? Aliás, a melhor forma de arrecadar impostos é taxar as fortunas. Então, o que vimos nesse projeto de lei foi algo para nos desacreditar moralmente, para dizer: “Olha, quem vocês estão achando que são? Vamos aumentar o preço dos livros para que vocês não tenham condições de pagar”. Já é demais o que se gasta com educação, alimentação e transporte. Isso faz com que muitas pessoas abandonem o estudo, porque não sobra verba para comprar livros; taxá-los, assim, é nos deixar ainda mais longe desse nosso projeto de transformação por acesso aos livros e à leitura.

JONAS FIGUEIREDO — *Bel, muita gente admira e acompanha seu trabalho, muitas pessoas se espelham em você e se inspiram nas suas falas e ações. Sempre muito elogiada no meio social, você é referência para muitas pessoas. E as referências da Bel, quais são? Quem lhe inspirou a fazer esse projeto? Quais obras estavam no seu radar nesse processo?*

BSM — Obrigada Jonas, obrigada também, Théo pela pergunta anterior, obrigada por dizer que sou espelho, sou referência — nos dá até medo! Quem foram as pessoas que são meus espelhos? No começo da entrevista, falei um pouco sobre esses jovens negros, militantes dos movimentos negros, eram Agentes de Pastoral Negros (APN). A maior parte deles era um pessoal que pertencia ao que a gente chama hoje de coletivos. Eram formatos um pouco mais engessados, as pessoas procuravam as sedes para se encontrar — vocês, jovens, fazem isso acontecer hoje nas redes sociais. Embora hoje o espaço de encontro não seja tanto físico, sabemos da importância de ter um quilombo urbano como o que Érica Malunguinho criou.² Nas décadas de 1970 e de 1980, a gente também queria se encontrar, mas estava lutando contra a ditadura, então ocupávamos muito as ruas. Era um outro cenário, que quase a gente repetiu agora de novo.

Minhas referências, então, eram esses jovens militantes que estavam na rua, ou outros já adultos, como já falei aqui — o Cuti, por exemplo. A primeira vez que fui conversar com ele, parecia que meu coração ia sair pelo ouvido, morria de vergonha dele, porque eu lia tudo que ele escrevia. Quando o convidei para uma conversa e ele topou, eu não sabia o que fazer. Então, primeiro eu falei: “Cuti, eu não sei se tenho medo, respeito ou vergonha de você, não sei como me comportar aqui nesta mesa”, e aí ele pegou na minha mão e falou: “Para de bobagem, menina”, e virou meu amigo. Acho que isso me ajudou a falar com os jovens que conheci depois e com os quais convivi. Perder esse medo de se aproximar dos nossos, das nossas referências, dos nossos ídolos.

Tenho outros também, além do movimento negro. Paulo Freire é uma grande referência. Tive a felicidade de trabalhar na gestão dele quando foi secretário de educação em São Paulo, na gestão de Luiza Erundina. Ocupei um cargo técnico na Secretaria de Educação, então tive reuniões, encontros com ele. A primeira vez chorei, foi na PUC, e eu pedi: “Professor, posso beijar sua mão?”, acho isso muito bacana, ter pessoas que você gosta tanto, respeita

2. Referência ao *Aparelha Luzia*, centro cultural e quilombo urbano em São Paulo capital, localizado na Rua Apa, fundado em abril de 2016. Criado pela ativista, artista, educadora e deputada estadual Érica Malunguinho, seu projeto inicial era usar a casa, no bairro dos Campos Elíseos, como um ateliê, mas transformou o local num espaço de convivência e de circulação de artistas negros. Para conferir ver: <tinyurl.com/3s5v29j2> (Acesso: 18 nov. 2022).

tanto que você tem vontade de chorar quando encontra. Foi assim com Paulo Freire.

De alguns, nunca estive perto. Sempre ouvi muita música, as músicas foram muito importantes na minha formação.* Tenho todos os álbuns do Chico Buarque, estou esperando quem vai me colocar na frente dele para eu dizer “Oi, Chico!” – estou esperando isso acontecer.

As músicas também tiveram um lugar muito importante nas minhas referências. E sigo tendo muitas outras, felizmente muitas dessas pessoas estão vivas: Sueli Carneiro – Geledés, era sinônimo de movimento negro para nós. O Geledés era uma referência para nós, por tudo o que ele fez. Então, hoje, poder estar em um lugar que vai homenagear Sueli Carneiro como a grande intelectual, como a grande escritora do ano, como vai acontecer no Prêmio Jabuti dia 24 de novembro deste ano, é uma alegria. Ver que as minhas referências estão vivas.

GABRIEL LIMA – *Querida Bel, sabemos que sua vida e sua formação estão rodeadas de atividades socioeducativas e pensamentos decoloniais, mas como a literatura entrou, entra, como ferramenta de aumento de repertório e ampliação de debate dentro das periferias?*

BSM – Gabriel, obrigada aí pela pergunta. É verdade, contei um pouquinho antes que venho dessa área de criança e adolescentes, depois vem toda uma luta de pauta antirracista. Sou uma das criadoras do prêmio Educar para a Igualdade Racial, olhando para o racismo na educação. E a literatura, ela vai entrar na minha vida pelas pessoas que falavam coisas tão lindas sobre os livros. Comecei a participar de formações com pessoas que estudavam ilustração, que estudavam textos literários, e comecei a achar aquilo muito potente. Nunca tinha ouvido falar sobre aquelas coisas, porque não chegavam para nós que estávamos militando.

Eram conteúdos tratados como de elite, daí eu ser incapaz, mesmo na vida adulta, de saber quais eram os critérios de seleção de um

* Para o lançamento de seu livro, *Parelheiros, idas e vi(n)das*, Bel preparou uma *playlist* que a acompanhou durante o trabalho de escrita. Para ouvi-la, acesse: tinyurl.com/sf3ysczk

livro para criança – parecia que qualquer coisa servia. Mas quando começo a participar dos eventos formativos, começo a pensar que tudo isso não pode ser um privilégio, precisa ser garantido para quem não tem. E vou encontrar esse discurso da literatura no texto de Antonio Candido sobre o direito humano à literatura.³

Conheci Silvia Castrillón doze anos atrás, falando sobre a biblioteca e os bibliotecários: uma colombiana falando sobre o poder das bibliotecas, e passo a devorar o que todas essas pessoas escrevem, o que essas pessoas falam e pensar: como é que isso pode chegar a mais pessoas? No final dos anos 1990, passei a coordenar uma organização social – o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – Ibeac, e foi quando criamos a nossa primeira biblioteca comunitária com jovens do movimento *hip hop*, que tinham já a poesia em suas vidas. Porém, eles não olhavam para sua poesia pelo viés literário, eles olhavam para aquele texto pelo viés militante. Não se tratava de uma discussão sobre literatura, ainda que dentro do *hip hop*, você falasse do ritmo e da poesia, a gente não conversava sobre a produção literária, sobre autores negros. Estou falando da biblioteca Solano Trindade, de Cidade Tiradentes.

Quando a gente chega em Parelheiros em 2008, eu já estava abduzida pelas coisas da literatura, e ali eu já estava convencida de que era necessário fazer a literatura chegar na mão dos jovens. Esses meninos e meninas precisavam conhecer os textos literários, precisavam encontrar os autores, precisavam circular nos eventos literários. Como fazer isso viraria quase uma obsessão. Sou uma mulher tímida, embora muita gente fale que não, eu sei que sou, mas começo a ter coragem de escrever para os autores; de ir para o palco, que é uma coisa que eu nunca curti muito, mas percebia que era uma oportunidade para falar que existe um Brasil que está nas bordas lendo, resistindo. Isso vai fazendo com que eu conseguisse contagiar muitas pessoas, e não só ocupando eu os palcos, mas carregando muitas pessoas, alguns de vocês inclusive, para esses espaços que eu começava a frequentar. E aí isso faz com que a gente

3. CANDIDO, Antonio. O Direito à Literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

conseguisse afirmar, sem nenhuma dúvida, que há um Brasil que lê, e esse Brasil é periférico também.

BS – *Seu percurso acadêmico é diverso: magistério, Matemática e Turismo, e recentemente, concluiu o mestrado em Turismo, pesquisando a mobilidade da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, que já virou livro. Conta para a gente um pouco dessa diversa e potente trajetória acadêmica, e o que uma biblioteca comunitária tem a ver com a mobilidade.*

BSM – Obrigada Bruninho pela pergunta. Sim, minha trajetória acadêmica é bem misturada, mas é uma mistura muito ligada ao território. O território nunca é uma coisa só, ele convoca a gente para tantas coisas, e se a gente consegue juntar esse apelo do território à formação acadêmica, a academia ganha muito com isso e a gente também. Primeiro, fui para o magistério, depois fiz Matemática. Ser professora era pouco para alguém que queria estudar, daí fui fazer Matemática – tenho um pai que sempre gostou de Matemática, e isso influenciou muito. Somos duas matemáticas na família e uma irmã formada em contabilidade, então os números sempre estiveram presentes. Sempre fomos excelentes alunas de Matemática e isso influenciou demais.

Depois, fui fazer Pedagogia Social na Itália. Fui participar de uma mesa em um evento – *No mundo de Herodes, um país que mata suas crianças* –, o padre Júlio também participava, e aí fui convidada a estudar na Itália, onde fiz uma especialização em Pedagogia Social. Foram os anos em que eu mais li Paulo Freire na minha vida, uma coisa incrível. Tinha um professor que só trabalhava com a filosofia de Paulo Freire, quando aqui ele era ainda execrado pela direita.

E, com 50 anos, já em Parelheiros, decidi fazer um mestrado muito por conta desses jovens. Afinal, se a gente começava a ter entre nós gente experimentando a academia – os primeiros da nossa família a ter uma formação universitária –, ninguém de nós tinha feito mestrado. E um dos desejos de fazer o mestrado era

construir um caminho coletivo para que os jovens da Biblioteca Caminhos da Leitura – dois de vocês que fazem parte desse coletivo, dos Encrespados, Bruninho, Kel, e também Rafa – pudessem experimentar essa trajetória. Por que isso nem entra na nossa boca? E aí eu entrei.

Isso juntou com uma questão muito pessoal: eu tive câncer e precisava passar por um tratamento que duraria 10 anos. Em vez de ficar pensando na doença, durante esses anos todos, voltei a estudar e resolvi fazer Turismo. Foi ótimo, ter mais coisas para fazer, fiz a graduação e, quando estava com 50 anos, quase terminando o tratamento, decidi fazer o mestrado na área de Turismo mesmo. Poderia ter escolhido fazer na Educação, ou na Biblioteconomia, mas a escolha em Turismo foi estratégica: as bibliotecas comunitárias nunca tinham sido estudadas no Turismo e eu queria discutir nessa área que tinha uns conteúdos ainda muito quadrados, essa coisa do Turismo muito como um espaço de visitação – o turista que vai, olha, fotografa e volta para casa e não constrói relação nenhuma. Quantas vezes, quem já viajou, percebeu que o turismo acaba não envolvendo quem é do território? Hotéis maravilhosos são construídos e pagam para as pessoas que trabalham nele por mês, o que corresponde a uma diária? O Turismo me interessou por essa discussão diversa, um turismo de desenvolvimento local, um turismo que vai além do objeto visitado, que não trata as pessoas como anexo da paisagem. Era isso que eu queria fazer: levar a biblioteca para dentro do Turismo. Não imaginava que a gente teria tanto assunto! Foi além do que eu pude imaginar.

Tive a felicidade de encontrar um orientador, Thiago Allis, muito interessante, uma pessoa que estava estudando mobilidades, que é um jeito de olhar para todos os fenômenos que acontecem na vida. Mobilidade é um conceito que vai dizer que tudo se move, e dentro desse tudo que se move, estão as pessoas, os objetos, as imagens e os imaginários.

Então, aos 50 anos, entro para fazer Turismo na EACH – Escola de Artes, Ciências e Humanidades – que fica na USP Leste, e levo a

4. Durante a pandemia, a BBC Caminhos da Leitura recebeu uma ordem judicial solicitando a desocupação de sua sede, num cemitério em Parelheiros. Para evitar que 5.000 livros fossem parar em caixas, as costureiras do bairro produziram quinhentas sacolas, e cada uma delas recebeu dez livros, que faziam parte da campanha *Eu (a)guardo a Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura*. (NE).

biblioteca para aquele espaço. A biblioteca como uma possibilidade, eu tinha pensado em analisar as pessoas que nos visitavam, mas aí, ao encontrar um orientador jovem, que estudava as mobilidades, as coisas mudaram. Este conceito é uma chave de leitura para todos os fenômenos que acontecem no mundo. Os estudiosos John Urry, Mimi Sheller, dois grandes pensadores ingleses desse conceito, afirmam: “Tudo se move, as pessoas, os objetos, as imagens e os imaginários”. Aí o Thiago me propõe: “Você quer olhar para a biblioteca a partir dessa chave de leitura?”

Foi interessantíssimo, porque todo o meu projeto se transformou num diálogo. Começamos a olhar para a biblioteca, para as pessoas que se moveram na biblioteca. Não se tratava mais de olhar só as pessoas que nos visitavam, nós visitamos as pessoas também. Passamos a ocupar essa cidade de São Paulo, outras cidades do país, e até outras cidades fora do nosso país, cidades de outros países. Bruninho esteve em Berlim, Ketlin e Bruninho em Madrid, Sidneia também esteve em Berlim. Então, a gente começa a viajar e quebrar aquele imaginário reducionista do turismo de quem nos visitou, olhando para onde os nossos corpos se movimentaram. Começamos a olhar os objetos que circulavam; se, por um lado, a gente recebia livros, por outro, levávamos objetos de Parelheiros. Como, por exemplo, as sacolas que hoje guardam o nosso acervo da Biblioteca Comunitária Caminhos da Leitura, distribuídas nas casas das pessoas.⁴ Os objetos, então, se movimentam em diferentes direções.

As imagens, as pessoas nos fotografavam, fotografavam Parelheiros, mas nós também fotografamos essas pessoas, e essas imagens começam a mudar com nosso imaginário. No começo, quem vinha nos visitar em Parelheiros, certamente queria ver os meninos pretinhos, bonitinhos que liam. Mas chegavam lá e encontravam gente discutindo teoria literária, questionando os imaginários sobre a periferia da cidade, tudo isso começa a se movimentar e aí nasce uma dissertação que foi construída com a participação de muita gente, dos jovens da biblioteca, da equipe do Ibeac, até o



final. O título da dissertação de mestrado foi decidido na véspera de fazer o envio: fizemos uma votação, cada um foi dando sua sugestão, mexendo, e aí escolhemos *Parelheiros idas e vi(n)das – Ler, viajar e mover-se como uma biblioteca comunitária*.

A defesa do trabalho foi virtual, durante a pandemia, e foi acompanhada por muita gente, o que foi muito emocionante para cada um de nós. Mas a coisa mais emocionante é ter virado um livro, publicado pelo Selo Emília em parceria com a Editora Solisluna da Bahia, na sua coleção de Ensaios e formação literária. O livro tem um posfácio do professor Paulo Endo, um dos arguidores, e um outro escrito pelos jovens da Caminhos da Leitura. É motivo de muito orgulho saber que a gente publicou este livro! Eu ainda tenho que plantar uma árvore, pois filho eu não vou ter. A Cláudia Raia é uma inspiração, mas eu não vou seguir essa tendência. Então, talvez eu faça mais um livro para compensar. O mais bonito é que decidimos coletivamente, que todo o recurso arrecadado com a venda deste livro será destinado à construção, reconstrução e ao reflorescimento da Caminhos da Leitura. Ele é, assim, um livro que nasce da Caminhos da Leitura e que volta para ela.

Penso que tudo isto contribui também para pensar o nosso lugar na academia; quantas vezes nós já fomos pesquisados e as pessoas nem se dignaram a mandar uma cópia da sua pesquisa, muito menos sentar com a gente e refletir sobre aqueles saberes? Por isso, enxergo nessa produção também uma possibilidade de ocuparmos esses espaços dentro na academia; quero ver todos vocês lá dentro, todos os que quiserem, e também ver a academia se comportando de um outro jeito com seus objetos, sujeitos de pesquisa.

JOSÉ RICARDO — *Bel, sabemos de todos os desafios presentes hoje em nossa sociedade. Levando em consideração nossas lutas, reivindicações e sonhos, vale perguntar o que esperar do Brasil, do mundo, nos próximos dez anos. Deixe uma mensagem para você para 2032.*

BSM — (risos) *Aí Zé Ricardo, que pergunta! Olha eu espero que em 2032 eu possa olhar — imagina que coisa, eu vou ter 65 anos — , e falar assim: “Nossa, que bom que eu encontrei os Encrespades, e hoje eles estão aí, nos lugares de decisão do nosso país, de um país que se tornou menos racista porque eles, vocês, existiram”.* Eu quero poder estar mais descansada, pelo menos um pouquinho, trabalhando menos do que eu trabalho hoje, graças a termos conseguido reconduzir nossos passos rumo à democracia.

Hoje, estamos vendo que a ameaça fascista é muito maior do que as figurinhas, as piadinhas anunciavam, é muito maior. A gente está em um país em que as pessoas acreditam que a solução é eliminar quem a gente não gosta, quem a gente tem medo. E todos nós, todes nós aqui, estamos nessa mira — nós somos indesejáveis. O corte de recursos nas universidades é só porque a gente chegou nelas, não é porque falta dinheiro, é porque a gente chegou na universidade. A negação da eficácia da vacina, não é porque a ciência avançou e a gente está em dúvida, é porque as nossas vidas são descartáveis. Não precisavam ter morrido 700 mil pessoas no nosso país de covid, mas quem é que morreu? Pessoas que têm o CEP, o código de endereçamento postal, parecido com os nossos... A gente sabe que não tem democracia nas doenças. Às vezes, a gente diz: “Ah não, no final todo mundo morre”, mas a gente sabe que não é verdade porque quem tem um CEP mais central vai morrer depois, pois eles vão ter todos os recursos possíveis para cuidar da sua saúde. Então, eu espero que lá em 2032 ainda que tenhamos muitas dificuldades em nosso país, a gente esteja trilhando um rumo certo para a democracia, para o acesso, para o respeito, e que vocês, cada um de vocês, estejam na frente, na área que for, que vocês sejam pessoas que ajudam a tomar as decisões do nosso país, e aí eu possa descansar um pouquinho mais.

KETLIN SANTOS — *Sabemos que algumas bibliotecas são espaços silenciosos ou melhor de silenciamento. Sua pesquisa vai ao encontro*

da biblioteca que se movimenta com a palavra, corpo e mente. As bibliotecas comunitárias, muitas das vezes, são os locais de deixar ecoar muitas vozes dos invisibilizados; quais têm sido os sentidos de biblioteca comunitária que você, Bel, tem encontrado no seu mover-se?

BSM — Nossa eu não consigo dar uma resposta a altura dessa pergunta, Kel. A pergunta é poética, é linda, é profunda, você devia ter escrito um mestrado sobre bibliotecas e mobilidades, viu? Olha, acho que você já disse tudo aí na sua pergunta. Quem queria a biblioteca silenciosa, a biblioteca arrumadinha, é quem achava que a gente era bagunçado, então, precisava dizer para a gente “Não, aí não pode. Se você quer um livro, me pede e eu pego para você não bagunçar”. Acho que nós, das bibliotecas comunitárias, conseguimos romper com isso, primeiro porque as nossas bibliotecas nascem no barulho, na confusão. Porque as pessoas chamam assim os bairros onde a gente viveu (hoje eu moro no centro, mas a minha história é toda aqui no Madalena, que sempre foi chamado de bairro dormitório). Essa é uma perspectiva do patrão que acha que você vai gastar o seu corpo o dia inteiro: uma parte no ônibus, outra trabalhando para ele, de volta no ônibus, dormir e voltar para o trabalho, é daí essa ideia de bairro dormitório... Mas quem esteve na periferia sabe que a gente não dorme. Conceição Evaristo diz: “A noite não adormece nos olhos das mulheres”, porque ela tá sempre ocupada com tudo que tá acontecendo em volta. Então quem diz que a gente dorme?

As nossas bibliotecas nascem nesse contexto de ruído, de muito barulho. Como é que a gente poderia pedir silêncio dentro, silenciar as vozes que nos ajudaram a chegar até aqui? Nossas bibliotecas são lugares de barulho mesmo, nelas tem música, tem uma programação em que o livro tem um lugar, a gente contempla o objeto livro naquele espaço. Mas só nos interessa o livro que tem marcas, os nossos livros com anotações, com a mancha das nossas mãos, com nosso cheiro, e a gente começa pelas palavras que estão lá, como diria Manoel de Barros, “de barriga no chão” com a gente.

Paulo Freire dizia: “Por que a gente vai estudar e falar do cachorro da Lulu, se a gente pode falar da lata e da luta” para aprender o la, le, li, lo, lu”. A gente tem que falar palavras que têm significado para nós, daí começar por esses textos. Tenho encontrado bibliotecas que têm de tudo, autores periféricos, mas também aqueles autores chamados canônicos, que estavam distantes, mas que a gente aprende a lê-los.

As nossas bibliotecas trabalham com o conceito da bibliodiversidade, nós somos tão diferentes, que não é possível que uma biblioteca trabalhe com uma seleção que dê conta de todo mundo. A gente deveria olhar sempre para as estantes dos livros na biblioteca e perguntar: quem não está aqui? Porque está sempre faltando alguém, um autor, um gênero que a gente ainda não conhece. Estive mediando uma mesa com o título “Ouça minha voz, leia a minha letra”, com Amara Moira, uma travesti, Eliana Potiguara, uma mulher indígena, e Monique Malcher, uma mulher de origem indígena também, bissexual do Norte. Cada uma dessas mulheres usa um gênero para escrever, elas estão dizendo como enfrentaram esses silenciamentos. Esses são livros que estão dentro das nossas bibliotecas, porque nos interessa ter primeiro quem não está aqui e que não está em lugar nenhum.

Quando a Eliana Potiguara escreve as suas linguagens, traz as suas palavras potiguara, o seu universo potiguara para as crianças, para a literatura, ela tá rompendo um silenciamento. Quando Monique Malcher vai falar da flor-de-gume, dessa flor de resistência, e traz essa relação de avó, mãe, e dela como filha, ainda que na ficção, com as histórias de dor e mutilação em forma de contos, ela está dizendo: tem que ter literatura para falar da nossa dor, mas em primeira pessoa, a gente não é objeto da escrita dos homens brancos só. Quando Amara Moira vem e publica um livro em pajubá, na linguagem que as travestis construíram vinda dos terreiros, único lugar religioso que as acolhia, expulsas de suas casas, que precisavam encontrar uma língua diferente para se proteger, para conseguir falar, para conseguir dizer que estavam correndo perigo, quando

ela publica *Neca + 20 poemas travessos* (*neca* significa, em pajubá, o órgão genital masculino, o pênis, mas na nossa língua não quer dizer nada), ela está questionando o que é o órgão genital diante da grandeza da pessoa humana. Por que vocês querem me silenciar e destruir o meu corpo só por conta de um fator biológico? Só por conta do jeito que eu nasci você quer me aprisionar nisso? Então, as nossas bibliotecas comunitárias trazem esse universo, esse universo contra os silenciamentos e a favor das representatividades. Tenho encontrado na Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), na Rede LiteraSampa, nas redes espalhadas pelo nosso país, um Brasil que lê. Um Brasil que acredita que a representatividade importa, um Brasil que acredita que cada biblioteca tem que ter raiz na sua comunidade e que cada pessoa importa na sua dor e no seu amor também. Não sei se eu respondi, essa pergunta era muito elegante, muito poética.

GENILSO DOURADO — *Acompanhando os seus trabalhos para promover o acesso à literatura como direito humano, onde os obstáculos de raça, gênero e outras desigualdades se apresentam com mais urgências? Quais foram as transformações mais importantes que você presenciou nessas comunidades onde os livros começaram a circular?*

BSM — Olha, Genilson eu já vi tanta coisa linda acontecendo... Uma das coisas lindas é ver Ketlin lendo sua pergunta desse jeito! Meninos e meninas não iam para a biblioteca porque queriam aprender logo como ler literatura, queriam só se encontrar e respeitar isso. Uma vez, lembro bem, quando uma pessoa conheceu os jovens da Caminhos da Leitura, nós já estávamos lá, acho que uns dois, três anos, e falou assim: “Como é que você deixa essas meninas alisarem o cabelo?” Então, assim, você respira, dizem que eu bato fofo, e fala assim: “Primeiro, que eu não sou dona deles; segundo, porque, assim, eu adoraria que o maior problema que eles têm para enfrentar na vida fosse alisar ou não alisar o cabelo”. Era uma pessoa de uma secretaria de educação, uma pessoa das políticas



públicas, e respondi: “O maior desafio que eles têm para enfrentar são as políticas públicas dizendo para eles como eles têm que ser, o que eles têm que fazer; então, para mim, essa não é a questão”. É óbvio que, para a minha trajetória com as questões raciais, eu sabia que mudar o cabelo não é só o cabelo. A gente sabe até da escolha que a gente faz, o dia que a gente decide não vou alisar, eu vou raspar, encrespar, a gente sabe que não é só o cabelo, principalmente quando a gente ainda não fez essa discussão.

Então, acho que a coisa mais bonita que eu vi acontecer é respeitar as pessoas como elas eram, dentro dos seus universos, e fazer essa construção juntos, juntas. Poderia dizer outra riqueza: nós criamos a primeira biblioteca comunitária de acesso público em Parelheiros, hoje há outras quatro. Outras quatro bibliotecas e quantas outras bibliotecas, nós da Caminhos temos estimulado que nasçam. Então, a gente sabe que a biblioteca pode ser esse lugar de encontro, ser ponto de partida e chegada para jovens que, às vezes, não têm uma sala em casa onde possam rir, falar o que quiserem, onde podem se conhecer. A biblioteca pode ser esse lugar; se não for a biblioteca, só restam algumas igrejas que vão fazer isso. Só que nem sempre elas fazem isso de uma forma respeitosa, às vezes o fazem de um jeito doutrinário, dão espaço, e aos pouquinhos, vão ensinando como elas querem que você seja. Mas acho que a biblioteca pode ser o espaço mais democrático de uma comunidade, e tenho visto isso acontecer, um espaço de respeito, de construção, de encontro. Acho que se falasse para mim o que você quer continuar fazendo da sua vida, você só pode fazer uma coisa: continuaria juntando pessoas para criar bibliotecas comunitárias.

MICHELE BONCEIÇÃO — *A literatura aproxima sensações profundas sobre a relação entre eu e o mundo, e isso, de certo modo, nos faz pensar em outras realidades e confrontá-las com a nossa. Gostaria de te perguntar quais livros te marcaram, te emocionaram e levaram a viajar mergulhada na ciência da história?*

BSM — Nossa, essas meninas aqui nesse grupo... Só cabeção! Cada pergunta, assim, mergulhar, aff! (risos). Então, vamos lá: olha tem muitos livros, são tantos momentos que a gente vai atravessando na vida... Aos 55 anos, eu já fiz bons mergulhos. Um deles foi com *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire. Tinha 16 anos quando li, e não era grafiteira nem pixadora, mas acho que a minha vontade era sair escrevendo trechos de *Pedagogia do oprimido* em todos os lugares. Sabe quando você está com a vista embaçada e aí você esfrega e sai aquele cisco do seu olho? E você olha e fala assim: “Entendi, eu entendi tudo!”. Foi isso que *Pedagogia do oprimido* fez comigo. Entendi o jogo em que estávamos imersos, o quanto a gente poderia, que ser pobre não era condição suficiente para a gente salvar a nossa alma, a nossa vida e a dos outros, porque também poderíamos hospedar o opressor. Acho que isso também conduziu a minha vida, como expulsar o opressor de mim, eu não quero servir a esse sistema e continuar oprimindo outras pessoas. Se eu fiz isso, fiz por desconhecimento, porque isso mexeu com a minha vida. Foi uma professora de Didática, eu fazia magistério na época, a professora Neuza. Não tinha dinheiro para comprar livros aos 16 anos, e ela pôs aquele livro na minha mão e falou: “Ah, depois vamos conversar sobre ele”. Escrevi uma carta para ela, soube que ela faleceu faz um tempo, mas eu adoraria ter essa carta e saber o que escrevi, porque eu sou capaz de lembrar das emoções que senti com aquele livro.

Teve outros. Dos livros que li inteiros, pois li muitos livros pela metade na minha vida... Trabalho desde pequena, com 18 anos eu já tinha passado num concurso público e fui trabalhar como escriturária e fazia faculdade à noite. Mas antes eu já tinha feito todos esses trabalhos precários que o pessoal adora distribuir na periferia: bordado meia; fazia grampos – um trabalho horrível, era um sistema, você tinha que colocar cem grampos numa tirinha de madeira e aí ele ia para a fábrica para colocar aquela cabecinha do grampo, a gente ficava com os dedos todos machucados para enfiar. Vinha um saco de ferro, com aquele monte de grampos

todos emaranhados, e a gente tinha que colocar cem grampos naquela tirinha para mandar para a fábrica. Imagina quanto a gente ganhava, “uma fortuna”! Depois trabalhei com duas professoras cegas, eu fazia o diário de classe delas. Fiz, assim, um monte de trabalhinhos... Fui manicure por bastante tempo, manicure formada, e aí minha mãe trabalhava e eu fazia manicure das pessoas que ela atendia para alisar cabelo. Sempre fiz alguma coisa para ganhar um dinheirinho.

E li muitos livros pela metade; alguém emprestava um livro que tinha que devolver antes de terminar de ler. Quando fui estudar na Itália, li *Cem anos de solidão*, de Gabriel García Marquez, aquela imagem da avó na cadeira, todo mundo e as crianças brincando com aquela mulher paralisada, aquela imagem foi muito difícil para mim, porque foi um jeito de pensar na minha solidão. Fiquei mais de dois anos sem voltar para o meu país, sem encontrar a minha família – não tinha internet, era só uma ligação de vez em quando que a gente fazia.

Mais recentemente li *Vidas secas*, já tinha lido na juventude, mexeu demais comigo pensar, como filha de nordestinos (meu pai e minha mãe são baianos), na vida dessas pessoas de uma família enfrentando a seca e dois filhos que nem nome têm, a cachorra tem nome, mas os filhos não, tudo aquilo me comoveu muito. Livros que estão agora aqui, muito marcantes para mim: *Quarto de despejo*, levamos esse livro para a biblioteca e assumimos um compromisso de que todo mundo que chegava na biblioteca que não conhecia gravava a leitura de um trecho. Não, não é possível, eu falava, que Carolina morreu, sem ser reconhecida pela sua literatura. Então o que posso fazer por ela, é fazer todo mundo conhecer, e a gente fez Tião Rocha ler e muitos outros jovens, pessoas de referência que chegavam na Caminhos da Leitura, gravaram a leitura de um trecho. Sinto-me muito honrada quando Hélio Menezes e Raquel Barreto me chamam para ser uma das conselheiras da exposição “Carolina Maria de Jesus, um Brasil para os brasileiros” [no Instituto Moreira Salles de São Paulo]. No começo, fiquei



tímida, pensando: “O que eu vou fazer lá, do lado de Zezé Motta, de Conceição Evaristo, de Elisa Lucinda...?”. Mas depois pensei, “Puxa, é verdade, faz pelo menos quinze anos que eu coloco Carolina na vida de pessoas que não sabiam que ela existia”.

Por último, vou falar do *Peso do pássaro morto*, que é um livro de uma escritora muito jovem, Aline Bei. Foi um livro que li assim, de uma sentada. Li aquele livro e falei, gente, que lindo, ter uma pessoa tão jovem escrevendo um livro arrebatador que mexeu tanto comigo. Peguei e escrevi para Kel: tenho um livro que acho você vai gostar de ler, passei o livro para ela que o repassou para muitas outras pessoas.

Então, dei uma listinha, teria muitos outros, mas esses acho que são livros que me fizeram ser uma pessoa com todas as apas, melhor, pelo menos no sentido de que sei melhor quem eu sou depois que li esses livros.

RAFAELA NUNES — *Bel, em sua jornada você teve acesso a muitas obras literárias, que, sem dúvida contribuíram na sua caminhada de construção de conhecimento, identidade, possibilitando uma consciência crítica, engajada sobre sua realidade, a ponto de se tornar uma entusiasta das transformações sociais. Como é apresentar sua própria obra de conhecimento para o mundo? O que essa publicação simboliza para você agora, que já viveu tantas experiências importantes?*

BSM — Olha eu sempre achei os escritores pessoas muito corajosas. Pensa: como você tem coragem de escrever uma coisa que os outros vão ler, vão gostar ou odiar, comentar, falar a respeito? Sempre achei isso, eu sei que falo melhor do que escrevo, e, sabendo disso, eu comecei a minha primeira escrita em um áudio, falando o que eu penso sobre aquilo. Hoje tem um recurso, um aplicativo que você fala e ele escreve, então isso me ajuda muito. A primeira coisa que faço quando vou preparar uma conferência, um artigo, é registrar falando sobre o que eu penso sobre aquilo, as referências. Penso: “Puxa, isso aqui conversa com tal livro”,

e vou deixando esse áudio pronto, e depois eu preparo e faço o artigo ganhar corpo.

Agora, com o livro *Parelheiros, idas e vi(n)das – Ler viajar e mover-se como uma biblioteca comunitária* estou menos tímida e menos apreensiva, porque sei que é um trabalho coletivo, é o livro da Bel, sim, é a dissertação da Bel, mas de uma história que foi construída a muitas mãos e muitas cabeças. Aquilo que está lá é resultado de tantas idas e vindas, de tantas vidas, que eu não tenho nenhum constrangimento em defender coisas que a gente escreveu ali, porque estou defendendo uma causa e não o meu livro, não meu pensamento. Estou bem tranquila, bem feliz. Tem tanta gente envolvida nesse livro, Rafa, que eu não estou com aquele medo que talvez muitos autores têm, não estou também com aquela vaidade que muitos autores e autoras têm, é um jeito de pôr no mundo uma história que é nossa e à qual eu emprestei muitas horas, foram muitas madrugadas lendo, escrevendo, é um filho que nasce cheio de mãe, cheio de pai, cheio de tia, cheio de irmãos, então, acho que vai dar certo, tomara que muita gente leia.

BS — Arrasou, Bel. Queria novamente agradecer sua disponibilidade e presença aqui, de compartilhar histórias tão pessoais, mas também coletivas. Então, para a gente, é uma honra poder ter você nesta edição do Caderno Emília, sendo entrevistada por nós, dos Encrespades, pois muito, o nosso nascimento também, passa pela história da Caminhos da Leitura, por você ter inspirado muito esse nosso mover, esse nosso pensar e hoje também integra o nosso conselho. Então, é uma história que vai complementando passos que nunca são passos dados sozinhos. Se eu pudesse, mas acho que é quase um consenso, elencar também, eu acho que uma das coisas mais legais e potentes que a gente aprendeu com você, foi esse lugar do caminhar coletivo, de um ir, mas levar sempre mais alguém com você. Então, grato pela disponibilidade, pelas aprendizagens e a gente está ansioso aí para ver esse livro e pegar o autógrafo.

KS — *Agradecer por esse momento também porque é sempre muito gostoso poder te escutar. São doze anos caminhando juntos, mas é sempre muito maravilhoso, sempre tem novidade, sempre tem coisa a mais a ser descoberta aí pela Bel. A Bel no individual, mas também no seu coletivo. Muito obrigada por esse momento.*

GD — *É sempre tão bom estar perto de você, Bel, sempre aprendendo muito e sempre curioso para estar por perto. Então é isso, se vai levar alguém, estamos aí, muito massa, adoro!*

RN — *Eu tô aqui, super emocionada, eu estava com saudades de encontrar vocês. Saio daqui ressignificando um monte de coisas e aprendendo a ser melhor. Bel, sempre me ensina isso, viu? Então gratidão, a cada um, a cada uma por tanto. Eu estou bem emocionada mesmo, coração meio agitado aqui, muito feliz, muito grata por esse encontro. E estou ansiosa com o lançamento também.*

BSM — *Eu que agradeço muito esse espaço nos Cadernos Emília, este espaço da Revista Emília que é tão linda, tão séria, e um dos nossos espaços de formação também, é uma alegria ver vocês, ocupando um espaço formal, uma instituição que tem um espaço formal, com ISN, tem lá uma revista que importa para vocês também, suas trajetórias acadêmicas, e acho isso lindo, que a gente consiga ocupar espaços. A gente não tira nunca o pé do nosso chão, do nosso barro, da nossa casa, a gente vai aprendendo, que eu estou aqui, meu pai está meio cochilando, mas está me ouvindo, mas com certeza, quando ele ouve aqui, parece outra Bel, porque a gente sabe falar em cada espaço em que a gente está. Então, eu deixaria isso pra vocês, ocupem esses espaços que exigem formalidades, que exigem formatos, vocês vão amolecendo esses espaços, mas a gente nunca deixa de saber falar com os nossos também, e quem ganha somos nós, assim como as nossas bibliotecas, elas têm a nossa literatura periférica e elas tem a literatura canônica. Transformam a periférica em canônica, o nosso corpo também dá conta de falar*

vários dialetos, o da nossa casa, o da academia, o das instituições, e a gente é a mesma pessoa, a gente consegue continuar sendo a mesma pessoa, mas conseguindo falar com mais gente, acho que é isso. Isso eu aprendi com Paulo Freire.









Carta aos leitores que vão nascer*

(Com um prólogo que a justifica
e um epílogo que a faz dispensável)

JORGE LARROSA

TRADUÇÃO ANA ISABEL PASZTOR MORETTI

O tempo é um pensamento do homem.

ANTIFONTE

Prólogo

1.

Um livro é uma “*espécie de espaço*”² único. E é também um dispositivo temporal: uma máquina do tempo. Em um romance muito belo de Ray Bradbury, as crianças usam um dos homens mais velhos do lugar, um militar aposentado, meio louco e quase moribundo chamado Coronel Freeleigh como uma peculiar máquina do tempo que lhes permite viajar ao passado como se estivessem a bordo de um trem expresso. Entram em seu quarto escuro e silencioso e dizem uma data ao velho, que desperta de seu sono leve, transporta-se no tempo e começa a falar. Quando o velho morre, Douglas anota em seu caderno:

* O título deste texto é roubado. Usou-o meu amigo Wanderley Gerald, filólogo e escritor brasileiro, em uma conferência que apresentou no Congresso de Leitura do Brasil (COLE), que ocorreu em Campinas-SP, em julho de 2005. Wanderley, por sua vez, o roubou de um poema de Brecht.

2. É reconhecida a referência a PEREC, Georges. *Espèces d'espaces*. Paris: Galilée, 1985.

— Ontem, Ching Ling Soo morreu. Ontem, a Guerra de Secessão terminou bem aqui, nesta cidade, para sempre. Ontem, o sr. Lincoln morreu aqui e também o general Lee e o general Grant e outros 100 mil enfrentando norte e sul. E ontem à tarde, na casa do coronel Freeleigh, uma horda de búfalos-bisões grandes como toda Green Town, Illinois, pulou do penhasco para o nada. Ontem, todo um monte de poeira baixou para sempre. E eu nem percebi isso no momento (...). O que vamos fazer sem todos aqueles soldados e os generais Lee e Grant e Honest Abe?²

Os velhos são máquinas do tempo, especialmente os velhos loucos: os que confundem os tempos, os que já não sabem qual é seu tempo nem em que tempo vivem, os que já não são capazes de dominar o tempo, os que estão fora do tempo. Os livros também são dispositivos temporais meio loucos: neles também se fundem e se confundem os tempos; neles também se sai do tempo ou se entra em outro tempo; neles também algo passa, ou se envia, através do tempo.

2.

Meu propósito no que se segue é desenvolver essa questão geral dos livros como artefatos temporais. Certamente, uma questão nada original. O mestre Borges dizia que o livro “é uma extensão da memória e da imaginação”.³ E nessa citação ecoa o *Fedro* de Platão, diálogo maravilhoso e infinito no qual o inventor das letras, o egípcio Theuth, apresenta-as e as defende perante o rei como drogas da memória. E a palavra “droga”, como se sabe, é ambígua, significa tanto veneno quanto remédio, como se fosse uma palavra de dois gumes, como se apontasse um benefício e, ao mesmo tempo, um risco, um perigo, como se levasse consigo uma insuperável incerteza. No alvorecer mesmo da escrita, quando escrever ainda era uma prática rara e extraordinária, a pergunta sobre a relação entre a letra e o tempo já fica aberta em toda a sua radicalidade.

2. BRADBURY, Ray. *Licor de dente de leão* (Tradução de Ryta Vinagre). Rio de Janeiro: Bertrand, 2013, arquivo digital

3. É quase impossível falar de livros sem, em algum momento, citar Borges. Essa citação é de *Borges oral*. Barcelona: Bruguera 1980, p. 13

E alguns de seus exegetas contemporâneos, entre os quais vou citar Jacques Derrida e Emilio Lledó,⁴ não fazem senão explorar alguma de suas possibilidades e algum de seus paradoxos.

Nesse contexto, o que farei aqui é tentar articular essa questão geral de um modo específico: o que gostaria de discutir é que os livros são artefatos cuja existência no tempo não se pode pensar historicamente, ao menos se entendemos por História esse ponto de vista linear, contínuo e progressivo em relação ao qual os seres humanos ainda tendem a ordenar os acontecimentos e também, é claro, os livros e as obras de arte, nestes curiosos artefatos que chamamos História da Literatura, História da Filosofia, História da Arte, História da Cultura etc. Os livros são máquinas do tempo que não podem ser tratados nessa perspectiva que consiste em converter o tempo em História, nessa perspectiva *historizadora* ou *historizante* que os homens inventaram com a pretensão de dominar e de domesticar o tempo, com a pretensão de impor a ele uma direção, um argumento, uma lógica, uma trama, um sentido. Meu ponto de partida, ou minha declaração de princípios, é que o tempo, como o ser, se diz, ou se dá, de muitas maneiras, e que a História não é o único modo pelo qual se diz ou se dá o tempo. A História, assim com maiúscula, não é senão o modo dominante do tempo na assim chamada modernidade, a secularização deste outro modo de pensar o tempo que antigamente se chamava Providência. E o que eu quero fazer aqui é considerar os livros como dispositivos que transbordam e fazem estourar o modelo temporal da História, isto é, pensá-los como máquinas do tempo não históricas.

Vou falar então da relação entre os livros e o tempo a partir do final da História, do historicismo, da consciência histórica, do modo histórico de organizar os textos e os acontecimentos. A questão seria que agora vivemos na época da geografia, na época do espaço.⁵ Porém, os espaços (também os livros e as obras de arte, os museus e as bibliotecas, as cidades, a natureza inclusive, os espaços de todas as espécies) estão no tempo, são dispositivos temporais, estão carregados de tempo. E, na medida em que todos

4. DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão* (Tradução de Rogério da Costa). São Paulo: Iluminuras, 2020.
LLEDÓ, Emilio. *El surco del tiempo. Meditaciones sobre el mito platónico de la escritura y la memoria*. Barcelona: Crítica, 1992.

5. Ver, por exemplo, BENOIST, Jocelyn; MERLINI, Fabio. *Historicité et spacialité. Le problème de l'espace dans la pensée contemporaine*. Paris: Vrin, 2001.

esses espaços são espaços habitados pelos homens, espaços humanos e humanizados, o tempo que os habita tem a mesma constituição do tempo humano: é tempo vivido ou, literalmente, duração, mistura de memória e esquecimento, de culpa e de nostalgia, de medo e de esperança. E essa duração não pode ser pensada à parte da finitude humana, isto é, separada do fato de que os homens são seres que nascem e que morrem, separada do fato de que o tempo humano é demarcado pela morte e pelo nascimento. Os livros estão cheios de um passado mortal, e estão também, de um modo que será necessário precisar, abertos a um porvir que tem a forma do nascimento.

3.

Para isso, para mostrar o tempo do livro como um tempo não histórico, vou usar o artifício retórico de uma carta enviada aos leitores por vir. Permitam-me, então, continuar este prólogo com alguma consideração sobre as cartas. Há um filósofo alemão, Peter Sloterdijk, que começa um de seus livros com as seguintes palavras:

Livros, observou certa vez o escritor Jean-Paul, são cartas dirigidas a amigos, apenas mais longas. Com esta frase ele explicitou precisamente, de forma graciosa e quintessencial, a natureza e a função do humanismo: a comunicação propiciadora de amizade realizada à distância por meio da escrita.

E um pouco mais adiante:

(...) Obviamente, o remetente desse gênero de cartas de amizade envia seus escritos ao mundo sem conhecer os destinatários — ou, caso os conheça, está consciente de que o envio das cartas os ultrapassa e consegue criar uma multiplicidade indeterminada de oportunidades de estreitar amizades com leitores anônimos,

muitas vezes ainda nem nascidos. (...). A escrita não só estabelece uma ponte tele comunicativa entre amigos manifestos vivendo espacialmente distantes um do outro, mas também põe em marcha uma operação rumo ao que não está manifesto: ela lança uma sedução ao longe, uma *actio in distans*, no idioma da magia da antiga Europa, com o objetivo de revelar o amigo desconhecido enquanto tal e levá-lo a ingressar no círculo de amigos. De fato, o leitor que se expõe a essa carta mais longa pode entender o livro como um convite, e, caso se entusiasme pela leitura, apresentar-se então ao círculo dos destinatários para lá dar testemunho do recebimento da mensagem.⁶

Depois desse início em que a cultura literária humanista é apresentada como uma espécie de sociedade letrada, fundada na amizade e difundida no tempo, no qual os emissores sabem da imprevisibilidade de seus receptores e, ainda assim, embarcam na tarefa de escrever cartas dirigidas a amigos não identificados, Sloterkijk arremete contra o fantasma comunitário da sociedade literária, contra esse sonho da seita ou do clube dos amigos que trocam cartas e que, em seu projeto expansivo e universalizante, se projeta como uma norma para toda a sociedade.

A época triunfal do Humanismo é, portanto, a época dourada da Pedagogia, a época em que os intérpretes autorizados, os guardiões dos livros e das bibliotecas, os professores de leitura, não só se vangloriavam de um conhecimento privilegiado de quais eram as cartas fundadoras de amizade, de coletividade, mas se atribuíam a missão de incorporar as novas gerações ao círculo dos intercâmbios epistolares. Assim, a comunidade humana ideal se convertia em uma espécie de comunidade de escritores e de leitores, em uma espécie de sociedade literária, ao molde da qual se construíram, e ainda se constroem, tanto os estados nacionais como, no limite, a própria ideia de humanidade subjacente a isso que alguns ainda chamam “Humanidades”.

6. SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano. Resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo* (Tradução de José Oscar de Almeida Marques). São Paulo: Estação Liberdade, 1999, pp. 7-9.





4.

Esta carta aos leitores que vão nascer é um dispositivo muito simples: seu único propósito é buscar um destinatário através do espaço e do tempo para lhe contar sobre a existência dos livros.

Mas o que, primeiro, cabe explorar é se esse gesto pode situar o livro *em outro tempo que não o da História*, se pode inseri-lo no interior de um tempo que não esteja construído como continuidade, mas como descontinuidade, em um tempo que admita a novidade radical ou, em uma só palavra, o acontecimento. O tempo a que se reporta o livro seria, assim, um tempo cindido, no qual os livros remeteriam a um passado outro que não o nosso passado e a um futuro outro que não o nosso futuro.

Cabe também, em segundo lugar, explorar se esse gesto pode situar o livro *em outro espaço que não o da comunidade definida pelo Humanismo*, se pode inseri-lo no interior de uma comunidade dispersa, babélica, que não esteja construída a partir do que os homens têm em comum, a partir do que os faz iguais, mas a partir do que os faz diferentes. A comunidade a que se reporta o livro seria assim uma comunidade plural, nada mais que o espaço no qual os homens desdobram suas diferenças, uma comunidade, em suma, que admite a heterogeneidade radical, ou seja, a alteridade.

Em terceiro lugar, cabe explorar se esse gesto pode inserir o livro *em outra transmissão que não a da Pedagogia*, se pode situá-lo no interior de uma transmissão que não esteja construída a partir da intencionalidade, mas a partir da abertura, uma transmissão que admita o acontecimento, a alteridade ou, em uma só palavra, o nascimento. A transmissão a que se reportaria o livro seria assim uma transmissão sem objetivos, sem finalidades, sem expectativas⁷

Com tudo isso, proponho-me também a explorar, em quarto lugar, se o livro pode ser ainda assim considerado um patrimônio ou uma herança. A palavra “patrimônio” implica propriedade e os livros não são de ninguém, apesar do zelo incessante dos que se creem seus proprietários ou seus guardiões, e apesar também das

7. Explorei tais temas em outras ocasiões. Por exemplo, LARROSA, Jorge. *Leer en dirección a lo desconocido (La aventura de leer en Nietzsche); La defensa de la soledad (para que nos dejen en paz cuando se trata de leer) e Imágenes del estudiar (Historias sobre la transmisión y la renovación)*, capítulos 14, 24 e 26 de *La experiencia de la lectura – Estudios sobre literatura y formación* (Edição revisada e ampliada). México: Fondo de Cultura Económica, 2003. *Dar a leer... tal vez, Sobre repetición y diferencia e Entre las lenguas*, capítulos 1, 5 e 10 de *Entre las lenguas. Lenguaje y educación después de Babel*. Barcelona: Laertes, 2003.

reiteradas e cada vez mais poderosas tentativas de apropriação dos livros por parte das instituições culturais, educativas, políticas ou comerciais. Pensar o livro como um “patrimônio público” nos levaria a analisar o que significa considerar os leitores como “público” e, mais radicalmente, qual é hoje a natureza do público: se ainda há algo comum entre os homens que não esteja capturado pelos aparatos do capital ou do Estado. Por outro lado, a palavra “herança” implica legitimidade para herdar e algo assim como um testamento que estabeleça as condições para acesso a ela e para a sua divisão. E implica também uma continuidade do mundo (entender o mundo como algo que se recebe e se deixa de herança) que hoje, mais do que nunca, é uma interrogação. A questão é saber se falar de Patrimônio ou de Herança não nos situa ainda, inevitavelmente, na perspectiva da História, do Humanismo e da Pedagogia... A pergunta seria, então, se pensar o livro situado em outro tempo, que não o da História, situado em outra comunidade que não a do Humanismo, e inserido em outra transmissão, que não a da Pedagogia, não supõe também pensá-lo *na perspectiva de outro legado, que não o da Herança*.

5.

Porém, talvez tudo seja uma questão de tom. O caráter já anacrônico da carta me permitirá imprimir, sem demasiado pudor, um tom de voz um tanto solene e antiquado do qual me é muito difícil escapar ao tratar dos livros e das leituras. O artifício da carta, entretanto, ao mesmo tempo em que nomeia um texto dirigido, nesse caso, a um destinatário único, mesmo que desconhecido, me permitirá também desenvolver um discurso articulado de uma só vez como chamamento e como desejo. Esta carta não é outra coisa que o desejo de um destinatário que falta (e do qual só pode ser presumida a falta) e o chamamento a um destinatário cuja vinda não está garantida. Além disso — posto que não se deseja nem se chama esse destinatário na ótica da História, nem do Humanismo, nem da

Pedagogia, nem do Testamento, isto é, de qualquer uma das modalidades discursivas que poderiam, de alguma forma, antecipá-lo, ou produzi-lo, para assim assegurar sua resposta, esta carta vai dirigida, literalmente, a ninguém.

Por isso, e apesar dessa certa solenidade para mim inevitável, esta carta pretende fugir de qualquer grandiloquência. O grandiloquente (termo criado, parece, por Cícero, que associa a palavra *loqui* à enormidade, ao excesso e à desmedida – *grandis*) seria aquele cujo discurso se constrói sobre a discordância entre aquilo que se fala e o tom em que se fala. Além disso, e ao mesmo tempo em que se ampara em palavras tão empoladas como vazias, o grandiloquente tende a aprisionar a multiplicidade da experiência em fórmulas necessariamente simplificadoras e reducionistas. O grandiloquente fala em tom maior e geralmente em voz alta, colocando-se no discurso como porta-voz de gigantescas abstrações. Por isso tende a utilizar formas enfáticas que escamoteiam e diminuem o infinitamente diverso e múltiplo da experiência. A grandiloquência é indiferente à experiência. Clément Rosset, assim, disse: “Conjurar o real a golpes de palavras: assim pode-se definir, de modo geral, a função da grandiloquência”.⁸

O amigo de quem roubei o título deste texto dizia, em algum trecho de sua conferência:

8. ROSSET, Clément. *L'écriture grandiloquente*. In: *Le réel. Traité de l'idiote*. Paris: Minuit, 1997. Ver também DERRIDA, Jacques. *D'un ton apocalyptique adopté naguère en philosophie*. Paris: Galilée, 1983.

9. GERALDI, João Wanderley. *Mensagem aos leitores que vão nascer*. Campinas, 2004 (mimeo).

Esta geração que se despede aprendeu muito. Deixou-se iluminar por grandes metarrelatos. Sonhou e trabalhou. Muitos nos esquecemos de ser felizes. Outros construímos nossa felicidade na luta e, mesmo que sem paciência para olhar o mundo, denunciemos a insensatez de sua destruição. Podemos deixar mensagens aos que vão nascer, além de pedir-lhes que nos olhem com simpatia? Talvez tenhamos que reconhecer que nossos tratados foram sempre sobre a grandeza e que esquecemos a grandeza do ínfimo.⁹

Nesse parágrafo, Wanderley escreve ao estilo do poema de Brecht *Aos que vão nascer*, que fala de uma geração de lutadores

utópicos e generosos, seguramente fracassados, cuja vida se construiu a partir de uma certa fé e uma certa esperança, e que esteve aprisionada pela dureza dos combates que empreendeu. O poema de Brecht fala dessa geração que, ao se dirigir aos homens do futuro, só lhes pode pedir que não sejam muito impiedosos com ela, que a olhem com simpatia. Porém, ao final de seu texto, Wanderley utiliza o título de um livro de poemas de Manoel de Barros¹⁰ para reivindicar um olhar que seja capaz de se dar conta da grandeza que há no pequeno, no menor, no insignificante, no ínfimo.

Não resta dúvida de que qualquer defesa costumeira da importância do livro e da leitura tende à grandiloquência, isto é, a englobar o singular e, portanto, plural das experiências da leitura em um quadro político, social ou cultural, em um metarrelato, que asseguraria sua inteligibilidade ao mesmo tempo que as reduziria à insignificância. E, nesse sentido, talvez seja hora de destacar o que a experiência da leitura tem de insignificante em relação às ideias de História, de Humanidade, de Pedagogia e, inclusive, de Patrimônio e de Herança. Ainda que somente para sermos capazes de nos dar conta do que o livro e a leitura têm de infinito e talvez de incompreensível.

6.

Este prólogo começava com isso de que os livros são espécies de espaços muito especiais. Era, sem dúvida, um aceno para os leitores de Perec, porém, ainda mais e outra coisa. Os livros podem ser considerados como estranhos dispositivos de espacialização do tempo e de temporalização do espaço. A carta aos leitores que vão nascer não pretende ser outra coisa além de um exercício no qual esses espaços que são os livros se insiram em umas formas de temporalidade, em umas possibilidades de tempo, que não sejam as do futuro, mas as do porvir; que não sejam as do patrimônio ou as da herança, mas as de um presente; que não sejam as da continuidade, mas as da fecundidade; que não sejam as do que já foi dito, mas as

10. BARROS, Manoel de. *Tratado das grandezas do ínfimo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

do que ainda está por dizer. E o livro de Perec termina, justamente, com um fragmento no qual o tempo se faz espaço, se faz escrita... e no qual o espaço, a escrita, se projeta no tempo.

A citação é, talvez, muito longa, mas vale a pena. Além disso, vou me permitir uma licença: vou trocar a palavra “lugar” e a palavra “espaço” pela palavra “livro”, e vou introduzir, uma só vez, a palavra “ler” e a expressão “dar a ler”. A citação, modificada, é a seguinte:

Gostaria que existissem livros estáveis, imóveis, intangíveis, intocados e quase intocáveis, imutáveis, arraigados; livros que fossem referências, pontos de partida, princípios (...). Tais livros não existem, e é por que não existem que o livro se torna questão, deixa de ser evidência, deixa de ser incorporado, deixa de ser apropriado. O livro é uma dúvida: é-me preciso incessantemente marcá-lo, designá-lo; ele nunca é meu, nunca me é dado, tenho que conquistá-lo.

Meus livros são frágeis: o tempo vai desgastá-los, destruí-los (...). O livro se desfaz como a areia que desliza entre os dedos. O tempo leva-o e somente me deixa alguns pedaços disformes.

Dar a ler: tratar de reter algo meticulosamente, de fazer com que algo sobreviva: arrancar umas migalhas precisas do vazio que se cava continuamente, deixar em alguma parte um sulco, um rastro, uma marca ou alguns sinais.¹¹

11. PEREC, Georges. *Espèces d'espaces*, op. cit., pp. 122-123.

Carta aos leitores que vão nascer

1.

As primeiras palavras desta carta não serão minhas, mas de Paul Celan. Entretanto, quem poderia dizer que são suas as palavras que diz, que escreve ou que lê? Palavras alheias, então, palavras de outro, palavras já de todos, ou de ninguém, ou de qualquer um:

O poema (...) pode ser uma garrafa lançada ao mar, abandonada à esperança – tantas vezes frágil, certamente – de que qualquer dia, em alguma parte, possa ser recolhida em uma praia, na praia do coração talvez. Os poemas, nesse sentido, estão a caminho: se dirigem a algo. Em direção a quê? Em direção a algum lugar aberto a invocar, a ocupar, em direção a um tu invocável, em direção a uma realidade a invocar.¹²

Paul Celan leu essas palavras em um discurso pronunciado em Bremen, em 26 de janeiro de 1958, poucos meses antes de eu nascer. Começo, pois, esta carta com umas palavras que antecedem o meu nascimento e que abriram caminho através do tempo, através do espaço, através da pluralidade das línguas, através também da morte do poeta que as escreveu... e que eu quero enviar a ti, leitor desconhecido, ainda por nascer.

2.

Uma carta é um curioso dispositivo. Habitualmente é encabeçada por um lugar e uma data, digamos que o lugar é esta cidade, “Barcelona”, e a data a de hoje, “quinta, 15 de março de 2007”. A data é a marca de um tempo, de um agora, cujo destino é ser já passado, já outro, no momento da leitura. E o lugar é a marca de um espaço, de um aqui, a partir do qual se abre uma distância, e ao mesmo tempo uma comunicação com o espaço, sempre outro, da leitura. Uma

12. CELAN, Paul. Discurso de Bremen. In: *Rosa cúbica – Revista de Poesía*, n. 15/16. Barcelona, 1995, p. 50. (Tradução para o espanhol de José Ángel Valente).

carta é um dispositivo que enlaça, sem fazê-los coincidir, tempos e espaços, ou seja, comunica-os sem eliminar sua distância, mantendo-os em sua diferença, tensionando-os em sua alteridade constitutiva.

Porém, uma carta como esta, uma carta aos leitores que vão nascer, tem que ser escrita de um lugar e de um tempo, um aqui e um agora, muito mais genéricos. Esta carta, de fato, começou com uma data outra, a que situa no espaço e no tempo as palavras com as quais Paul Celan compara o poema com uma garrafa lançada ao mar. Além disso, se consideramos seu estilo, esta carta, ou este tipo de carta, começa no momento em que os leitores e os escritores se sentem, pela primeira vez, herdeiros de uma tradição e, por sua vez, na obrigação de transmiti-la através do tempo. Esta carta, então, começou a ser escrita há muitíssimos anos e o que faço é apenas reescrevê-la e reenviá-la. Poderia dizer-se que esta carta é mais um episódio de uma longa série de cartas que os leitores e os escritores de todos os tempos têm enviado ao futuro. Porém, ao mesmo tempo, é outra carta. Desta vez sou eu quem a escreve, outra vez de novo, e cabe a mim, portanto, datá-la. Qual será, então, a data que convém a ela?

Meu tempo, a época do mundo em que te escrevo, foi nomeado de diversas maneiras: dizem-nos que vivemos na “sociedade do trabalho”, ou na “sociedade do tempo livre”, ou na “sociedade do consumo”, ou na “sociedade pós-capitalista”, ou na “sociedade líquida”, ou na “sociedade do capitalismo individualista”, ou na “pós-modernidade”, ou na “hipermodernidade”, ou na “sociedade da informação”, ou na “sociedade do risco”, ou na “sociedade multicultural”, ou na época do “pós-colonialismo”... e poderia multiplicar os diferentes modos como, a partir de diferentes pontos de vista, os homens de hoje nomearam e nomeiam sua dificuldade para compreender o presente, sua perplexidade perante o presente. Porém, eu vou escolher, para datar minha carta, uma determinada situação existencial em relação ao tempo e ao mundo.

Eu te direi, em primeiro lugar, que esta carta que hoje e aqui te escrevo está sendo escrita em um tempo de crise, de incerteza, de transição, talvez como todos os tempos, porém no qual, diferentemente de outros tempos, é muito difícil nos orientarmos: como se tivéssemos perdido o sentido do tempo. Esta carta está sendo escrita segundo a forma particular que no tempo em que vivo adquire o feito humano de viver com consciência de tempo, de um tempo que passa, em que tudo passa, em que tudo caduca e desaparece, em que tudo se transforma, em que tudo o que se conserva acaba se convertendo em outra coisa... e de um tempo também em que algo novo e desconhecido nasce continuamente, talvez. Eu te direi, então, que o tempo humano, meu tempo, o tempo no qual te escrevo esta carta, está dividido entre o não mais e o ainda não, está constituído como uma brecha no tempo, como um presente móvel e movediço, sempre incompreensível, no qual tudo o que tem sentido se desvanece perante nossos olhos, e no qual o que nasce, o que se anuncia, o que vem, não compreendemos. O tempo em que vivo é um tempo que perdeu sua orientação, suas referências, o sentido do que poderia ser sua origem e do que poderia ser seu fim ou sua finalidade. Por isso te escrevo com a sensação de que esta carta não tem uma origem que pudesse lhe dar um fundamento, nem um propósito que pudesse lhe dar um sentido.

Eu te direi também, em seguida, que esta carta está sendo escrita de um lugar que nos é muito difícil chamar nossa casa e que, por isso, pode ser qualquer dos lugares do exílio, do estrangeiro, do exterior, do estranhamento, da estranheza, do desenraizamento. Esta carta, então, está sendo escrita com base na forma particular que neste mundo em que vivo adquire o feito humano de habitar um mundo, de possuir um mundo, de viver com certa consciência do mundo. E eu te direi que o mundo humano, meu mundo, o mundo que habito, é um mundo que se fez estranho para nós, do qual não podemos nos sentir próximos, ao qual às vezes pertencemos e não pertencemos, um mundo em relação ao qual sempre estamos à distância, ao qual é muito difícil amar.

No tempo em que eu vivo se expande o desenraizamento em relação ao passado e o não saber a que se ater em relação ao futuro. E se expandem também os espaços inóspitos e vazios, que não são mais casa ou morada para a vida dos homens – lugares de sentido, lugares públicos nos quais os seres humanos veem-se entre os outros e tratam de elaborar, com eles, o sentido ou o sem-sentido de suas vidas –, mas sim, pura e simplesmente, contêineres para o trabalho, o consumo e a circulação: espaços também do desenraizamento.

3.

Uma carta habitualmente leva também o nome e o endereço de seu destinatário. Porém, a ti, leitor ainda por nascer, não te posso conhecer. Não sei nem como te chamas, nem onde estás. O que sei de ti ou, ao menos, o que me permite invocar-te, é que vais chegar a um mundo no qual tratarás de te sentir em casa, e a um tempo que te escorrerá entre os dedos sempre que tentares agarrá-lo. E sei algo mais: que, para ti, vires ao mundo e vires ao tempo é inseparável de vires à linguagem. Sei que tu – como eu, como nós, porque talvez isto seja a única coisa que pode criar entre tu e eu algo assim como um nós – és também um animal de palavras, um vivente cuja vida é, entre outras coisas, uma torpe, e às vezes desesperada, e às vezes impossível, busca de sentido.

Então, és assim como te invoco: a ti, leitor desconhecido, ainda por nascer, que vens ao tempo, a um tempo que não será nem a repetição do meu tempo nem a continuação do meu tempo, porque será teu tempo, um tempo outro no qual já não estarei... ou a ti, leitor desconhecido, que vais nascer, que virás ao mundo, a um mundo que não será nem a repetição nem a continuação do meu mundo, porque será teu mundo, um mundo outro que eu não poderei habitar... ou a ti, leitor desconhecido, ainda não nascido, que estás vindo à linguagem, a uma linguagem que não será nem a repetição nem a continuação da minha linguagem, porque será a tua linguagem, uma linguagem outra que já não poderei nem falar nem compreender.

4.

Quero te enviar agora palavras alheias, uma espécie de conto, ou de apólogo, muito belo, quase uma parábola, que escreveu um filósofo chamado José Luis Pardo:

Do campo de concentração de Westerbork, na Holanda, saíram, durante a Segunda Guerra Mundial, 93 trens, cada um deles com uns mil deportados, trens que faziam o trajeto até Auschwitz em quatro dias e tardavam outros quatro para regressar, a fim de apanhar uma nova carga. Ao cabo de umas quantas viagens, um ajudante da enfermaria do campo holandês se deu conta de que eram sempre os mesmos trens que faziam o transporte. A partir desse momento, os deportados deixaram mensagens ocultas nos vagões, mensagens que voltavam nos trens vazios (...). As obras de arte se parecem com essas notas: estão sempre em lugares de trânsito (...). Os artistas não são diferentes desses deportados (...), simplesmente fizeram a viagem primeiro e deixaram essas inscrições para que aqueles que os sucedessem pudessem viver algo que, de outro modo, resultaria insuportável (...): ensinaram-lhes que sua dor, sua falta de refúgio, não era a primeira, que não era original, mas uma repetição, que já outros homens a haviam sofrido e que agora eles, os novos viajantes, podiam ver-se nessas notas como em um espelho no qual conseguiriam sentir sua própria dor que, então, se converteria em uma dor comum, partilhada. Isso – as notas dos trens com destino a Auschwitz, as obras de arte – não livra ninguém de sua dor (...), simplesmente permite vivê-la, permite tomar coragem, seguir respirando apesar da desolação, da morte, da mesquinharia e da estupidez e em meio a elas. Pode ser que essas notas pareçam pouca coisa, quase nada. Mas são literalmente vitais para nós que estamos nesse trem ou sabemos que algum dia teremos de fazer essa viagem.¹³

13. PARDO, José Luis. *A cualquier cosa llaman arte*. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (org.). *Habitantes de Babel – Políticas y poéticas de la diferencia*. Barcelona: Laertes, 2000, pp. 333-334.





5.

Este curioso dispositivo a que chamamos carta habitualmente leva também uma assinatura, a assinatura de quem a escreve e a envia. Teria então que me apresentar, e te dizer quem sou, e escrever meu nome... Mas neste caso meu nome não importa. O que importa, sobretudo, é em nome de que, ou de quem, te escrevo. E a única coisa que te posso dizer é que te escrevo porque eu quero te contar que, neste tempo outro, neste mundo outro e nesta língua desconhecida para os que como tu vão nascer, haverá, talvez, coisas como garrafas lançadas ao mar ou notas escritas nos cantos escondidos dos vagões. Coisas como poemas e obras de arte que também estão neste tempo, neste mundo e nesta língua. Coisas que são quase nada e, ao mesmo tempo, para alguns de nós, têm uma importância, literalmente, vital. Coisas que nós recebemos de outros e que, alguns de nós, trataremos de conservar para deixar a ti como uma lembrança, como um presente. Escrevo-te, pois, em nome dos leitores, de um certo tipo de leitores.

Eu te escrevo, em primeiro lugar, em nome dos leitores para os quais a leitura é uma experiência vital, aqueles que leem não por amor aos livros, mas por amor à vida, aqueles para os quais a leitura é essencial em sua forma de sentir ou de tocar ou de saborear a vida, aqueles para os quais ler é inseparável de sua consciência de estarem vivos, de seu sentimento de estarem vivos, e da intensidade de estarem vivos, aqueles para os quais a leitura é fundamental na constituição de uma forma de vida.

E, escrevo-te, em segundo lugar, em nome de um tipo muito especial de leitores: os leitores que dão a ler, os leitores que dedicam a vida à transmissão e à renovação da leitura. Um filósofo chamado Emmanuel Lévinas escreveu assim:

14. LÉVINAS,
Emmanuel. *L'au-
delà du verset*. Paris:
Minuit, 1982, p. 99.

A transmissão comporta um ensino que já se desenha na receptividade mesma do aprender e a prolonga: o verdadeiro aprender consiste em ser atingido pela leitura tão profundamente, que brota

a necessidade de se dar ao outro: a verdadeira leitura não permanece na consciência de um só homem, mas estoura em direção ao outro.¹⁴

Eu te escrevo, então, em nome dos leitores nos quais se conjuga a paixão de aprender e a paixão de ensinar, a paixão de receber e a paixão de dar, a paixão de ler e a paixão de dar a ler. E a paixão de viver, claro, também a paixão de viver.

6.

O filósofo Miguel Morey, um desses leitores que dão a ler, e que entendem a leitura não como conhecimento, mas como sabedoria, quer dizer, como forma de vida, traduziu um livro de Giorgio Colli, e no posfácio desse livro, Miguel caracteriza do seguinte modo os leitores que dão a ler, esses seres estranhos e generosos em nome dos quais te escrevo:

Que as páginas a seguir são um presente é bem evidente (...). Não podia ser de outra maneira: tantos milhares de horas dedicadas a transmitir, explicar ou refutar os princípios enunciados por Zênon, de Aristóteles a Teofrasto e deste a Simplicio, de Diels a Colli e deste a Berti, até chegar finalmente a este tradutor que procurou oferecê-las a ti, leitor, sem que perdessem um ápice de sua nobreza. Tantas horas da vida desperta de tantos homens não poderiam constituir outra coisa senão uma homenagem à inteligência, melhor, à generosidade da inteligência. Ainda que nos chegue assim sutil, como a vibração final de um sino tocado remotamente, eco de um eco de um eco, se quiser, mas daquelas palavras por meio das quais alguns homens ousaram fazer da sabedoria sua forma específica de santidade.¹⁵

Eu te escrevo, pois, como leitor, como um desses leitores cuja função e cujo privilégio é transmitir aos outros aquilo que leem, fazê-lo passar através do tempo, através das línguas, através das gerações, dá-lo a ler.

15. MOREY, Miguel. Giorgio Colli, penúltima lição — Posfácio a G. Colli. In: *Zenón de Elea*. Madrid: Sexto Piso, 2006, p. 184.

Porém, se me dirijo a ti invocando teu nascimento, devo, de minha parte, em justa correspondência, escrever-te do lugar dado por minha mortalidade. Eu, como tu, também cheguei demasiado tarde a um mundo que já estava ali. E minha vida, como a tua, será curta, muito curta. Cabelos brancos coroa minha cabeça e tu, leitor incerto e desconhecido, ainda estás por nascer. Quando receberes esta carta, eu já estarei morto. Escrevo-te, pois, como um ser mortal que se dirige a outro ser mortal com o qual nunca poderá se encontrar. Escrevo-te sabendo que tu e eu estamos irremediavelmente separados, que a distância que há entre nós não tem solução nem remédio. Escrevo-te sabendo que não há ponte alguma que permita transpor o abismo que nos separa. Escrevo-te, pois, diante de uma diferença insanável, diante de uma distância sem consolo: diante da irremediável distância que sempre existe entre o que fala e o que escuta, entre o que escreve e o que lê, entre o que dá e o que recebe, entre qualquer eu que invoca e qualquer eu invocado. Mas mesmo assim te escrevo.

Eu te escrevo, então, sabendo que o tempo que nos separa é um tempo descontínuo. Quero te dizer, com isso, que o tempo no qual tu virás não será nunca meu futuro. E a isso, a um futuro que não será o meu, poderíamos chamar porvir. O futuro tem a ver com o previsível, com o que é possível predizer, com o que se pode antecipar e, de algum modo, projetar. Porém tu, leitor ainda por nascer, não és previsível, nem “predizível”, nem antecipável e, claro, seria muito arrogante de minha parte pensar que podes ser algo assim como um projeto meu. O porvir tem a ver com o que vem... com o que vem como novidade, como milagre, como liberdade, como surpresa, como acontecimento, como criação, como nascimento. E o que posso antecipar de ti, nesta carta, é somente que virás, que vais nascer.

16. LÉVINAS,
Emmanuel. *Totalité
et infini – Essai sur
l'extériorité*. Paris:
Livre de Poche (Biblio
essais), 1987, p. 314.

7.

Emmanuel Lévinas — aquele que nomeava com a palavra “estouro” a relação entre o receber e o dar-se da leitura, aquele que dizia que a leitura, quando nos atinge com a profundidade suficiente, “estoura em direção ao outro”, em direção a um outro que, ainda que seja imprevisível e desconhecido, é sempre um tu concreto e singular, uma singularidade qualquer — pensou essa relação entre gerações que não é a da continuidade nem a de presença em termos de “fecundidade”. Lévinas dizia assim: “Um ser capaz de outro destino que não o seu é um ser fecundo”.¹⁶ Outro destino que não o seu significa algo assim como um destino que não é a repetição de seu destino, nem a continuação de seu destino, porque é um destino outro, ou um destino do outro, um destino, em última instância, do qual nunca será possível apropriar-se.

Poderíamos modificar essa citação e dizer, por exemplo, que um tempo capaz de algum outro tempo é um tempo fecundo, ou que uma vida capaz de alguma outra vida é uma vida fecunda, ou que uma palavra capaz de alguma outra palavra é uma palavra fecunda, ou que um pensamento capaz de algum outro pensamento é um pensamento fecundo. E a fecundidade não tem a ver com a nossa finitude, com o fato de que nascemos e morremos, com a nossa comum mortalidade? Somente um ser mortal pode ser fecundo. Somente um tempo mortal, ou uma vida mortal, ou uma palavra mortal, ou um pensamento mortal permitem que algo outro (um tempo outro, uma vida outra, uma palavra outra, ou um pensamento outro) nasça da entrega de seu próprio tempo, de sua própria vida, de sua própria palavra, ou de seu próprio pensamento. A generosidade dos que dão a ler, desses em nome dos quais te escrevo, talvez seja algo assim como a generosidade da fecundidade.

Porém, na escrita e na leitura, não se trata da fecundidade legítima e legitimada pelas instituições do parentesco, essa que transmite um nome, um patrimônio e uma herança, mas da fecundidade dispersa, imprevisível, desordenada e selvagem da disseminação.

8.

Tu já sabes quem te escreve esta carta, de onde a escreve e de que maneira te procura e te invoca, para se dirigir a ti através do tempo com a esperança, certamente tão frágil, de te encontrar. Eu te direi agora por que te escrevo. Além de uma data, um endereço e uma assinatura, uma carta leva também uma mensagem. Cartas se escrevem porque alguém quer dizer algo a alguém. Assim, escrevo-te, leitor desconhecido, para te falar, ou te contar, de um presente. Não se trata, claro, de um patrimônio, porque isso de que eu quero te falar não tem dono. Não se trata tampouco de uma herança, porque a recepção disso de que eu quero te falar não requer nenhum título, nenhuma credencial, nenhum documento de identidade, nenhum testamento. Além disso, esse presente do qual quero te falar sempre te deixa livre para aceitá-lo ou para recusá-lo ou, simplesmente, para ignorá-lo. Quero te falar de garrafas lançadas ao mar, de notas escondidas nos vagões de trem, de ecos de ecos de ecos, de leituras que estouram rumo a um destino, ou a uma destinação, ou a um destinatário que nunca será seu, de palavras fecundas, de palavras escritas que eu gostaria de te dar a ler.

Eu te escrevo, então, a partir da dupla responsabilidade que cabe aos leitores que dão a ler. Essa responsabilidade tem a ver, em primeiro lugar, com o que recebi, com o que vem antes de mim, com o que me precede, com o que fui capaz de acolher... e tem a ver também, em segundo lugar, com o que te dou, com o que te destino, com o que dirijo a ti, leitor por vir, que estás para além de mim. E cada uma dessas responsabilidades contém um paradoxo interno. Como leitor, minha maneira de receber, ou de responder, ao que me vem não pode ser outra que não um escolher, um preferir, um sacrificar, um excluir, um reinterpretar, um criticar, um deslocar, um decidir, um mal interpretar, inclusive. Para ser fiel ao que recebi, para mantê-lo com vida, tive que lhe ser infiel. Ou seja, tive que ler. Nesse sentido, não será a leitura, ao mesmo tempo, fidelidade e infidelidade? Além disso, minha maneira

de dar, ou de enviar, o presente não pode ser outra que não a de um deixar viver, a de um desprender-me dele para que tu, leitor desconhecido, o mantinhas com vida, o acolhas, te encarregues dele, mas sendo-lhe também infiel, da tua maneira, quer dizer, para que tu o leias.

9.

Antes te disse que meu nome não importa. De fato, não te escrevo em meu nome, mas em nome destes seres estranhos que são os leitores que dão a ler. Daí a voz que habita esta carta. A voz é a marca da subjetividade na escrita. E em uma carta a voz se configura na tensão entre quem a escreve e o destinatário. Minha voz, nesta carta, invoca-te, quer dizer, chama-te e deseja-te. Esta carta que te invoca como um leitor por vir gostaria, então, de fazer-te vir, dar-te um lugar para que venhas. Ainda que esse lugar seja tu que o abras no acontecimento mesmo de tua vinda. Com esta carta, não pretendo outra coisa que não te dar um lugar que, contudo, não posso projetar, nem definir, nem antecipar.

Além disso, esta carta é uma carta coletiva. Nela te escrevo eu, é claro, porém te escrevo com todas as vozes que misturei com a minha ou, melhor dizendo, com todas as vozes que constituem a minha. Minha voz, que é uma voz de leitor, é composta de todas as vozes que me deram. Por isso é e não é minha, ao mesmo tempo. Esta carta que eu hoje, aqui, te escrevo, é, então, uma carta polifônica, feita de muitas vozes, como um tecido ou uma trama de vozes. E você não lerá a mim, mas à minha voz, quer dizer, à forma como tramei ou teci para ti uma polifonia em movimento.

10.

Com todas as vozes que tramei, quero falar-te, leitor por vir, de um presente feito de palavras que viajam levadas pelo mar, ou pelo eco, ou pelos vagões de trem. Também esta carta que te procura está

feita de palavras, das minhas e das de outros. Acaso serão essas palavras as que nos unem? As palavras que falam de palavras, as que enviam palavras? As palavras que te envio através do tempo e do espaço, as que te quero dar a ler?

O poeta Antonio Porchia escreveu: “o que dizem as palavras não dura. Duram as palavras. Porque as palavras são sempre as mesmas e o que dizem não é nunca o mesmo”.¹⁷ E, nesse rastro, outra poeta, Alejandra Pizarnik: “cada palavra diz o que diz e ainda mais e outra coisa”.¹⁸

Estas palavras que te envio, leitor por vir, estas palavras que te dou para fazê-las durar, para inseri-las no tempo, para colocá-las em movimento, serás tu aquele que as lerá. E as lerás com tua própria voz, com tua própria língua, com tuas próprias palavras, no teu próprio mundo, no teu próprio tempo. Por isso não posso saber o que estas palavras te dirão. Elas serão as mesmas, mas o que dizem serás tu a dizer, serás tu a ler. Envio-te estas palavras não porque são minhas, mas para que sejam tuas. Por isso, quando tu, que és outro, as leres, encarregue-te delas... então estas palavras serão as mesmas que as que eu te envio, mas, sendo as mesmas, não dirão o mesmo: dirão ainda mais e outra coisa.

11.

Só falta despedir-me de ti, o que significa despedir-me desta carta, das palavras que te escrevi, para que ela vá ao teu encontro. Eu te dizia no início desta carta que o poeta Paul Celan te almejava como uma praia do coração do outro lado do mar. O mesmo Celan escreveu que “a poesia não se impõe, se expõe”.¹⁹ Nenhuma pretensão, então, de te impor este presente. Como leitor que dá a ler não sou o proprietário dele, nem seu guardião, nem seu depositário, nem seu administrador, nem seu legítimo intérprete. Só quis expô-lo a ti para que sejas tu quem, talvez, livremente, se exponha a ele. Como uma praia do coração, talvez. Para que lhe sejas fiel e infiel, à tua maneira. Para que encontres nele, e com ele, uma maneira de dizer

17. PORCHIA, Antonio. *Voces*. Buenos Aires: Edicial, 1989, p. 111.

18. PIZARNIK, Alejandra. *Poesía completa*. Barcelona: Lumen, 2005, p. 283.

19. CELAN, Paul. *Le méridien et autres proses*. Paris: Seuil, 2002, p. 51.

e de dizer-te que será a tua. Para que tu, de tua parte, o entregues a outros e o mantinhas com vida, para que o abras à sua diferença, quer dizer, à sua fecundidade. Então, adeus.

Epílogo

1.

Começo este epílogo com outro roubo, desta vez não de um título, mas de uma história. A história é de Paola Roa, uma promotora de leitura que trabalha para uma associação, chamada *Asolectura*, que atua na Colômbia e a quem conheci no ano passado enquanto percorria esse país tão lindo e tão dilacerado em relação aos livros e à leitura.

Paola, em Bogotá, lê todas as sextas-feiras aos mendigos que passam pelo albergue do Hospital de Santa Clara, somente homens, em sua maioria analfabetos, alguns deles com um passado “normal” em que diferentes circunstâncias os empurraram para a miséria. É Roberto, um antigo empresário que se apaixonou por uma adolescente dependente de drogas que o levou à ruína. É Javier, um velho ladrão que teve seus momentos de glória, de riqueza e inclusive de poder, que percorreu meio mundo traficando, antes de viciar-se ele mesmo. É também Jaime, um jovem boêmio, bonito, sedutor, grande leitor, dependente de cocaína, pelo qual se apaixonou perdida e imprudentemente uma das médicas do hospital, que desde então o presenteia com livros e comida e, algumas vezes, deixa-o dormir e se banhar em sua casa. E Adriano, um homem que abandonou sua casa aos nove anos e que viveu quase cinquenta em El Cartucho, o bairro dos indigentes da cidade, agora transformado em parque. Paola não pretende compreendê-los, nem ajudá-los. Não tem em vista objetivos pedagógicos, nem sociais, nem políticos, nem de nenhum outro tipo. Simplesmente

vai lá e lê. Os ouvintes se mantêm distantes em sua incompreensibilidade, em sua alteridade, porém ela, às vezes, sente-os muitíssimo próximos na leitura, na emoção da leitura. A cada semana há novos ouvintes e alguns da semana anterior desapareceram. Na semana em que conheci Paola, ela havia lido as *Nanas de la cebolla*, de Miguel Hernández. Outro dia leu *Los arautos negros*, de [César] Vallejo. E *Diles que no me maten*, de [Juan] Rulfo. E algo de Kafka, o princípio de *A metamorfose*. Paola é uma jovem estudante de literatura que lê contos e poemas aos mendigos de Bogotá. Porque sim, por via das dúvidas, para oferecer algumas formas de beleza que possam aliviá-los ao longo do tempo. E algumas palavras nas quais possam ler e sentir, talvez, a sua própria vida. Os mendigos dizem a ela que é linda, e que é jovem, e que é mulher, e que lê bonito, e talvez isso seja suficiente.

Digo a ela que deveria escrever essas histórias. Ela me diz que tem um diário, algumas notas, que talvez algum dia... Paola rouba esse tempo de leitura com os mendigos de outras urgências, de outras necessidades. Para presentear-los. E conta em seu diário o que queria fazer, o que fez, também o que lhe aconteceu, sobretudo o que lhe aconteceu. Talvez seu diário seja o único rastro que deixem essas leituras que nunca entrarão na contabilidade das estatísticas e que não dependem das políticas institucionais de leitura.

Imagino a sala do Hospital Santa Clara e o silêncio dos mendigos. E o verso: “Há golpes na vida tão fortes... eu não sei!”.²⁰ Ou a história de Gregor Samsa, que uma manhã acordou transformado em barata. Paola me conta que viviam milhares de indigentes em El Cartucho. E que, quando foram expulsos por conta da demolição das casas, houve alguns mortos – “limpeza social” se diz. Imagino então, com um calafrio, como soam ali as palavras do pai que envia o filho para rogar por sua vida no conto de Rulfo: “Diga-lhes que não me matem, Justino! Vai, diga-lhes isso. Que por caridade. Assim diga-lhes. Diga-lhes que o façam por caridade (...). Conte-lhes o quão velho estou. O pouco que valho. Que ganharão ao me matar?”.²¹

20. VALLEJO, César. *Los arautos negros*. In: *Obra poética*. Madrid: Arquivos, 1998.

Las nanas, de Miguel Hernández, não alimentam ninguém, não matam a fome, não tiram ninguém da miséria. Como tampouco o conto de Rulfo será capaz de salvar alguma vida. Nem a terrível parábola de Gregor Samsa poderá impedir que as pessoas que são vistas como anormais ou como monstruosas consigam escapar do confinamento, do abandono e por vezes do assassinato. Mas talvez nessa roda de leitura com os mendigos de Bogotá, uma ou outra vez, aconteça algo.

Paola me conta que ontem à noite a abordaram. Três meninos. Ao ver seus livros perguntaram se era professora. Um deles jogou os livros no chão e disse: “Isto não serve nem para merda nenhuma!” Outro: “Mas veja, bichinha, esta velha tem dois cartões! Vamos levá-la ao caixa eletrônico! “. E o terceiro: “Não, babaca, ali tem muita gente”. Ao que havia jogado os livros, ele respondeu: “Mas, arre, bichinha, olha se ela tem dinheiro! Porque eu tenho fome, tenho fome! “. A fome está ali. Um poeta colocou em palavras a fome das crianças. De Paola tiraram o dinheiro por fome, e ela recolhe do chão um livro de poemas em que também está a fome. E guarda-o em sua mochila de professora para lê-lo no albergue dos pobres, onde soará em meio à fome.

2.

O que diz essa história? Certamente algo que todos sabemos. Algo que não fala nem de História, nem de Humanismo, nem de Pedagogia, nem de Patrimônios ou Heranças. Mas que fala da leitura, do presente que ela é e de sua generosidade... de garrafas lançadas ao mar ou de notas escritas nos vagões... do tempo, que sempre é do outro... do anseio, certamente tão frágil, por um leitor que seja como uma praia do coração, talvez... e dessas experiências minúsculas e cotidianas, grandes por sua própria insignificância, das quais depende que alguma forma de beleza e de sentido se estabeleça, quiçá, no mundo.

21. RULFO, Juan.
Diles que no me mate.
In: *El llano en llamas*.
Barcelona: Anagrama,
1995.

A autoridade

YANN-HERVÉ MARTIN*

TRADUÇÃO CÍCERO OLIVEIRA

P

roponho começar por um lugar-comum, lembrando-os de que, em filosofia, é sempre de bom tom começar pelo mais simples, mesmo que isso signifique interrogar, a partir daí aquilo que poderia se parecer com lugares-comuns, clichês e ideias pré-concebidas. Acontece que isso cai bem com o tema da autoridade, porque ideias pré-concebidas sobre este assunto não faltam.

O lugar-comum mais clássico é aquele que consiste em afirmar que estamos atravessando hoje uma crise da autoridade, a qual, para alguns, seria até mesmo uma grande crise e, para os mais alarmistas, uma a crise sem precedentes, e que essa crise da autoridade se manifestaria em particular por meio de algumas vítimas, as quais sofreriam seus danos colaterais: os políticos, os sacerdotes, os professores...

Se é verdade que hoje atravessamos algo que é uma crise de autoridade, essa crise, contudo, não é tão recente. Gostaria de lembrá-los

* Este texto é uma transcrição editada de uma conferência (masterclass) proferida na EM Strasbourg Business School em dezembro de 2012. Disponível em: <tinyurl.com/4b8r888u> (Acesso: 05 ago. 2021).

de Nietzsche, que, em *O crepúsculo dos ídolos*, já escrevia: “Acredita-se correr o perigo de uma nova escravidão, tão logo a palavra ‘autoridade’ é ouvida”.¹ Estamos na segunda metade do século XIX e Nietzsche, fino observador dos costumes de seu tempo, já percebe o problema com a própria palavra, que se tornara ela mesma insuportável aos ouvidos de seus contemporâneos.

Essa crise de autoridade, cujo caráter contemporâneo não nego, manifesta-se de duas formas:

– Antes de tudo, por uma espécie de deterioração das hierarquias. A hierarquia, no sentido etimológico, é o poder naquilo que ele tem de sagrado (*hieros*, em grego, significa “sagrado”; *arché*, “poder”). Ora, se há algo que parece relativamente claro é que a reivindicação por autonomia, que é um componente do pensamento ocidental, produziu uma deterioração das hierarquias, as quais, hoje, não têm muito de *hieros*, não têm muito de sagrado. Elas nos parecem tão pouco sagradas, tão pouco legitimáveis que, pelo contrário, parecem muitas vezes ser, ao mesmo tempo, opressivas e arbitrarias. Ali onde haveria hierarquias, há muitos que só veem opressão, exercícios arbitrários do poder.

– A segunda manifestação dessa crise da autoridade consistiria talvez no modo como pensamos hoje a igualdade, como se a única igualdade válida fosse puramente horizontal, sem a menor dissimetria. A ideia, sem dúvida falsa, de que onde há hierarquias, onde há subordinados, é a própria igualdade que estaria sendo solapada. Ora há, sem dúvida, uma má concepção da igualdade, uma falsa representação da igualdade, mas que explica em parte o descrédito que afeta hoje a questão da autoridade.

1. NIETZSCHE, Friedrich. *O crepúsculo dos ídolos* (Tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Cia das Letras, 2017, p. 64.

Ao mesmo tempo, o bom de uma crise é que ela permite ver um pouco melhor aquilo que se via muito mal anteriormente. Nas sociedades tradicionais, contanto que a autoridade funcione, não temos que nos perguntar o que ela é, o que é o poder, o que é o

sagrado, o que é uma hierarquia; quando não há nenhum problema, isso é evidente. A vantagem de uma crise é que ela nos obriga a pensar naquilo em que normalmente não pensamos, e nos força a nos perguntarmos: o que acontece com essa autoridade, que nos parece hoje, com ou sem razão, estar em uma situação crítica?

E essa crise de autoridade já manifesta algo, ela nos faz descobrir que o poder não basta para ordenar a sociedade. Porque o poder sempre existe, sempre existiu. Se há uma crise de autoridade hoje, não é porque haveria uma falta de poder; essa crise da autoridade se manifesta justamente quando aqueles que supostamente têm poder não são mais capazes de exercê-lo de maneira eficaz, ou quando sua legitimidade no exercício de seu poder encontra-se contestada.

Mas se a crise da autoridade se manifesta quando a legitimidade do poder é colocada em questão, isso nos faz descobrir que o poder não basta para *ordenar* – e a palavra “ordenar” aí deve ser ouvida e entendida atentamente. *Ordenar* não é apenas comandar, dar uma ordem; é claro que todo poder é poder de ordenar, pois somente quem detém o poder pode dar a ordem para se fazer algo. Ordenar, contudo, num sentido mais comum, mais modesto, é “pôr em ordem”, é “dar ordem”. E essa crise da autoridade que uma certa impotência do poder manifesta nos mostra que quando o poder está nu, quando o poder é bruto, quando ele está abandonado a si mesmo, quando não é nada além do que o poder, fracassa tanto em colocar ordem quanto em dar ordens.

O poder não basta à autoridade, e há uma consequência disso que é possível depreender imediatamente: autoridade é diferente de poder. Não apenas autoridade é diferente de poder, mas parece justamente que, às vezes, ela pode se abster dele, e que se possa falar com autoridade mesmo que não se tenha quase nenhum poder. Vocês conhecem talvez uma expressão que aparece com frequência nos Evangelhos: diz-se que Jesus falava com autoridade; não sei qual a autoridade particular Ihe é atribuída, mas não se trata da autoridade de alguém dotado de poder.

Continuo minha reflexão, e gostaria também de preveni-los contra um risco de mal-entendido: o substantivo “autoridade” corresponde supostamente a um adjetivo – “autoritário”. Seríamos tentados a dizer que isso não é complicado: é autoritário aquele que tem autoridade, e basta que eu diga tal coisa para vocês se darem conta de que isso não é, de forma alguma, verdade. O autoritário é, talvez, aquele que tem tão pouca autoridade, que é obrigado a exagerá-la, a aumentá-la, e que, conseqüentemente, se encontra numa postura distorcida. A verdadeira autoridade poderia ser aquilo que me isentaria de ter que ser autoritário, o que também quer dizer que a verdadeira autoridade não deve ser procurada do lado dos autoritários, mas, sem dúvida, em outro lugar.

Para compreender de que se trata, teremos que distinguir aquilo que às vezes somos tentados a confundir. Digo o tempo todo, há anos, que a filosofia é, antes de tudo, a arte de pôr ordem nos conceitos e distinguir aquilo que o discurso comum tenta confundir. Quando se começa a ordenar, a pôr ordem, a distinguir, começa-se a enxergar com mais clareza, e é possível começarmos a nos entender, pois multiplicamos as chances de concordar com aquilo que estamos falando.

Ora, corre-se o risco de confundir aqui três noções, justamente: a de *poder* [*pouvoir*], *potência* [*puissance*] e *autoridade* [*autorité*]. Ao produzir essas distinções, podemos criar meios de começar a ver um pouco mais claramente.

– O poder (retomo a definição de Julien Freund, filósofo e sociólogo) é o comando estruturado socialmente e compartilhado em funções hierárquicas. O importante aqui são os termos “comando” e “hierarquia”. Aquele que tem poder tem o poder de comandar em nome do caráter reconhecido como legítimo do poder que é seu e que ele está habilitado a exercer. Não há poder sem hierarquia, não há poder que não seja, ao mesmo tempo, poder de comandar.

— A potência, por sua vez, é a capacidade de fazer ou fazer com que se faça. Se sei fazer algo, tenho a potência, mas, ao mesmo tempo, se posso fazê-lo é porque tenho justamente uma potência que me é reconhecida, por mais misteriosa que seja, que me permite produzir um efeito. A potência é medida pelos efeitos concretos que produz.

O poder está do lado do direito, do reconhecimento de um direito; a potência está do lado de e existe em virtude da efetividade. O poder real é obviamente um poder potente. Um poder reduzido à impotência seria apenas nominal e formal.

Aquele que tem potência pode tê-la por diferentes razões: porque dispõe de um saber-fazer, porque dispõe de um poder coercitivo (a potência dos pais, por exemplo, que é diferente da autoridade dos pais, pode se conformar com algo de coerção — a criança é forçada a obedecer seus pais). A potência pode passar pelo saber-fazer, a competência, que pode ser exercida por meio da coerção, ou também pela persuasão. A potência pode ser suave e flexível, pode ser a capacidade de fazer com que alguém faça aquilo que se foi capaz de persuadir. A potência pode ser da ordem de competência, pode ser coercitiva, pode ser persuasiva.

— A autoridade é aquilo que exclui tanto o constrangimento [*contrainte*] quanto a persuasão. Se recorro ao constrangimento ou se sou obrigado a recorrer a ele, é porque me falta autoridade. A autoridade não tem que jogar o jogo das discussões intermináveis no decorrer das quais tentarei persuadir alguém daquilo que é bom para ele. O mistério e a magia da autoridade é que ela não precisa do arsenal da potência para produzir efeitos. A autoridade, assim como o poder, tem a ver com o direito, aquele a quem reconheço uma autoridade é aquele a quem reconheço o direito de dizer aquilo que diz ou de fazer aquilo que faz. Não há verdadeira autoridade a não ser onde se reconhece que alguém tem o direito de falar e de agir como tal. A autoridade só se sustenta pelo direito reconhecido àquele a quem se reconhece a autoridade.

O desafio de minhas propostas será buscar a fonte desse direito, de onde vem esse direito reconhecido a alguns de falar ou de agir com autoridade. Já podemos observar que o efeito principal da autoridade é que ela põe ordem nas relações sociais, na família, na empresa, numa associação. Se não há polo de autoridade numa empresa, é a desordem, mesmo que exista um poder bem determinado, mesmo que se saiba quem é o chefe e como a empresa está estruturada.

Diria, portanto, que se o poder é poder na medida em que se dá ordem, isto é, se comanda, a autoridade é a autoridade na medida em que ela põe ordem. E é evidente que em qualquer sociedade precisamos de ambos, precisamos de um comando que assegure a circulação das ordens, e precisamos de uma autoridade que torne possível que se ponha em ordem.

Em outras palavras, ela substitui relações de dominação por relações de *subordinação*. Aí também não se deve confundir os dois. Na palavra “subordinação” ouve-se o termo “ordem”; ser subordinado não é ser submisso, mas receber seu lugar de uma ordem que prevalece sobre mim e a partir da qual reconheço meu papel e minha função. Ser subordinado é ser colocado sob uma ordem a partir da qual recebo o lugar e a função que me cabe.

Ser dominado, evidentemente, é se submeter ao jugo do mais forte ou mais poderoso que si. As relações sociais são, às vezes, simples relações de dominação; bem, isso quer dizer que elas funcionam mal. Quando uma sociedade é funcional, quando ela assegura a circulação da ordem, é porque conseguiu substituir relações de dominação por relações de subordinação.

Essa distinção entre subordinação e dominação me servirá de pano de fundo para buscar a fonte e as condições a partir das quais poderemos pensar os efeitos de uma autoridade autêntica. A autoridade implica justamente algo que é da obediência, mas uma obediência diferente da submissão, diferente da servidão. Portanto, para que minha obediência possa ser verdadeiramente obediência e não submissão, o que deve ser a autoridade? Ou melhor, o que dá

na mesma, o que pode ser o poder quando se não aceita ser reduzido ao jogo bárbaro de uma simples dominação coercitiva?

Estão entendendo que o desafio de meu *topos* é repensar os elos de subordinação, que têm pouco a ver com as distinções fáceis e distorcidas entre inferior e superior. Acredito que, quando tivermos banido de nosso discurso termos que são infamantes e não dizem a realidade das relações de autoridade, teremos, talvez, contribuído para poder colocar ordem nas relações sociais quando estamos diante delas, investidos de uma certa responsabilidade. Pensar a autoridade como aquilo que estrutura relações de subordinação será, talvez, eximir-nos de um poder que não seria nada além do que a constituição de relações de dominação superiores/inferiores.

Como funciona o poder e com o que ele se depara? Quando compreendemos a forma como o poder funciona, somos levados a entender o que constitui sua fraqueza e o que constitui o caráter necessário e indispensável da autoridade.

O poder é um tema que mereceria uma conferência à parte. Contentar-me-ei com uma abordagem que joga com três personagens pelos quais tenho um grande afeto: Santo Agostinho, que viveu há muito tempo; o outro, um pouco mais próximo, é Pascal; e ainda mais perto, Pierre Bourdieu. Pierre Bourdieu, aliás, escreve *Meditações pascalianas*,² e Pascal é um agostiniano – no fundo, há de fato uma filiação bastante natural que vai de Agostinho a Pascal e a Bourdieu. Eles têm em comum (embora não esteja totalmente de acordo) o fato de considerarem que as relações sociais são sempre fundamentalmente, constitutivamente, relações de dominação.

O que é vida social? Para qualquer um deles, trata-se do jogo que corresponde ao fato de que todos querem dominar todos, e esse jogo estrutura ou desestrutura tanto as famílias quanto as associações, as empresas ou a política. Uma vez que se diz que há sociedade onde todos aspiram a dominar todos, nos deparamos com o fato de que nem todos são tão fortes e que é preciso justamente que alguns consentam em ser dominados. Mas se consentimos em sermos dominados, nunca é com alegria no coração, porque reconhecemos

2. BOURDIEU, Pierre. *Meditações pascalianas* (Tradução de Sérgio Miceli). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

nossa fraqueza ou nossa baixa posição, e é para garantir, com isso mesmo, uma possível margem de dominação. Um exemplo bobo: se eu consentir em não ser o melhor de minha classe e reconhecer aqueles que são mais fortes que eu, sejam eles quantos forem, é preciso justamente uma compensação simbólica, que me reconheçam então como o mais engraçado, como o mais brincalhão, como o mais esportivo ou o mais simpático... ou, no limite, como o mais agressivo, pouco importa, mas em algum lugar é preciso que uma mais-valia simbólica me seja reconhecida e concedida. Só posso manter meu lugar na ordem social com a condição de que minha *libido dominandi*, para falar como Santo Agostinho, minha pulsão de dominação, encontre possibilidades de satisfação.

Santo Agostinho, portanto, como acabo de lhes dizer, relaciona isso com a *libido dominandi*, e relaciona essa *libido dominandi* ao amor próprio, ao fato de que, corrompido por aquilo que ele chama de pecado original, prefiro a mim mesmo em vez de qualquer outra pessoa, e, ao preferir a mim mesmo a qualquer outra pessoa, encontro-me apenas em posição de poder dominar todos os outros possíveis.

Pascal retoma esse jogo da *libido dominandi* e faz dela o próprio princípio da política e das estratégias de poder. Para Pascal, a política é o jogo por meio do qual todos querem o poder, porque se está convencido de que se é a única pessoa legítima para exercê-lo e que se tem um direito absoluto de dominação sobre outrem. E, para Pascal, esse é o nervo da guerra, é o nervo da política. O problema, e aqui Pascal se torna um fino pensador político, é que, se soubéssemos disso, não jogaríamos o jogo e não aceitaríamos sermos governados por aqueles que gostariam de nos impor sua *libido dominandi*. Pascal diz que a astúcia do poder político é conseguir camuflar sua verdade, isto é, conseguir ocultar suficientemente o instinto de dominação para que isso possa passar, por exemplo, por um serviço de bem comum, um serviço público. Pascal não é um cínico, não é alguém que diz que todos são corruptos, e acredito que ele estaria errado se o dissesse. Trata-se de alguém que nos diz que a



sociedade é tal, que todo homem é subjogado pela *libido dominandi*, que todos querem dominar todos, e se dermos livre curso a essa pulsão de dominação, não há mais sociedade possível. É preciso, portanto, que sejamos governados. E aqueles que nos governam, por isso mesmo, satisfazem sua *libido dominandi*, mas devem poder satisfazê-la, é preciso que eles possam exercer o poder para poder refrear nossas paixões e tornar a vida social possível, apesar da *libido dominandi*. Eles precisam usar de astúcias conosco, precisam nos enganar, mesmo que nos enganem para o nosso bem.

Pascal dizia que o mais sábio dos legisladores (e ele pensava em Santo Agostinho) afirmava que, para o bem dos homens, muitas vezes é necessário engodá-los. Enganá-los, abusar deles, embaucá-los, bajular sua *libido dominandi*, de modo a permitir a convivência. E como se bajula a *libido dominandi* daqueles por quem se é responsável? Multiplicando, na sociedade, situações competitivas que permitem a todos colher o benefício simbólico de sua própria potência individual. Para Pascal, então, o que é a sociedade? Trata-se de uma espécie de campo de força estruturado por relações de força, quando todos querem dominar todos, todos, ao mesmo tempo, precisam de todos. Se eu assassinar todos aqueles que estão ao meu redor sob o pretexto de satisfazer de maneira absoluta minha *libido dominandi*, não poderia mais dominar ninguém e, além disso, não haveria ninguém para me reconhecer como o mais poderoso e o mais forte. De que adianta ser o mais forte se não tenho diante de mim indivíduos que me devolvam a imagem de minha força?

É isso a sociedade para Bourdieu: esse jogo de relação de força que é tal, que todos estão em condições de ser para todos o espelho de sua própria potência e todos podem satisfazer, em sua ordem própria, sua *libido dominandi*.

A forma mais simples da dominação, poder-se-ia acreditar, é a força. A força tem uma vantagem, que Pascal e Jean de la Fontaine viram claramente: ela não se discute. Pode-se sempre discutir para saber se vocês são mais inteligentes do que eu, pode-se discutir para saber quem é o mais bonito, o mais gentil, o mais humilde,

mas para saber quem é o mais forte, não é o caso de discutir, basta um ringue: batam-se uns nos outros e o primeiro que cair é o mais fraco. Vou expressar isso como Pascal: “A força é muito reconhecível e sem disputa”.³ Ou como faz La Fontaine: “A razão do mais forte é sempre a melhor⁴” – quaisquer que sejam os argumentos do cordeiro, de qualquer maneira, ele acabará sendo comido pelo lobo e o lobo terá provado que é justamente aquele que domina.

A força é prática, porque a ordem social não seria assegurada pela força, uma vez que ela é indiscutível, mas o paradoxo da força é que ela é sempre insuficiente, o paradoxo da força é que, na realidade, ela é sempre fraqueza. Para citar Rousseau, “o mais forte nunca será forte o bastante para ser sempre o amo”,⁵ e por uma simples razão: é que, primeiro, o mais forte envelhecerá, ficará mais fraco, o poder adquirido será, obviamente, muito rapidamente ameaçado por alguém mais forte do que ele. E depois, há uma segunda razão: mesmo que ele se mantenha forte o bastante por bastante tempo, basta que dois ou três aliem-se contra ele e sua força vai se deparar com uma força maior. O paradoxo da força é que, embora não possa ser disputada, incontestável, ela é dotada de uma fraqueza que a torna insuficiente para garantir a aquisição e a conservação do poder. Algo que todos os políticos sabem – exceto, talvez, os tiranos (e eles ainda fingem não saber) –, é que, no fundo, a força nunca é suficiente, nem para conquistar nem para conservar o poder; é preciso algo diferente. É preciso, ao mais forte, algo que não proceda simplesmente de sua força, o mais forte terá que ser astucioso. Ele terá que, nos diz Rousseau, “transformar sua força em direito e a obediência em dever”.⁶ É preciso também que ele nos convença de que é o mais forte. Isso é fácil: basta que ele bata em nós, mas é necessário que ele consiga nos persuadir de que sua própria força lhe dá o direito de exercê-la, de que ele tem o direito de nos governar porque é o mais forte. Aliás, essa é a estratégia do lobo em “O lobo e o cordeiro”: o lobo leva um tempo enorme para devorar o cordeiro, ele discute 107 anos com ele, escuta os argumentos do cordeiro. Por quê? Porque o que interessa ao lobo não

3. PASCAL, Blaise. (1670). *Pensamentos*. In: *Obras escolhidas* (Tradução de Sérgio Milliet). São Paulo: Abril, 1984, p. 113.

4. LA FONTAINE, Jean de. (1668). *Le loup et l'agneau*. In: *Fables*. Paris: Auzou, 2011.

5. ROUSSEAU, Jean-Jacques. (1762). *Do contrato social ou Principios do direito político* (Tradução de Eduardo Brandão). São Paulo: Penguin/Cia das Letras, 2011, p. 43.

6. *Ibid.*

é somente devorar o cordeiro, ele não está apenas atormentado pela fome (a *libido dominandi* é mais potente que a *libido habendi*); o que ele gostaria de arrancar do cordeiro é o reconhecimento de seu direito de devorá-lo — trata-se de um lobo perverso. O cordeiro não joga o jogo, ele discute, escrutina, não concorda. Resultado: é comido, mas para o lobo é um fracasso, ele perdeu algo, não conseguiu transformar sua força em direito, e a estratégia do poder é sempre transformar a força em direito e a obediência em dever. O poder nunca se satisfaz com a obediência, é preciso que essa obediência seja considerada como devida. O poder não consiste apenas em dizer “me obedeça”, mas “você deve me obedecer”. E dizer que você deve me obedecer significa não apenas suportar o poder que é meu, mas você deve reconhecer sua legitimidade. Em suma, a força é tão frágil que, para se transformar em poder, ela precisa ser justificada, pede para ser legitimada. Mas aí, novamente, nos deparamos com uma dificuldade: como poderíamos legitimar a força que reconheceríamos como uma força superior e que transformaríamos em poder legitimando-a? Não é possível! Se a *libido dominandi* é o quinhão de todos, algo deveria resistir: não deveríamos jogar o jogo; jogamos todos, todos nós aceitamos a ideia de que o mais forte é aquele que, legitimamente, está ali para dominar, para governar, para exercer seu poder. E o que é preciso para isso? Algo bem simples, que Pascal havia notado bem: é preciso que se acredite nisso, é preciso que aquele que exerce o poder produza, ao mesmo tempo, efeitos de crenças. Ou seja, que aquele que quer dominar consiga nos fazer acreditar que seu poder é legítimo. Isso não quer dizer que se trate simplesmente para ele de nos ludibriar e de nos enganar, fazer alguém acreditar não é necessariamente querer seu mal. Se faço um amigo gravemente doente acreditar que ele tem todas as chances de se curar se ele se cuidar, mesmo que eu realmente não acredite nisso, aumento as chances de uma cura para ele; se deixo o aluno em grande dificuldade acreditar que ele irá progredir se ele se dedicar, não faço isso para enganá-lo, mas para ajudá-lo a progredir. O jogo do poder é

conseguir produzir efeitos de crenças, segundo Bourdieu, segundo Pascal, segundo Maquiavel... isto é, conseguir que se acredite nele, porque não se sustentará se não se acreditar nisso. Funciona num nível muito simples: se não acreditassem que tenho um mínimo de competência para falar com vocês sobre a autoridade, há tempos teriam ido embora. É porque acreditam que tenho um direito particular de ser eu por trás desta mesa enquanto vocês se sentam em silêncio em suas cadeiras, que posso falar em uma situação que geralmente é uma situação de ordem; isso funciona porque vocês acreditam nisso.

Max Weber, um dos grandes teóricos da autoridade, relaciona todas as formas de autoridade aos procedimentos de crença. Podemos notar em *A política como vocação*⁷ que Weber distingue três tipos de autoridade:⁸ uma ele chama de “tradicional”⁹, a outra, de “carismática”¹⁰, e a terceira, de “legal racional”¹¹. Ele considera que o que elas têm em comum é o fato de todas serem baseadas na crença e, a partir disso, construiu o conceito de *Herrschaft* – poder, autoridade... Não sabemos muito bem como traduzir *Herrschaft* de Weber – dominação, domínio, comando... Mas o que ele chama *Herrschaft* é aquilo que funciona apenas com a condição de suscitar uma adesão. Não há autoridade verdadeira a menos que eu adira àquele a quem eu reconheço a autoridade, e só posso aderir com a condição de acreditar nele. Remeto a um pequeno livro esclarecedor, de Myriam Revault Allonnes, *Le pouvoir des commencements*.¹² Ela conhece muito bem Max Weber, cito-a: “É racional a *Herrschaft* fundada sobre a crença na legalidade das regras instituídas. É tradicional a *Herrschaft* fundada sobre a crença na santidade das tradições eternamente válidas. É carismática a dominação fundada sobre a devoção para com o caráter sagrado da força heroica e do valor exemplar de uma pessoa”.¹³ Seja qual for a forma de autoridade evocada por Max Weber, ela só existe como poder, como *Herrschaft* na medida em que se acredite nela. Para que o poder possa ser exercido de forma duradoura, ele deve ser capaz de produzir efeitos de crença.

7. WEBER, Max. *A política como vocação* (Tradução de Maurício Tragtenberg). Brasília. Editora UnB, 2003.

8. Na versão em português, Maurício Tragtenberg preferiu traduzir o termo *Herrschaft* por “dominação”; aqui, mativemos “autoridade” para o termo *autorité* em francês, em virtude do próprio tema da conferência e dos desdobramentos subsequentes que ele faz dele no decorrer do texto. (N.T.)

9. WEBER, Max. *A política como vocação*, op. cit., p. 11.

10. Ibid.

11. Ibid.

12. REVAULT D'ALLONNES, Myriam (2006). *Le pouvoir des commencements: Essai sur l'autorité*. Paris: Seuil, 2006, arquivo digital, tradução nossa.

13. Ibid.

Como ele faz isso? Ele garante que aquilo que é forte seja justo. Podem achar que estou sendo cínico; contudo, estou persuadido de que não. Tomo um exemplo muito simples, porque em nossas sociedades democráticas podemos questionar “o que é a democracia?”. Ela é aquilo que justifica as relações de direito, as relações de força, diríamos, mas deixaremos isso para o catecismo republicano. Esse não é o funcionamento real da democracia. Tomo um exemplo bem bobo: Vocês estão na assembleia nacional, têm um projeto de lei para defender. Haverá discussões, debates, argumentos, depois uma votação, e então, de acordo com a maioria, o projeto de lei, se ele for validado, será reconhecido como legítimo. Muito bem; no fundo, porém, o que isso significa? Significa que os mais numerosos serão os mais fortes e que o projeto de lei sairá porque terá para si uma maioria capaz de defendê-lo. São os mais fortes porque são os mais numerosos que conseguirão aprovar um projeto de lei que, mediante outra maioria, não teria passado. Isso quer dizer que sua legitimidade não é uma legitimidade absoluta, quase divina, que sua legitimidade, a qual não contesto, é uma legitimidade que adveio em um jogo de relação de forças. O funcionamento democrático é o que possibilita justamente revestir relações de força em potência de legitimação. Mesmo quando há eleições presidenciais, o eleito é aquele que tem mais força para provocar adesão à sua pessoa, sejam quais forem os meios legais que ele tenha empregado. Para dizer isso como Pascal, na política a força é sempre primeira; a política não abole jamais as relações de força, ela as constitui como relações simbólicas de dominação. Todo poder é usurpado; sempre se toma o poder, nunca se chega a oferecê-lo a alguém em cena. Justamente porque o poder é tomado e sua legitimação nunca é absoluta que ele deve produzir os efeitos de crença que permitem que ele dure e apareça como legítimo. Mesmo no cenário internacional, quando um poder é tomado por um golpe de estado, a comunidade internacional geralmente se comoverá por algumas semanas e, em seguida, se isso se sustentar, se as relações sociais e políticas estiverem estabilizadas, os ânimos

se acalmarão, deixarão passar alguns meses e aquele que pouco antes era visto como um odioso tirano que acabara de dar um golpe de estado inaceitável será considerado como o chefe legítimo do estado do qual ele tomou o poder.

Para que o poder se sustente, ele deve conseguir produzir efeitos de crença que assegurem sua legitimidade. É preciso acreditar que a lei de sucessão hereditária, por exemplo, num sistema monárquico, seja perfeitamente legítimo, ou fazer com que se acredite que a lei da eleição democrática é mais legítima do que a lei de sucessão hereditária, ou fazer crer que os privilégios da nobreza são legítimos... e contanto que se acredite, isso funciona. E quando não acreditamos mais, estamos em agosto de 1989.¹⁴

Há outra maneira, maneira de fazer essa que todos os políticos conhecem, não somente os políticos, mas os professores, padres, empresários. Para que isso funcione, é preciso atingir a imaginação, isto é, é preciso poder encenar, teatralizar o poder. O poder do rei não duraria muito tempo sem o cetro, a coroa, a corte, o trono, o palácio real... O poder democrático não nos impressionaria muito sem o balé das limusines na entrada do Palais de l'Élysée, os protocolos. Poder-se-ia imaginar, por exemplo, que falo agora do mesmo patamar onde estão, mas há algo teatral aqui: fui colocado acima e diante de mim há uma distância que me separa de vocês, uma teatralização massiva de minha presença que visa assegurar um efeito de poder.

O jogo do poder consiste no fato de que não há poder sem representação de poder, há poder apenas colocado em signos, através dos signos que vão atingir a imaginação e que implicam encenação teatral. Essa representação do poder através de seus signos é sempre aquilo que assegura o poder da representação. Nossas representações são potentes; no fundo, somos governados por nossas próprias representações muito mais do que por aqueles que acreditam nos governar. Prova disso é que eles só podem nos governar na medida em que a representação que temos deles coincida com a representação que eles esperam que tenhamos deles.

14. Provavelmente uma referência à queda do muro de Berlim, em 1989. (NT)



Se o poder é frágil, assim o é porque precisa de signos, crenças, ser teatralizado, ser legitimado. Ele é frágil de modo que aquilo que o torna necessário – Pascal, Bourdieu, Santo Agostinho estão de acordo nesse ponto –, tão frágil, tão enganoso quanto seja, é que o poder é necessário para colocar ordem nas relações sociais. Mas o que torna o poder necessário, e esse é o drama do poder, também é aquilo que o torna frágil, porque na realidade não somos tão tolos assim. Pascal se preocupa em desmistificar o jogo político para nos mostrar como ele funciona. A meu ver, ele é muito mais preciso que Maquiavel. Pascal nos diz “o que eu vos digo aí não deve ser repetido”, é bom que o povo não saiba disso. Nesse ponto, Pascal é um pouco ingênuo: o povo sempre sabe. Às vezes é preciso esconder um pouco para nós mesmos, mas, no fundo, sabemos como isso funciona, não somos tão tolos assim: já ocorreu a cada um de nós duvidar da absoluta legitimidade de um superior hierárquico, de um professor, de um político.

Todo poder acaba se deparando com a *libido dominandi* daqueles sobre quem ele é exercido. O problema é que o poder nunca pode se manter por sua própria força, justamente porque diante dele há outras vontades de poder. Tenho o poder de me certificar de que meus alunos permaneçam na sala de aula sem se mexer, mas se eles decidirem se levantar maciçamente, de não me ouvir e fazer bagunça, isto é, afirmar sua própria *libido dominandi* contra a minha, não é certo que eu conseguirei competir, é até mesmo certo que não conseguirei. Isso quer dizer que todo o poder se depara com a *libido dominandi* daqueles sobre quem ele é exercido, isto é, que ele sempre tem que conjurar o risco de revolta, de contestação, de revolução, de crítica. Portanto, é complicado.

A legitimação nunca é total. Sabemos que nenhum poder não é absolutamente legítimo. O poder, para realmente funcionar, precisa de algo mais, e esse algo mais de que ele precisa é a autoridade. A autoridade é sempre aquilo que deve transmitir o poder para que este possa continuar a ser exercido como tal. Talvez a autoridade seja, às vezes, até mesmo aquilo que assegura o poder, algo do poder,

15. Tal expressão em francês é usada coloquialmente para aludir aos pais (os progenitores), dado serem eles os responsáveis pela gestação de um bebê (NT).

aquilo que o aumenta e permite que ele se sustente. E a potência da autoridade é às vezes maior do que a poder. Cito Cícero, ao falar sobre um senador: “O que ele não podia concretizar por meio do poder, obteve por meio da autoridade”. Cícero já reconhecia que a potência da autoridade às vezes é maior do que aquela do poder. Como é possível obter por meio da *auctoritas* aquilo que não pode ser obtido por meio da *potestas*? Etimologicamente, a palavra autoridade vem do verbo latino *augere*, que quer dizer “crescer” [*accroître*], “aumentar” [*augmenter*]; a autoridade é, portanto, aquilo que aumenta o poder de persuadir, não a partir de um poder que teria sido recebido institucionalmente, mas a partir de qualidades quem são aquelas da sua pessoa (façanhas, competências, virtudes, êxitos...). O que confere poder é recebido de outro lugar, o que confere autoridade sempre vem de algo que é reconhecido como sendo da pessoa. A autoridade não é instituída, mas uma característica pessoal, não transferível. É possível transferir poder, é possível dar poder a alguém; a autoridade é intransferível.

Émile Benveniste, especialista em indo-europeu, vai buscar muito mais longe essa origem (procuro no latim a raiz da palavra autoridade, Benveniste, por sua vez, vai olhar para o indo-europeu): para ele, aparentemente, o verbo latino *augere* vem de uma raiz indo-europeia “*aug*”, que designa a força, mas não qualquer força, não uma força humana: trata-se de uma força que é, inicialmente, aquela dos deuses, uma potência particular de fazer algo estar fora de si mesmo por meio de sua própria potência. *Aug* é, portanto, a potência eficaz quase divina. Encontramos, a propósito, algo desse sentido na palavra “autor”, que tem a mesma raiz da palavra “autoridade”, num sentido metafórico, quando se diz [em francês] que alguém é “*l’auteur de mes jours*” – isto é, o autor de meus dias.¹⁵ O “autor de seus dias” é justamente aquele que foi capaz de produzir fora de si a potência, de produzir fora de si a eficácia de um fazer ser que se deve inteiramente a si próprio. Se falarmos do autor como um escritor, isso fica ainda mais claro. O autor é menos aquele que é autorizado do que aquele que tem o poder de fazer existir

fora de si algo que, em seguida, tem força própria para produzir certos efeitos.

Se entendermos a autoridade a partir daquilo que Cícero ou Benveniste nos revelam, ou simplesmente um exame da etimologia, acredito que podemos extrair um certo número de características dela. Proponho-lhes sete:

1. A autoridade exclui a coerção. Ela não funciona no modo do constrangimento. Aquele que fala com autoridade não precisa levantar a voz. Quem age com autoridade não precisa forçar acontecimentos. Basta que ele fale, que ele oriente, que ele diga o que é preciso ser feito e fazemos o que ele diz e escutamos suas palavras.

2. A autoridade repousa no reconhecimento. Só há real autoridade com autoridade reconhecida, tanto que a expressão “autoridade reconhecida” pode ser considerada um pleonasma. Se ela só é autoridade se for reconhecida, é porque seu percurso é contrário ao do poder. O poder é exercido de cima para baixo, mas uma vez que a autoridade é apenas autoridade por ser reconhecida, ela é exercida de baixo para cima, uma vez que tem autoridade somente aquele a quem você confere autoridade, reconhecendo precisamente a autoridade que é dele.

3. A autoridade, embora somente funcione com base em um reconhecimento, o qual necessariamente vem de baixo, não é, no entanto, igualitária, ela excluiu o debate, a argumentação, a discussão. Se estamos entre iguais, podemos discutir, debater, argumentar, ressaltar nossos pontos de vista. Mas quando alguém fala com autoridade, reconhecemos a potência e a eficácia de sua fala. Autoridade não se discute. Na medida em que ela funciona fora do debate, a ordem autoritária é sempre uma ordem hierárquica.

4. Se a autoridade tem algo pessoal, ao contrário do poder, sua fonte sempre parece algo que transcende a pessoa autorizada.

Reconhece-se aquele de dispõe da autoridade, qualidades particulares e, ao mesmo tempo, reconhece-se em sua presença algo que o ultrapassa, algo maior que ele.

5. Na esfera política, a fonte da autoridade é sempre a lei. Seja qual for a autoridade de que se dispõe, nunca se pode conservar autoridade contra a lei ou no jogo da transgressão da lei. É isso o que distingue um regime autoritário (ele se atém ao respeito das leis, permanece ordenado à ordem da lei) de uma tirania.

6. A palavra e o conceito de autoridade são oriundos do direito romano. No direito romano, distingue-se a *auctoritas* e a *potestas*. O poder é o monopólio da casa imperial, o imperador e aqueles que são próximos ao imperador têm o poder. A autoridade é privilégio do senado, isto é, dos anciãos. A política romana na época imperial era estruturada entre esses dois polos.

7. A autoridade é de natureza espiritual, isto é, não coercitiva. Hannah Arendt nos diz isso. A queda do Império Romano em 476, no século V, a Igreja, institucionalmente, se encontra em uma situação em que pode fazer valer sua experiência, sua competência, seu modo de organização, e entra em uma dimensão política. Para exercer esse poder, a Igreja adotará a distinção romana entre poder e autoridade, e reivindica para si a velha autoridade do senado, abandonando o poder aos reis e aos imperadores do mundo. Mesmo esse jogo, que atravessará toda a Idade Média, não um jogo de separação, mas a articulação do poder religioso e do poder régio na Idade Média, não é um conflito de poder, porque ela já funciona bem no que diz respeito a uma separação dos poderes. O poder reivindicado pela Igreja medieval é a autoridade, é o poder espiritual não coercitivo, e o poder que ela abandona, que ela reconhece nos príncipes e reis deste mundo, é o poder da casa imperial. Entendemos porque não há realmente uma crise da autoridade durante vários séculos.

O que é interessante aqui é essa partilha dos papéis do pensamento. Isso nos ajuda a compreender que toda sociedade precisa desses dois polos. Toda sociedade precisa de um polo de poder instituído e um polo de autoridade. O polo de autoridade é esse polo em que a capacidade de mobilizar em vez de constranger é desempenhada. Quando se deve constranger os subordinados a fazerem o trabalho deles, as coisas já não andam bem. E nosso poder é atingido pela insuficiência. Mas se conseguirmos mobilizar uma equipe, energias, seja qual for o poder que temos ou que não temos, gozamos de uma certa autoridade. Portanto, o polo de autoridade é aquilo que permite mobilizar em vez de constranger, em outras palavras, fazer aquilo em que acreditamos sem nos fazer acreditar. Creio que a verdadeira autoridade é aquilo que pode se abster dos efeitos de teatralização de que falava há pouco, o jogo do poder, porque o poder nunca está suficientemente seguro de sua legitimação. É preciso que ele seja colocado em cena, a boa gravata e o belo terno. A autoridade pode nos dispensar dos efeitos de poder e, em particular, dos efeitos de teatralização. O que me impressiona sobre as pessoas em quem reconheço a autoridade é que elas não precisam exagerar, não precisam forçar. Isso me lembra da confiança de um amigo que me falava sobre um ex-reitor da Inspeção Geral. Ele me falava dele com grande bondade, gentileza, afeição... Em seguida, tinha uma frase surpreendente, ele me disse: “o que há de bom nele, é que ele não finge ser reitor”. No fundo, é essa a autoridade que nos isenta de ter que fingir quando não se está realmente seguro de estar no lugar que deveria ser seu, quando não é necessário exagerar para convencer os outros de que é o líder e de que seu poder é legítimo. Quando se está à vontade com suas próprias competências, com seu próprio poder, sua função, não é preciso forçar demais. Pode ser que a autoridade seja isso.

Gostaria de terminar falando sobre as condições da autoridade.

1. Ela ignora a si mesma como autoridade. A autoridade que reivindico, a autoridade que coloco como sendo minha, é sempre

aquela que arrisco exagerar exagerando-a, a que corro o risco de perder. Nunca se tem tanta autoridade como quando não se questiona a autoridade de alguém, quando se ignora essa autoridade e quando, por isso mesmo, somos isentos de ter uma postura afetada, que imediatamente cairia em impostura. A autoridade que se leva a sério, a autoridade que não ignora a si mesma, a autoridade muito certa de si, é aquilo que sempre corre o risco de nos fazer mergulhar no autoritarismo ou no ridículo — escolham vocês, não sei o que é o pior.

2. A autoridade tem a ver com uma certa sabedoria reconhecida. Essa sabedoria pode ser tanto uma sabedoria prática quanto uma sabedoria teórica. Pode ser uma sabedoria prática, porque pode ser da ordem da competência, do saber-fazer, da prudência, da experiência, e quando se adquiriu uma certa competência que confere certa eficácia, quando nosso saber-fazer é relativamente indiscutível, quando somos cuidadosos o suficiente para tomar o tempo de avaliar uma situação, quando temos a experiência que nos permite talvez não cometer os mesmos erros, outros, eventualmente, mas não os mesmos, a partir daí podemos aparecer como tendo alguma autoridade. O mesmo vale para a sabedoria teórica, aquela que se caracteriza por um certo recuo, por uma certa distância crítica, uma certa amplitude de visão, e aquele que tem essa amplitude, essa distância crítica, é aquele em quem se estará inclinado a reconhecer a autoridade.

O que eu estou dizendo aqui é que a autoridade não é uma espécie de dom natural, não nascemos com autoridade atrelada à alma. A autoridade é aquilo que nos advém com a experiência, com a distância, com a competência, com o saber-fazer, com a prudência, com tudo aquilo que foi preciso construir, com tudo aquilo que foi preciso adquirir. A má notícia é que não se trata de um dom mágico, e a boa notícia é que, sem querer, isso pode ser trabalhado. De modo paradoxal, porque por se querer adquirir autoridade, corre-se o risco de perder a pouca autoridade que

16. A ATD Quart Monde é uma organização não governamental francesa criada em 1974, sem afiliação religiosa ou política, que promove a criação de organizações locais (NT).

17. Geneviève de Gaulle Anthonioz era sobrinha de Charles de Gaulle, político e estadista francês que liderou as Forças Francesas Livres durante a Segunda Guerra Mundial e presidiu o país de 1959-1969 (NT).

restava. Mas isso quer dizer que, se eu esquecer a autoridade e realmente pensar em me tornar mais competente, mais eficaz, mais prudente, em aproveitar minha experiência, a autoridade também virá.

Vejo alguns de vocês dizendo “Sim, mas ainda assim há autoridade carismática”. Esta se desenvolve em um nível que não pode ser trabalhado. Charis em grego é a graça, o dom, e a autoridade carismática seria uma espécie de dom quase sobrenatural e milagroso que reconheceríamos em algumas pessoas. Às vezes, vemos na autoridade a marca de um carisma, é também surpreendente que estejamos no vocabulário do dom divino, quase teológico e místico, fico bastante perplexo, mas não acredito muito nisso. Contarei uma anedota por meio da qual tentaram me convencer de que algumas pessoas tinham autoridade carismática. Apresentaram-me uma senhorinha extraordinária, a qual me diziam ter carisma, que era a presidente da ATD Quart Monde¹⁶ há alguns anos. Tratava-se de uma senhorinha cheia de energia, já bastante idosa, que ia bater regularmente na porta dos ministérios e não a faziam esperar nem 15 minutos — ela tinha seus contatos, a acolhiam, escutavam. Ela reprendia os ministros e os ministros se deixavam ser repreendidos por ela. “Aí, portanto, estamos realmente na autoridade carismática!”. Essa pessoa se chamava Geneviève Anthoniosz, a qual havia tido o cuidado de não remover seu nome de solteira, que era de Gaulle...¹⁷ Então sim, quando seu nome é Geneviève de Gaulle-Anthonioz, isso produz efeitos de crença e de sideração, o que não ocorreria se ela tivesse sido chamada Arlette Dupont. A autoridade carismática a ser discutida.

3. A autoridade implica respeito. Não há autoridade sem respeito, e respeito em dois sentidos. Primeiro, “guardar respeito por alguém” é mantê-lo a uma boa distância — acredito que seja isso o respeito, a virtude da boa distância: nem muito próximo, nem distante demais. Muito distante é ser indiferente, muito próximo, dá confusão. Respeitar seus alunos, respeitar seus filhos não é ser

18. PASCAL, Blaise. *Pensamentos sobre a política, seguidos de “Três discursos sobre a condição dos poderosos”* (Tradução de Paulo Neves). São Paulo: Martins Fontes, 1994, p. 83.

muito próximo, nem ser muito distante deles, mas encontrar a distância certa que permite que cada um esteja em seu lugar.

Depois, respeito em um sentido mais técnico. Trata-se do reconhecimento da dignidade inalienável daqueles a quem se fala; não posso ser reconhecido como tendo autoridade por alguém que desprezasse, por alguém cuja dignidade eu escarnecesse. As condições para o exercício da autoridade são sempre o respeito escrupuloso da pessoa a quem se dirige, com quem se atua.

4. A autoridade implica colocar entre parênteses hierarquias instituídas, isto é, que a autoridade permita curto-circuitar temporariamente. É isso que Pascal, em um texto extraordinário chamado *Três discursos sobre a condição dos poderosos*, chamava de grandezas de estabelecimento,¹⁸ isto é, as grandezas que são socialmente estabelecidas, mas que não devem nada às virtudes, às qualidades particulares daqueles em quem essas grandezas são reconhecidas. Pascal dizia, por exemplo, que ser um duque é uma grandeza de estabelecimento.

Ela abre uma brecha no jogo das hierarquias formais. Quem tem autoridade não é aquele que contesta o poder, ele não contesta a legitimidade de seu chefe, mas aquele que, porque tem autoridade, abala um pouco as hierarquias e quem eventualmente pode ser ouvido bem além de sua função formal. Em certas empresas, em certas escolas, em certos clubes... há indivíduos que não têm uma alta função oficial e que, no entanto, são ouvidos quando falam, pessoas em quem prestamos atenção sem essa atenção que damos a eles esteja na extensão do poder oficial que lhes é dado. Isso é imprescindível em uma sociedade, faz balançar as hierarquias instituídas; isso permite que elas não fiquem esclerosadas, enrijecidas, faz circular sentido, energia, o que torna possível uma relativização das relações de dominação e, justamente, desses jogos entre superior e inferior.

A autoridade tem muitas faces possíveis, que é importante saber reconhecer. Mas ela requer três coisas indispensáveis:

1. A recusa de posturas. Assim que se começa a bancar o chefe, já se perde toda a autoridade.

2. O respeito de todos. E o respeito de todos nos obriga a considerar que não se deve confundir um subordinado com um inferior. Um subordinado não é inferior a mim, é apenas em um nível funcional que ele está sob as minhas ordens, o que significa exatamente subordinado. Mas sua subordinação funcional não tem nada de inferioridade.

3. Para que esse jogo de autoridade funcione, deve haver uma terceira coisa relacionada às duas primeiras: a capacidade de distinguir fortemente as relações de dominância e as relações de subordinação. É nisso que não concordo com Bourdieu, Pascal, apesar da admiração que tenho por eles. Recuso-me a acreditar que as relações sociais são essencialmente relações de dominação mais ou menos camufladas. Em virtude do jogo da autoridade, as relações sociais podem ser relações de subordinação, é claro, e verdadeiras relações sociais. Mas para que possam sê-lo, é necessário esse jogo da autoridade sem o qual nenhum poder é efetivo.







Wander Piroli: A vida primeiro

CAROLINA FEDATTO

U

m homem que viveu seus 75 anos com a força de quem foi “condenado a seguir em frente”; dizia ele. Nasceu em Belo Horizonte, 1931, família operária de origem italiana. Ainda pequeno, perdeu a mãe, Elvira. Viúvo, seu pai Aurélio – “pelo menos, um pintor de máquinas de padaria” –, nunca mais se casou. Teve como mãe a avó paterna – D. Giovanna, chamada de Joana, quem lhe ofereceu a máquina de escrever que o acompanhou por toda a carreira.

Seu primeiro livro de contos, *A mãe e o filho da mãe* (1966), fala de sua família e da vida na chamada “cicatriz da capital”, o bairro da Lagoinha, em Belo Horizonte – reduto de operários, marginais, bêbados, prostitutas, vagabundos, criminosos. E esses foram os mais fortes motivos de sua atuação como advogado, jornalista e escritor.

Piroli publicou pouco e reescreveu muito. Foi mestre nos cortes e diálogos secos. Criador de finais surpreendentes, escreveu

porque “gostaria que algumas coisas não acabassem”. Alimentado pela “página viva, que é a rua”, narrou dramas comuns em linguagem jornalística, “dura como um soco”, na fala do crítico literário Antônio Hohlfeldt.

Seus textos para crianças e jovens foram um divisor de águas. Rompeu com moralismos e tratou como poucos da morte, da dor, do castigo, das tragédias, inclusive a ambiental quando ainda nem se pensava nela. Com seu *Os rios morrem de sede*, que termina com um palavrão, ganhou o Jabuti de 1977. *O menino e o pinto do menino*, grande sucesso editorial, é uma mostra da irreverência e do lirismo de Piroli: título e capa impertinentes guardam um conto emocionado sobre a dor de revelar a uma criança a morte de seu animal de estimação. O ilustrador Odilon Moraes criou livros ilustrados duros e comoventes a partir de seus contos: *Dois irmãos* (ilustrado também por Angela Lago em 1980, ed. Comunicação), *O matador* e *Nem filho educa pai* – todos ambientados na periferia.

Wander Piroli falava às crianças da vida, “que é maior do que a fantasia, do que tudo”. Seu maior legado foram seus escritos, destinados a grandes e pequenos leitores que têm mais do que um coração, têm “uma manada dentro do peito”, como disse em uma entrevista, inspirando o título de sua biografia escrita pelo jornalista Fabrício Marques (Conceito, 2018).

Contra a corrente purista dos literatos, declarou lucidamente que “pescar é mais importante que escrever. Escrever faz mal para a saúde. Não conheço uma só pessoa que se tenha tornado melhor com a literatura; geralmente, piora. Há poetas, porém, que dizem que fazer poesia ‘é minha vida, é o ar que respiro’. Respiram mal e têm uma péssima vida”. Foi, enfim, um realista inveterado. Em sua literatura, assumiu a realidade brasileira e segue nos comovendo por exigir o compromisso e a entrega dos leitores.

“Wander Piroli é o nome todo”, escreveu ele aos 66 anos na apresentação do livro de contos e crônicas, que deixou inédito, *Para jovens em idade escolar*. Nesses manuscritos, encontrei uma letra tremida e o traço descendo na página, como quem escreve sem

apoio, às pressas, com a mão hesitante. Mas ele deixa orientações precisas para quem for transcrever seus originais: “nas outras páginas, o que der; pôr o mínimo, sempre”. Coisa simples e que diz muito sobre o autor que ele foi.

Os três contos inéditos publicados a seguir foram gentilmente cedidos pela família e ilustrados pelo artista plástico belo-horizontino Angelo Abu. Piroli e Abu não se encontraram nas ruas de Belo Horizonte, mas seus textos e traços agora confluem para convocar os leitores da Emília a, ao menos, sentir como esse filho, esse pai, essa mãe.

Esse foi o critério para a escolha de publicar em separado estes três contos dentre as cerca de duas dezenas que integram o livro montado ainda em vida por Piroli: o recurso a diferentes vozes narrativas.

A distância entre filho e pai é o conto que abre a coletânea. O narrador convoca o leitor a participar da cena e só fala em primeira pessoa em momentos precisos, rápidos. A história que ele conta é a do pai que vê à distância, mas o leitor sente a proximidade perdida entre eles e fica imaginando o que pode tê-los separado.

Em *Duas mãos e uma menina*, um pedreiro fala, tijolo por tijolo, sobre a profissão que tira das mãos. E num efeito de *zoom*, acompanhamos, com emoção e pavor, o movimento das mãos desse pai, não mais do pedreiro, fazendo o serviço que precisa ser feito.

Ser mãe dá muita mão de obra é uma história-denúncia que parece só fofoca. A gravidez de Maria é contada em terceira pessoa e até as escolhas vocabulares do narrador determinam o previsível destino dessa mãe. A surpresa do conto é crédito dos cortes secos do autor.

Como deve ser na literatura, nesses contos de Piroli, grande parte do trabalho é do leitor. A narração nos entrega muito pouco — só 20%, como ele gostava de dizer —, apenas o suficiente para sentir a pele arrepiar.

A epígrafe do original destaca um adágio da sabedoria chinesa “O tesouro mais bem guardado é aquele que está no lugar onde todos veem”. E, à medida que avançamos na leitura, entendemos o

engajamento do título *Para jovens em idade escolar* e desse ditado de abertura. Trata-se de um livro cuja cidade, em seus muitos espaços, é cenário para uma dura e persistente constatação: a violência contra crianças e jovens.

As tensões familiares, a descoberta do sexo e o assédio sexual, a maternidade e a paternidade, o autoritarismo, a vingança e a traição são temas que podem interessar aos jovens; mas mais ainda a denúncia, pela arte literária, da indecência com que muitos seguem escandalosamente sendo tratados.

Nesse livro, que precisa ser publicado com urgência, Wander Piroli presta queixa da dívida social crescente contra a infância da qual todos nós somos acusados ou cúmplices. Mas compreender isso é tarefa de seus leitores, ele não dá nada de bandeja.

Referências

Blog Angelo Abu. Disponível em: <tinyurl.com/2sdbdwyb> (Acesso: 08 out. 2022).

Blog Wander Piroli é o nome todo. Disponível em: <tinyurl.com/4rakstzf> (Acesso: 08 out. 2022).

MARQUES, Fabrício. *Wander Piroli: Uma manada de búfalos dentro do peito*. Belo Horizonte: Conceito, 2018.

OLIVEIRA, André de. *Wander Piroli, o Hemingway esquecido das Minas Gerais*. São Paulo [22/07/2018]. Disponível em: <tinyurl.com/mrxxd4jk> (Acesso: 08 out. 2022).

Obras publicadas

1966 – *A mãe e o filho da mãe* (contos)

1975 – *O menino e o pinto do menino* (novela)

1976 – *Os rios morrem de sede* (novela)

1977 – *Macacos me mordam* (novela)

1980 – *A máquina de fazer amor* (contos)

1980 – *Os dois irmãos* (livro ilustrado)

- 1984 – *Minha bela putana* (contos)
1998 – *Nem filho educa pai* (livro ilustrado)
2004 – *Lagoinha* (Coleção BH – A cidade de cada um)
2006 – *É proibido comer a grama* (contos)
2006 – *Eles estão aí fora* (romance)
2007 – *Para pegar bagre de dia é preciso sujar a água* (crônicas)
2008 – *O matador* (livro ilustrado)
2014 – *Três menos um é igual a sete* (novela)

Ainda inéditos

- A vida é o melhor negócio* (crônicas)
Amanhã é sempre o mesmo dia (contos)
Canto mortal das cigarras (teatro)
Como se faz um bandido (infantil)
Os peixes saem nadando (infantil)
Para jovens em idade escolar (contos)
Se é puro não presta (contos)
Se não tem pra nós, não tem pra ninguém (infantil)
Segundo Elza (romance)
Sem tirar nem pôr (memórias)
Todo grande amor é marginal (entrevistas)
Uma atrás da outra (crônicas/contos)

Contos

WANDER PIROLI



A distância entre filho e pai

(1982)

Você sobe a escadinha do barranco e lá está a casa, a casa que um dia foi sua, um vulto branco na madrugada protegido pela velha cerca de taquara. Você entra no lote ainda vazio em frente da casa a acaba se escondendo atrás de uma moita de capim. Você fica espreitando a casa com o maldito coração aos arrancos. A urina sai farta e quente, molha um pouco a calça.

A madrugada avança rápida, e a casa vai se delineando entre os borrões de mangueiras encarquilhadas. A luz da cozinha acende de um golpe repentino, você estremece, e logo em seguida a fumaça surge na chaminé.

Mamãe já deve ter posto a chaleira no fogo e papai deve estar lavando a cara no tanque, antes de passar a escova nos cabelos ainda negros. Daqui a pouco eles tomam um café com o pão da véspera, que mamãe umedece e esquenta na chapa. Os dois nunca se sentam.

Está mais claro, mas ainda não se vê as verduras atrás da cerca de bambu. A porta se abre e surge papai. Parece mais magro, o paletó cinza folgado. Caminha até o portão, suspende a argola de arame, passa, recoloca-a e atravessa a rua.

Alguns fios brancos na cabeça de papai. Escondo-me um pouco mais atrás da moita. Ele segue rápido, os mesmos passos, e alcança a linha do trem. Caminha sempre depressa. Saio do lote e vou até o barranco, o suor me ardendo os olhos. Chamo-o várias vezes. Sinto que meu peito vai rachar na manhã vazia.

Ele continua andando na direção da fábrica. Corre entre os dormentes, e vou gritando:

— Paaaaai. Ô pai. Sou eu. Paaaaai.

E por mais que berre, é inútil fazer com que me ouça. Papai não para, vai em frente para a fábrica. Corro mais, aflito. Mas não consigo diminuir a distância que nos separa.





Duas mãos e uma menina

(1987)

Tudo tem limite. A gente que é faltado, guenta, guenta a vida inteira, mas tem hora que não dá. Eu tenho 45 anos de suor e duas mãos. Mais mulher, três meninos e uma menina, a mais crescida com apenas doze anos. É o que eu tenho.

Elas nunca pegaram nada de ninguém. São duas mãos que o meu avô passou pro meu pai, que meu pai passou pra mim. Tudo pedreiro. Mas não é pedreiro de meia-colher não, é mestre pedreiro, que entende de tudo numa construção. Operário que faz nascer uma casa sem defeito, sem dedo de doutor.

Só estas duas mãos e um pouco de Deus, que às vezes é bem servido. Foram feitas pra assentar tijolos, colocar portas, pra estender telhado, pra espalhar piso. Estas duas mãos têm dono, um homem. Elas perderam a conta da história de casa que plantei, fiz crescer e entreguei pronta.

Estas duas mãos foram feitas pro trabalho, pra mulher que cuida do seu homem e pros filhos do homem. Foi sempre assim. Do avô, do meu pai, que herdei as duas mãos que eu tenho agora. Tudo calcinado. De sete da manhã até escurecer, o bastante. Massa de tijolo. Pro pão de cada dia. Só isso e mais nada.

Olha só pra elas. Acha que foram feitas pra matar? De jeito nenhum. Olha, se elas foram feitas pra pegar um pescoço assim, e ir apertando, até que a morte faça uma pessoa compreender o que um pai, que tem essas mãos, essas duas mãos calejadas, sente quando alguém pasta em cima de uma menina de doze anos.



Ser mãe dá muita mão de obra
(1988)

Maria da Silva vivia com seus pais e dez irmãos na roça. Andava descalça e com vestido surrado, tinha rosto bom e era muito ajeitadinha.

Um dia foi descoberta, e a trouxeram para a Capital. Ganhou um par de sandálias, roupas, um quartinho e uma nova condição social: empregada doméstica.

Com isto ficou mais no jeito, arranjou logo um namorado e, sem perda de tempo, se viu enxertada. Conversou com o namorado, ele sumiu mais do que depressa.

Ia contar para a patroa, uma colega falou:

– Cê tá doida, menina, ela te manda embora.

Maria então aprendeu como esconder a barriga. Ia bem até o oitavo mês. Aí a patroa descobriu tudo e a colocou no olho da rua.

Maria tinha uma pequena economia e a primeira coisa que lhe passou pela cabeça foi voltar para a roça. Mas pensou logo no pai – uma fera – e até estremeceu. Conversa daqui, conversa dali, descobriu a Casa Transitória. Um lugar onde poderia ter o filho.

E foi o que aconteceu. Parto doloroso e um belo menino de olhos azuis. Arranjaram um casal bem posto na vida para ficar com ele. Maria não concordou de jeito nenhum. Era seu filho. E mãe, segundo sempre soube na roça, tinha obrigação de cuidar do filho.

Durante um mês que ficou na Casa Transitória, muitos outros casais quiseram ficar com o menino. Ela sempre dizia “não”. A diretora conversou com ela, explicou as dificuldades que ia enfrentar, que era muito difícil uma doméstica com filho arranjar emprego, falou, falou, e Maria respondia sempre “não”.

Estava na hora de Maria deixar a Casa para que outras domésticas grávidas também pudessem ter o seu filho. Maria se viu na rua, carregando no colo o belo menino. O que fazer? Procurar emprego. Não seria por causa de um menino – ainda mais um menino sadio – que não ficariam com ela.

Maria bateu perna o dia inteiro, com o filho no colo. Em cada casa recebia a mesma resposta: não precisavam de empregada.

Não tem importância, pensou Maria. Hoje deu azar, mas amanhã, eu vou conseguir.

Comprou um pão, ajeitou-se debaixo de uma marquise e dormiu, quase de imediato, com o menino enrodilhado em seus braços.

Acordou antes do dia clarear. Andou sem rumo pelas ruas vazias do centro da cidade, até que teve a ideia de tentar a sorte num bairro distante.

Com gente menos rica talvez dê certo, pensou.

Pegou o ônibus e lá foi Maria com seu menino no colo.

No bairro, Maria teve o mesmo resultado: nada. Uma família, porém, já escurecendo, lhe ofereceu um prato de comida. Voltou para o Centro e ficou horas na ponte do Rio Arrudas. Ficou lá olhando a água correr preguiçosamente, até que resolveu saltar. O rio estava muito raso. Só o neném conseguiu morrer.







A imagem é viagem que leva para dentro no traço de Angelo Abu

ANA CAROLINA CARVALHO



“minha vida cabe numa mochila”, disse certa vez o ilustrador mineiro Angelo Abu. Guardemos essa frase porque ela diz muito sobre o trajeto e o trabalho desse artista.

Angelo Abu nasceu em 1974, em Belo Horizonte. Muito cedo, foi morar em Porto Seguro, no sul da Bahia, acompanhando sua mãe, recém-separada. Ali, ainda muito menino, ele se lembra de ficar entregue aos desenhos, copiando revistinhas e tendo os seus traços como grandes companheiros. Aos oito anos, de volta à cidade natal, ele reencontra os primos. E então, se lembra de desenhar muito com eles. Nascido em família cheia de arquitetos, a arte parecia estar indelevelmente em seu caminho. Contudo, a vida nem sempre segue em linhas retas, e a adolescência é momento de ruptura, de buscas, às vezes, de reviravoltas. E nessas voltas, Abu foi parar em uma faculdade de Psicologia. Seria isso, então?

E o desenho daquele menino que parecia encontrar ali seu meio de expressão e de comunicação com o mundo?

Costumamos dizer que quando é para ser, o destino arruma um jeito de colocar a verdade no meio do caminho. E então, houve um encontro que mudou o trajeto daquele jovem. Foi no festival de Inverno de Ouro Preto, em 1995. Abu, meio sem querer, foi parar na sala em que Marilda Castanha ministrava uma oficina de ilustração. Os participantes precisariam escolher um texto para ilustrar. Com o trabalho, veio a revelação: essa era a vida que queria! E o caminho era tão certo, era tão aquilo que tinha mesmo de ser, que ele começou a publicar logo em seguida, aos 22 anos. A essas alturas, já não era mais psicologia que ele estudava. Dessa carreira inicial, parece ter ficado o profundo interesse pelo ser humano e seu modo de vida – sua cultura e jeito de ser: nas vestes, nas vozes, histórias. Seus estudos formais voltaram-se para o Cinema de Animação, curso em que ele de fato se formou na Faculdade de Belas Artes da UFMG.

Sua carreira consolidou-se e ele é ilustrador com longa produção. Desde os 22 anos, não parou mais de publicar. Em 2006, houve outro marco em sua vida. Naquele momento, com o advento da internet, ele se deu conta de que poderia trabalhar de qualquer lugar. E então, aquela frase da vida caber em uma mochila passa a fazer total sentido. Inicia a sua “fase nômade”, como ele mesmo gosta de definir, e passa a querer ilustrar aquilo que estava vendo e descobrindo. Arraial d’Ajuda, Índia, Iugoslávia, Cuba, Moçambique são lugares por onde ele passou e registrou o que via em imagens, compartilhando seu olhar e sua pesquisa com os leitores. Suas imagens levam sempre para dentro dos lugares visitados, fazendo com que se possa experimentar o clima vivido, as cores, os modos de vida, as relações entre as pessoas e como elas se apresentam ao mundo. Há uma espécie de experiência antropológica ao apreciarmos suas imagens.

O trabalho que ele fez ao ilustrar as capas dos livros de Mia Couto para a Companhia das Letras é exemplo disso. No final de 2015,

ele foi chamado pela Companhia das Letras para desenhar capas dos livros de Mia Couto, que seriam reeditados. Inicialmente, ele faria um teste: ilustraria duas capas e caso agradassem, faria as demais, à época seriam 14 e depois totalizaram 15 capas. O trabalho foi aprovado e Abu começou a pesquisar e mergulhar no universo de Mia e seu país, Moçambique. Na medida em que lia e via imagens daquele lugar, a curiosidade aumentava e foi se transformando em desejo de estar lá. Saber como são as pessoas, vê-las e ouvi-las. Sentir o lugar: suas cores, sons. O clima.

Pesquisar pela internet certamente não seria suficiente. Como o próprio Abu escreveu,¹ era como “olhar pelo buraco da fechadura e a necessidade de atravessar de vez o portal começou finalmente a se condensar em decisão. Moçambique representava mais do que uma pesquisa de campo, mas uma oportunidade de cruzar uma fronteira entre realidade e ficção”.

Sem muito dinheiro para a viagem, Abu conseguiu uma parceria com o Centro Hakumana, uma instituição que trabalha educando e prestando assistência a pessoas com diversos problemas sociais e de saúde. Em troca de hospedagem, ofereceria oficinas de ilustração às crianças e adolescentes do Centro. Dessa parceria, ainda houve o mergulho nas histórias contadas pelos jovens, à sombra de uma mangueira. Afinal, para ilustrar, era preciso ter um texto. O bonito era que, ao proporcionar essa experiência àquelas crianças e adolescentes moçambicanos, no centro de Maputo, Abu retomava a experiência que lhe revelara o que faria da vida, quase vinte anos antes, na oficina do festival de inverno em Ouro Preto.

A imersão em Moçambique não lhe rendeu apenas as capas para os livros de Mia Couto, encharcadas de elementos da cultura, mas também uma publicação de sua autoria, com os textos das narrativas orais dos meninos e meninas moçambicanos, os áudios e as ilustrações que tanto nos contam daquele país. Abrir as páginas desse livro (*À sombra da mangueira*, publicado pela editora Peirópolis) é como conhecer Moçambique pelos olhos e traços de Abu. As vestimentas dos moradores, as cores das cidades, os jeitos

1. Disponível em: <tinyurl.com/5dzd2dpp> (Acesso em 02 out. 2022).

que aquele povo tem de se sentar bem pertinho uns dos outros, a postura corporal, as maneiras de ser das crianças e jovens retratados na obra. Mergulho na cultura. E não só visual: ao ouvir aqueles meninos e meninas contando suas histórias, escutamos nuances, sotaques e ritmos de um português nosso primo.

Ao falar sobre seu trabalho, Abu ressalta o que o motiva: a vontade de compartilhar aquilo que está aprendendo, mostrar personagens do mundo, revelar as tão diversas existências que há por aí. Nesse sentido, ler as suas imagens pode ser também como viajar.

Atualmente, Abu se dedica a um projeto autoral que envolve contar a história da República em quadrinhos, sendo que a grande novidade é colocar a República como personagem da História do Brasil. Para criar essa HQ, o ilustrador tem mergulhado nos cenários e paisagens das cidades brasileiras, procurando recriá-los tal como eram no final do século XIX. É esperar para ver e sentir-se um pouco em nosso país, tal como era no passado.

E se você estiver se perguntando onde mais é possível ver o trabalho deste autor, seguem algumas referências:

- > *Macunaíma em quadrinhos*, em parceria com Dan X, editora Peirópolis.
- > Coluna de João Pereira Coutinho, semanalmente na *Folha de S. Paulo*, veículo em que Abu trabalha desde 2010, quando ganhou um concurso e realizou um sonho de ilustrar para o jornal que costumava ler.
- > Para conhecer mais sobre seu trabalho, acesse seu blog: angeloabu.wordpress.com





Afinal, o que pode ainda a literatura?

DIANA NAVAS

*O que a literatura faz é o mesmo que acender
um fósforo no campo no meio da noite.
Um fósforo não ilumina quase nada, mas nos permite
ver quanta escuridão existe ao redor.*

WILLIAM FAULKNER

A literatura e seu espaço¹

arte, e em especial a literatura, fez-se sempre presente na trajetória humana. É surpreendente que o homem, ainda em seus primórdios, quando produzia somente rudimentares artefatos que lhe permitiam garantir apenas a sobrevivência, já revelava uma outra necessidade, esta de ordem imaterial – a necessidade de narrar. As pinturas rupestres são exemplos do desejo de que os feitos humanos pudessem ser (re)conhecidos, de que a outros semelhantes fosse possibilitado reconhecer as façanhas de um indivíduo ou de seu grupo.

O desejo de narrar não cessou. Ao longo de milhares de anos, seja em torno das fogueiras, em que grupos se reuniam para ouvir

1. Dedico este texto ao eterno professor Dr. Fernando Segolin, responsável pela minha inserção na vivência da literatura.

os feitos de grandes heróis modelares a serem seguidos pela coletividade, seja em momentos em que o inumano e a barbárie pareciam ter tornado impossível o narrar – como no contexto de guerras mundiais – a literatura não deixou de se fazer presente, servindo como uma espécie de acalanto ou resposta – ainda que provisória – para as inquietações que, embora distintas de acordo com o contexto histórico-cultural de cada época, assaltaram continuamente o homem.

A literatura, conforme sugere Sartre em *Que é a literatura?*,¹ nasce do espanto, da impossibilidade humana de, valendo-se exclusivamente da razão, encontrar respostas capazes de apaziguar os anseios desses seres lacunares que somos. Talvez resida aí a explicação do seu não desaparecimento: o homem sempre foi surpreendido por questões que o inquietam, que nele suscitam o espanto. A sensibilidade, a imaginação, o sonho, a fantasia são, então, convocados como auxiliares na tarefa de conferir uma espécie de conforto ao homem. Não é por acaso que nos depararemos em *É isto um homem?*,² com Primo Levi recitando o canto de *Ulisses* e trechos de *A divina comédia*, de Dante Alighieri, a um amigo também prisioneiro nos campos de concentração nazista em Auschwitz.

Mas como falar hoje dessa necessidade imaterial, que é a literatura, em um contexto no qual tudo parece ser mais ou menos valorizado em razão de sua aplicabilidade/utilidade imediata e de seu valor mercadológico? Qual a finalidade de se ler e estudar literatura em um momento no qual o espaço destinado a esta arte – seja na escola, na imprensa ou nos lazeres – torna-se cada vez mais escasso? Haveria, ainda, espaço para o “espanto”? Enfim, compartilhando a pergunta que intitula um notável ensaio de Compagnon, “Literatura para quê?”

A pergunta pode soar contraditória ao observarmos que, ao lado de seu desprestígio enquanto disciplina escolar, assiste-se, em nosso atual contexto, a um amplo crescimento da produção editorial. Conforme afirma Perrone-Moisés, “nunca houve tantas

2. SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* (Tradução de Carlos Felipe Moisés). São Paulo: Ática, 2004.

3. LEVI, Primo. *É isto um homem?* (Tradução de Luigi Del Re). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

feiras de livros, tantos prêmios, tantos eventos literários. Nunca os escritores foram tão mediatizados, tão internacionalmente conhecidos e festejados”.⁴ Assim, é preciso esclarecermos que quando aqui nos referimos à literatura, estamos elegendo aquela “que se manifesta em determinados textos, escritos numa linguagem particular, textos que interrogam e desvendam o homem e o mundo de maneira aprofundada, complexa, surpreendente”.⁵ Nesta concepção, quantas obras atualmente publicadas podem ser consideradas literárias? Dentre os numerosos frequentadores de eventos literários, quantos seriam efetivamente leitores e quantos seriam espectadores e “caçadores” de autógrafos e *selfies*?

Não é nosso propósito, neste breve estudo, conceituar o que é literatura, tampouco discutir as características estéticas ou linguísticas que são intrínsecas da literariedade. Almejamos discutir, a partir de uma perspectiva mais pragmática, o que pode significar e o que pode fazer por nós o estudo e a leitura de literatura neste início de século XXI. Em outras palavras, tem essa instituição algum valor em nossas vidas ou a literatura tornou-se coisa do passado?

As forças da literatura

A pergunta “Por que ler e estudar literatura?” aponta, de imediato, para o caráter utilitarista e pragmático de uma sociedade dominada pela tecnologia e pela economia de mercado, na qual o declínio do prestígio cultural e social da literatura — e das demais formas artísticas — é visivelmente constatado. Para essa indagação, poderíamos oferecer como resposta algumas das “forças” que confirmam a pertinência da literatura.

A primeira delas, a qual remonta ao conceito de mimese, de Aristóteles, reside no poder moral que detém a literatura. Podemos afirmar que por meio da experiência, do exemplo, a literatura nos guia de forma mais efetiva do que as regras rigidamente estabelecidas. Retomando Horácio e seu *dulce et utile*, observamos

4. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 25.

5. *Ibid.*

6. COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* (Tradução de Laura Taddei Brandini). Belo Horizonte: UFMG, 2012.

que a literatura, simultaneamente, deleita e instrui. Conforme defende Compagnon,⁶ ao lermos um romance, colocamo-nos na posição das personagens, julgamos as suas ações, repudiamos ou aprovamos seu comportamento, identificamo-nos ou sentimos repugnância pelos seus movimentos morais, espirituais. Experimentamos, por meio da literatura, emoções que originalmente não nos pertencem, mas que, em razão de nosso espírito se “colar” às palavras, permite-nos experimentar integralmente aquilo que nas histórias se desenvolve. Em outras palavras, a leitura literária promove o deslocamento de nossa perspectiva, um entregar-se a tudo que se move na narrativa, oferecendo, esse mergulhar no texto, uma forma eficaz de convencimento, de moldagem de opiniões e, justamente por isso, uma ameaça aos governos totalitários.

A força da literatura, no entanto, ultrapassa sua função educativa e deleitante. Ela também, de acordo com Compagnon, “funciona” como uma espécie de remédio contra o conformismo, a mesmice, visto conceder ao leitor autonomia, libertando-o da sujeição a posicionamentos autoritários e tornando-o insubmisso. Nesse viés, o aspecto político que possui a literatura é marcante, já que o discurso literário desconcerta, incomoda, desorienta, desnorteia mais que os discursos filosófico, sociológico ou psicológico em razão de fazer apelo às emoções e à empatia. Ou seja, a literatura é, em essência, subversiva, inquietante, insubmissa, haja vista nos libertar de nossas maneiras de pensar a vida, resistindo à tolice não de forma violenta, mas de modo sutil e obstinado e, por isso, mais eficaz. É interessante, neste sentido, a observação feita por Compagnon:

A literatura é de oposição: ela tem o poder de contestar a submissão ao poder. Contrapoder, revela toda a extensão de seu poder quando é perseguida. Resulta disso um paradoxo irritante: a liberdade não lhe é propícia, pois priva-a das servidões contra as quais resistir. Por conseguinte, o enfraquecimento da literatura

7. *Ibid.*, p. 42.

no espaço público europeu no final do século XX poderia estar ligado ao triunfo da democracia: lia-se mais na Europa, e não somente no Leste, antes da queda do muro de Berlim.⁷

Em territórios brasileiros, não estaria a desvalorização do literário estritamente relacionada com o desejo de não questionamento de nossa pretensa democracia e o intento de formar cidadãos cada vez menos críticos? Diante do conturbado momento político-social em que vivemos – no qual a literatura poderia se apresentar como uma espécie de antídoto contra a alienação – não é ocasional a condição de somenos relevância que esta arte assume. Não se deseja, obviamente, que este seja um remédio conhecido de todos.

A literatura detém, ainda, o poder de vivificar a língua. Falando a todo o mundo e recorrendo à língua comum, a linguagem literária ultrapassa os limites da linguagem ordinária, do dia a dia. Seu aspecto transgressor encontra pouso no lúdico, na procura dos significados possíveis, valendo-se da violência verbal, declarada ou surda, para avançar na representação do homem no mundo.

Como bem revela Roland Barthes, a linguagem é “o objeto em que se inscreve o poder, desde toda a eternidade humana”,⁸ poder que se exprime obrigatoriamente por meio da língua, considerada, pelo autor, como fascista, não por nos impedir de dizer algo, mas justamente por nos obrigar a dizer valendo-se de um dado código se desejamos, efetivamente, ser compreendidos. Neste sentido, a literatura seria a única forma de trapacear a língua: “esta trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*”.⁹

É de grande importância ressaltarmos, aqui, que não estamos nos referindo a uma literatura engajada. A literatura, e esta é mais uma de suas forças, nega qualquer poder para além do exercício sobre si mesma. Isto é, a literatura seria contra qualquer engajamento (não

8. BARTHES, Roland. Aula (Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés). São Paulo: Cultrix, 2004, p. 12.

9. Ibid., p. 16, grifo do autor.

10. COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?*, op. cit., p. 42.

somente social); seria a área do “impoder”, do “despoder”, ou ainda, do “fora do poder”, conforme sugere Compagnon. Isso não significa, entretanto, a neutralidade da literatura: “A literatura pode divertir, mas como um jogo perigoso, não um lazer anódino”.¹⁰

Por meio de um cuidadoso trabalho *com e na* linguagem, o texto literário ensina-nos a relativizar as certezas, permite-nos contemplar o leque de possibilidades de realização humana ao longo do eixo temporal ou espacial. Desta forma, a literatura faz-se necessária por ser, de forma ampla, um fator de civilização, uma forma privilegiada de convívio com o passado e com a tradição que fala em nós e por nós. Reside, aqui, uma outra força da literatura: a de nos religar com o passado. Mais do que aprender com ele, como nos possibilita a História, a literatura permite nos apropriarmos dele, de nos colocarmos como seus herdeiros, papel esse que traz complexas implicações. Afinal, tornar-se herdeiro não significa apenas poder compreender, mas poder vivenciar em si mesmo o passado. Significa compreender que quase nada de “natural” existe, efetivamente, no comportamento humano e nas instituições, que quase tudo é cultural, ou, em outras palavras, que quase tudo pode ser mudado de forma radical. Nesta perspectiva, ensinar e ler literatura implica criar possibilidades para que o indivíduo se torne herdeiro, algo pouco desejado quando, conforme já mencionado, não se almeja cidadãos questionadores.

Diante de todas essas forças que a literatura detém e das positivas implicações que acarreta na formação humana — a ponto de Antonio Candido considerá-la como um direito humano, em razão de sua função humanizadora¹¹ — torna-se evidente que, em nosso contexto, temos não apenas a necessidade, mas a urgência de uma valorização e efetiva presença da literatura, em especial nas escolas, espaço privilegiado — e na maioria dos casos, único — para o contato com a leitura.

Poder-se-ia contra-argumentar que a literatura já faz parte do currículo escolar brasileiro e que, portanto, tem o seu papel garantido em nossa sociedade. A questão que agora se coloca no

11. CANDIDO, Antonio. O Direito à Literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.



entanto é: de que forma a literatura se faz presente no espaço escolar? Cumpriria, da forma como é apresentada aos jovens, sua função humanizadora?

A (não) educação literária

Como disciplina escolar formal, a literatura, em nosso país, está inserida na grade curricular do Ensino Médio. Iniciada com a leitura informativa de textos portugueses sobre o Brasil, a literatura medieval e renascentista portuguesa, a disciplina é, a grosso modo, “ensinada” a partir de uma perspectiva historiográfica e classificativa. Ensina-se literatura a partir da apresentação dos principais movimentos literários, ressaltando neles o contexto histórico-cultural, suas principais “características” e os autores mais significativos.

A leitura das obras, quando ocorre, haja vista que o que se oferece são fragmentos dispersos dos textos literários nos livros e materiais didáticos, é encarada como obrigação, como mais um dos conteúdos a serem memorizados para a avaliação escolar ou o temido vestibular. Destarte, a literatura é apresentada sem estabelecer nenhuma relevância direta para a educação política ou cultural dos alunos e sem nenhuma crítica aos valores que aquela literatura representa para eles.

Assim ocorre também o ensino de literatura em grande parte dos cursos de Letras, responsáveis pela formação de futuros professores de literatura:

A contribuição oficial da educação literária no Brasil tem sido o provimento da combinação de compreensão textual, produção escrita e documentação histórica. Estudantes de Letras aprendem fatos históricos, econômicos, sociopolíticos e biográficos relativos à literatura; além disso, leem determinados textos, analisam certos autores, períodos e gêneros literários sem receber informação

suficiente acerca de teorias críticas literárias, as escolas de pensamento que permitem diferentes leituras, interpretações e dialogicidades entre texto, leitor e sociedade. Não faz parte dos currículos o processo de facilitar aos alunos o acesso às condições de produção de conhecimento, aos modos de leitura, consequentemente impedindo-os de participar ativamente na sociedade, para poder intervir nos discursos dominantes de sua cultura.¹²

É evidente que a escolha dessa forma de abordagem do literário não é impensada. Há uma intrínseca relação entre o ensino de literatura e o tipo de cidadão que se deseja formar.

Em estreita conexão com o ensino de literatura na escola estão questões como: quem determina o programa de estudos, como, sob que influência, e visando a que “produto”? Qual é o papel dos exames e que tipo de conhecimento se procura testar? Isso leva, por sua vez, à questão relativa aos métodos pedagógicos e ao tipo de saber construído nas aulas de leitura e literatura: será seu objetivo criar consumidores, produtores de literatura, ou ambos?¹³

A escolarização da literatura é feita, assim, de forma inadequada, errônea, visto que, por meio dela, deturpa-se, falsifica-se, distorce-se o literário. Ensina-se *sobre* literatura e não literatura. Por meio deste “ensino”, o jovem aprende que o barroco são sombras e contrastes, que o arcadismo são pastores e deuses, que o romantismo é o amor infeliz e o desejo de evasão. Pergunta-se: de que vale estes conhecimentos? De que vale a habilidade de examinar um texto e classificá-lo como *árcade*, barroco ou romântico?

A resposta pode ser simples: para tornar a literatura apenas em mais um veículo para outros conhecimentos, ou em um campo desinteressante de discurso, de definições e classificações vazias, as quais tentam substituir ou anular a vivência e a complexidade da leitura literária. Infelizmente, os exames tradicionais ainda medem as habilidades e a competência para a vida adulta por

12. LEAHY-DIOS, Cyana. Educação literária como metáfora social. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 10.

13. *Ibid.*, p. XIX.

meio da submissão crítica à autoridade. É considerada correta a resposta que é proposta pelo livro didático ou que reproduz fielmente o conteúdo transmitido pelo professor. Dessa forma, a educação literária continua sendo um sistema seletivo de ignorância imposta.

Contribui para agravar ainda mais este contexto o fato de, na atualidade, inserida na profusão de práticas culturais, a literatura correr o risco de perder suas características mais valiosas e abrigar qualquer tipo de texto escrito, impresso ou eletrônico. Conforme já afirmado, o que define um texto literário não é sua temática ou autoria, mas a forma como o tema é tratado, o cuidadoso trabalho com e na linguagem que se emprega em sua construção, elemento esse que parecer ser completamente desconsiderado no ensino da literatura.

Considerar um texto como “literatura” porque ele tem um valor político é uma atitude ética, mas não estética. Valorizar um texto porque ele provém de um país emergente, de uma comunidade racial, social ou sexual é o mesmo que valorizá-lo (ou condená-lo) em função de uma ideologia ou de uma religião. Ora, quaisquer que sejam sua proveniência e sua temática, um texto merece o qualificativo de literário pela força de sua linguagem, pela capacidade de dizer as coisas de maneira antes insuspeitada, numa forma que, ao ser lida, nos surpreende por sua exatidão, nos emociona por dizer algo do mundo ou de nós mesmos em que não tínhamos pensado ou não conseguíamos expressar tão bem.¹³

A presença da literatura nas escolas – em seu real sentido – não ocorrerá, é claro, simplesmente em razão de sua defesa teórica ou da oferta de livros de qualidade às escolas públicas, como temos assistido nos últimos anos. Embora sejam atitudes importantes, o que garante a sobrevivência da literatura é o prazer de ler, prazer esse pouco despertado no espaço escolar em que, infelizmente, grande parte dos professores também não são leitores. Os educadores, em

13. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*, op. cit., p. 265.

razão de seu despreparo, por meio de padronização de respostas, de aulas expositivas e conteúdos herméticos afastam os alunos da busca de ser livres, uma vez que a opção por este estilo de abordagem do literário mostra exatamente o contrário quando escolhida.

É preciso conscientizar os professores de literatura de seu compromisso com a produção de um conhecimento que possa, realmente, contribuir para uma sociedade menos desigual, o que significa trabalhar para que esses mesmos professores sejam politicamente conscientes em sua prática, com a percepção clara de que educar é uma instituição política.

Quando defendemos que a literatura seja lida por prazer, é importante observar que não estamos conferindo a ela um caráter meramente de diversão. A literatura não é um simples passatempo, nem uma evasão, mas uma maneira, conforme assegura Ernesto Sábato,¹⁴ de examinar a condição humana. Isso porque, de acordo com Perrone-Moisés, ainda não foi criada outra prática melhor e mais completa de autoconhecimento, de conhecimento dos outros e de reflexão sobre o mundo do que a leitura de um romance ou poema.

Acreditamos, desta forma, que mais do que ensinar ou ler literatura, deveríamos vivenciar a literatura, a qual, além de nos ofertar conhecimento, aguça a visão do real, permite-nos exercer uma função crítica e utópica – no sentido de explorar os possíveis – e, ainda, nos dá prazer.

É evidente que não estamos, aqui, defendendo a posição ingênua de considerar a literatura como única forma de conferir ao homem o conhecimento, o despertar crítico, a sensibilidade, a imaginação. Esta não exclusividade, no entanto, não diminui, em nenhuma hipótese, a sua importância e necessidade em nosso contexto.

A literatura sofre concorrência em todos os seus usos, mas não detém o monopólio sobre o nada, mas a humildade lhe convém e seus poderes continuam imensos (...). O exercício jamais fechado

14. SÁBATO, Ernesto. *O escritor e seus fantasmas* (Tradução Pedro Maia Soares). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

15. Antoine. (FALTA REFERÊNCIA COMPLETA).

da leitura continua o lugar por excelência do aprendizado de si e do outro, descoberta não de uma personalidade fixa, mas de uma identidade obstinadamente em devir.¹⁵

Não objetivamos, também, adotar a ideia romântica de redenção pela cultura. Defendemos, entretanto, que a literatura tem uma forma distinta de apresentar a condição humana, capaz de possibilitar ao homem o seu (re)conhecimento. Nesse sentido, precisamos, e muito, desse poderoso instrumento de desalienação.

Oferecer uma educação estética apresenta-se, assim, como uma possível saída para uma condição social marcada por interesses e conflitos e em que se identifica claramente uma carência de sensibilidade. A mudança precisa começar com a transformação de seus principais atores: os seres humanos. E a literatura, por constituir-se como um dos raros e efetivos espaços de liberdade de que atualmente dispomos, pode constituir-se como partícipe dessa mudança. Não podemos nos esquecer, no entanto, de que

a construção de uma educação literária relevante, com uma realização própria percebida por alunos e professores, envolve a definição de objetivos, métodos e formas de avaliação coerentes com o processo de construção do conhecimento, utilizando a leitura, análise e interpretação do literário como forma de educar cidadãos. Os departamentos de teoria e prática pedagógicas das melhores universidades (as social e politicamente comprometidas com a cidadania) trabalham a educação como um processo complexo, a um só tempo meio e fim, o que requer a definição clara de suas características e objetivos. Aí se insere a necessidade de esclarecer o papel da literatura como espaço de leitura formal no ensino médio brasileiro, assim como as influências que os estudos literários vêm sofrendo em sua história contemporânea. Para reescrever essa história, visando a uma influência politicamente significativa nos tempos atuais, é preciso saber as formas que tomam esses estudos.¹⁶

16. LEAHY-DIOS, Cyana. Educação literária como metáfora social, op. cit., p. 7.

Seria mesmo de interesse reescrever essa história? Não podemos esquecer que o modo de escolarização da literatura (assim como das demais disciplinas) é planejado por entidades preocupadas em articular interesses nacionais e internacionais mais amplos. Neste sentido, estariam estas instituições realmente dispostas a formarem cidadãos críticos?

O que pode a literatura?

Na cultura dominada por um mercado que concebe a arte como mais um produto vendável, à literatura cabe duas opções: inserir-se como mercadoria – o que claramente evidenciamos em nossa sociedade na qual o consumo de *best sellers* expande brutalmente – ou resistir como bem imaterial. Defendemos, evidentemente, a segunda opção, concordando amplamente com Guiomar de Grammont¹⁷ que, em *Ler devia ser proibido*, apresenta um verdadeiro manifesto a favor da literatura. Afinal, o que pode ela ainda neste início de século XXI?

Como espaço e exercício de liberdade, a literatura desperta os homens para realidades impossíveis, tornando-os incapazes de tolerar a mesmice do mundo ordinário em que vivem. Abrindo espaços para a imaginação e a fantasia, a literatura, valendo-se apenas das palavras, é capaz de libertar o homem dos grilhões que o encerram, impedindo-o, assim, de reduzir a vida à realidade cotidiana. Conforme assegura Sábato,¹⁸ “uma das missões da grande literatura é despertar o homem que viaja com destino ao patíbulo”.

Além de despertar o prazer, a literatura provoca o inesperado. Ler pode gerar a invenção e, assim, estimular a imaginação de modo a conduzir o humano para além do que é já conhecido. A leitura literária desperta o gosto pela aventura e pela descoberta, o que faz do homem, indubitavelmente, um animal distinto. Pode, ainda, estimular a curiosidade, elemento esse indesejável em seres

17. GRAMMONT, Guiomar de. *Ler devia ser proibido*. In: PRADO, J.; CONDINI, P. (orgs.). *A formação do leitor: pontos de vista*. Rio de Janeiro: Argus, 1999.

18. SÁBATO, Ernesto. *O escritor e seus fantasmas*, op. cit., p. 25.

19. GRAMMONT, Guiomar de. *Ler devia ser proibido*, op. cit., p. 73.

que foram destinados – no sistema de poder estruturado – para a repetição, o trabalho duro e o não questionamento.

O acesso à boa literatura pode gerar seres humanos conscientes de seus direitos políticos em um mundo plenamente controlado e em que ser livre não passa de uma ficção sem nenhuma verossimilhança. O contato efetivo com o texto literário pode permitir que os seres humanos saibam o que desejam e serem capazes de articular bem suas demandas, a fincarem sua posição no mundo e a fazerem dos discursos verdadeiros instrumentos de conquista de sua liberdade.

Diferentemente das leituras utilitárias, tão valorizadas em nossos dias – manuais, relatórios, formulários, contratos –, a leitura literária permite que sejamos transportados, de forma mágica para dimensões mais acolhedoras, o que certamente não se deseja em uma sociedade utilitarista e pragmática.

É diante destas várias potencialidades que a literatura pode promover que compreendemos porque ela é um privilégio concedido apenas a alguns. Conforme assegura Grammont, “para obedecer não é preciso enxergar, o silêncio é a linguagem da submissão. Para executar ordens, a palavra é inútil”.¹⁹

A literatura (re)vela-se, para a permanência da ordem instaurada, uma ameaça, porque faz com que os indivíduos identifiquem sua história a outras histórias, tornando-os capazes de compreender e aceitar o Outro. O que pode ser mais subversivo do que isso?

Assim, não é pueril que os estudos literários estejam, cada dia mais, se transformando em estudos de “comunicação e expressão”, almejando a melhor *performance* futura dos alunos quando ingressarem na “vida real” do mercado de trabalho. Destarte, para a função que se pretende que os indivíduos desempenhem na vida diária, o uso de textos literário é realmente inútil, sendo textos como os da mídia, por exemplo, mais adequados a este propósito.

Conferir acesso à literatura pode se constituir como forma de pôr em xeque as estruturas de domínio e de poder, o que,

20. BARTHES, Roland. Aula, op. cit.

21. PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*, op. cit., p. 81.

22. CANDIDO, Antonio. O direito à literatura, op. cit., p. 186.

obviamente, não é objetivo daqueles que desejam a manutenção do *status quo*. Afinal, a leitura literária confere poder. E o poder é para poucos.

(In)conclusões

Nossas reflexões, ainda que não inovadoras, apontam para uma questão ainda premente em nosso contexto histórico-cultural: qual o papel da literatura em uma sociedade de consumo e marcadamente utilitarista?

Sintetizamos as “funções” da literatura recorrendo àquelas definidas por Roland Barthes em *Aula*: 1. *Mathesis*: a literatura é um lugar de saberes; ela, apesar de não saber coisas como é típico das ciências, ela sabe das coisas; 2. *Mimesis*: a literatura busca representar o real, mas o real é irrepresentável na linguagem verbal, e é justamente essa busca que a constitui, não como representação, mas como “fulgor” do real; 3. *Semiosis*: a literatura não usa os signos, ela joga com os signos, deslocando-os de seus usos habituais e práticos, tornando-os visíveis ao desautomatizá-los.²⁰

A partir dessas considerações, evidencia-se que ler e estudar literatura, mais do que adquirir conhecimentos – os quais podem ser confrontados com aqueles oferecidos pela filosofia, história, sociologia –, a literatura garante-nos uma visão mais aguda do real ao desautomatizar não apenas o uso da linguagem, mas nossa forma de ler/conceber a realidade.

Desta forma, ao negar o acesso ao literário – em nome de uma pretensa democratização do ensino que tende a nivelar o que é ensinado assumindo como parâmetro a realidade dos alunos – o que se pratica é a perpetuação da injustiça social. Afinal, “oferecer ao aluno apenas aquilo que já consta em seu repertório é subestimar sua capacidade de ampliar seus conhecimentos e privá-lo de um bem a que ele tem direito”.²¹ Um direito, aliás, que para Antonio Candido é essencial:

A literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos reorganiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.²²

A literatura, assim como as demais formas artísticas, não nasce de uma finalidade básica, como a moradia e a alimentação — direitos esses dos quais muitos homens são também privados. Nascida da necessidade de algo mais do que a mera sobrevivência, a literatura não tem mesmo aplicabilidade imediata. A arte só é útil indiretamente, na medida em que lida com objetivos superiores, como o propósito de enxergar a realidade para além de sua aparência e a capacidade de alterá-la por meio também da imaginação. É justamente por essa possibilidade de modificar a realidade que a literatura é considerada perigosa por aqueles que não almejam um contexto distinto do que vivemos. Temida e, por isso, legada a segundo plano, a literatura, no entanto, pode e ainda pode muito.





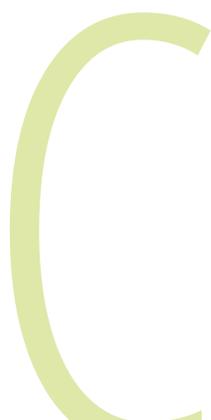


O HOMEM DA ÁRVORE NA CABEÇA, ED. NOVA FRONTEIRA, AUTOR: CELSO SISTO (2015)



A biblioteca escolar: um tema que envolve a todos na escola*

CECILIA BAJOUR | TRADUÇÃO: CICERO OLIVEIRA



Como cada escola imagina a biblioteca escolar?

Não há dúvida de que todos aqueles que participam de um modo ou outro do mundo da escola estão de acordo com o fato de que contar com uma biblioteca é uma necessidade vital para o ensino e a aprendizagem nos tempos atuais.

No entanto, os imaginários sobre o que é uma biblioteca escolar segundo as formas singulares como cada escola está constituída, como ela interage com tudo o que se pensa e se faz ali, e se é necessária ou não uma figura que esteja encarregada da biblioteca, entre outras questões vinculadas a esta problemática, variam na prática de acordo com as diversas situações reais e de acordo com as representações sobre as funções de uma biblioteca, da leitura na escola e sua relação com o ensino.

* Artigo publicado na revista *12(antes)*, ano 2, n. 18. Buenos Aires, outubro de 2007.

A atenção à singularidade para pensar o tema da biblioteca (como todos os assuntos escolares, por outro lado) é fundamental, já que não são iguais o caso da escola que recebe mais de mil alunos e o da escola rural, na qual vários graus às vezes convivem no mesmo espaço. Também não são iguais as situações das escolas que têm um professor bibliotecário responsável e a daquelas que não têm. Nem a das bibliotecas repletas de livros, revistas, materiais multimídia e outros suportes que são atualizados periodicamente, e aquelas que, por diversas causas, têm algumas poucas estantes que sempre mostram a mesma paisagem.

De todo modo, a convivência de componentes que qualquer um consideraria imprescindíveis para que uma biblioteca funcione, tais como uma boa coleção de livros e outros suportes, espaço de funcionamento adequado, leitores e mediadores especializados, não é suficiente para que ela seja pensada como um dos eixos transcendentais do ensino e da cultura de uma escola. Essas premissas podem existir e se tornar apenas uma cenografia de papelão pintado se não forem pensadas em relação com os principais sentidos da escola.

Por isso, a questão de como fazer uma biblioteca escolar para que ela se torne um tema central da escola pressupõe pensar qual é o lugar simbólico e real das bibliotecas e da leitura em cada instituição. Para além da absoluta necessidade de normativas que garantam a existência de bibliotecas e professores bibliotecários à frente delas como requisito indispensável para o desempenho pedagógico das escolas, é certo que a apropriação de uma “cultura de bibliotecas” por parte de gestores, docentes, alunos e demais atores da comunidade, a incorporação de seu uso pleno e diverso no cotidiano escolar, não são instituídos por decreto.

Com relação a isso, é interessante o debate por parte do grupo docente que trabalha em cada escola sobre qual modelo de biblioteca escolar aquela instituição exige. Segundo o especialista espanhol Guillermo Castán, esta questão não pode ser formulada independentemente do modelo pedagógico com que se concebe

tal instituição e das condições materiais de que parte. Em muitos casos, afirma este autor, a ausência de reflexão sobre o modelo teórico de biblioteca escolar acarreta o risco de

centrar todo o interesse em como organizar tecnicamente uma biblioteca escolar de modo mais “eficaz”, evidenciando uma concepção instrumentalista da biblioteca, em que os meios se confundem com os fins, e evitando o debate de fundo, que deveria centrar-se nas finalidades, no para quê (e só depois se responderia ao como) de uma biblioteca escolar de cunho novo em escolas que devem dar resposta a novas necessidades curriculares e sociais.¹

A concepção instrumentalista é aquela que enfatiza quase unilateralmente os aspectos mais técnicos do saber bibliotecário, sobretudo aqueles que dizem respeito à formação de usuários, às tarefas organizacionais e ao trabalho em rede. Trata-se de saberes que, diante do avanço das tecnologias de acesso à informação, geraram uma crescente preocupação e ansiedade pela atualização constante. Isso nem sempre vem acompanhado por uma análise crítica das necessidades sobre as quais se deveria basear, nem por um estudo mais consciente sobre as formas como as novas tecnologias dialogam com os modos de ler que as precedem historicamente e com a experiência que todos os leitores trazem, pensando a leitura em sentido amplo. Essas práticas bibliotecárias, cuja necessidade para que uma biblioteca funcione e permita o acesso democrático ao seu acervo não está em discussão, quando se transformam em fins e não meios, desvirtuam o caráter pedagógico de sua tarefa. Além disso, quando essas práticas ocorrem no contexto escolar, precisam se armar de novos sentidos, pois, além de se subordinarem aos fins pedagógicos, podem se tornar uma oportunidade de ensino sobre os modos particulares de uso e apropriação dos serviços e possibilidades que a biblioteca oferece.

Para evitar a tentação instrumentalista e tecnocrática, não há outro caminho senão olhar a biblioteca escolar em diálogo com a

1. CASTÁN, Guillermo. *Bibliotecas escolares, soñar, pensar, hacer*. Sevilla: Diada Editora, 2002.

escola em seu conjunto. Ou seja, não se trata de propor uma oposição entre as tarefas pedagógicas e as técnicas: um divórcio entre as duas traz como correlato que a biblioteca olhe para um lado e a escola para o outro.

Outra faceta da visão instrumentalista é pensar a biblioteca como subsidiária do escolar, o que pode levar a um funcionamento distorcido e improdutivo.

A ênfase dada ao pedagógico não significa transformar a biblioteca apenas uma ferramenta provedora da sala de aula, mas sim vincular tudo o que acontece na biblioteca com as mais variadas e renovadas formas de aprendizagem e ensino. Desse ponto de vista, a relação entre a biblioteca e o desenvolvimento dos conteúdos curriculares não deveria ser entendida como a da satisfação mecânica de demandas fixas, monológicas, estabelecidas unilateralmente de antemão. Pelo contrário, uma concepção dinâmica do currículo supõe uma biblioteca que não atue como uma despachante passiva de materiais, mas como interlocutora crítica que proporciona um universo aberto de informação diversificada e um espaço privilegiado para a disseminação de saberes e estratégias para seu acesso, pesquisa e investigação.

A biblioteca em diálogo com a escola torna-se possível quando as tarefas de ensino são pensadas como um tipo de prática que é sensível à diversidade de contextos em que se desenvolve, à riqueza que traz a cultura dos sujeitos que dela participam e à multiplicidade de textos que são colocados em jogo. Portanto, não obedece mecanicamente a um modelo didático que está atrelado ao livro didático como a principal e, muitas vezes, a única referência.

Se relacionarmos essa ideia de ensino com a leitura, vínculo que não pode ser ignorado quando se trata da escola, surgem questões interessantes ao se pensar nos modos de ler que podem ser desenvolvidos na biblioteca como aliada da sala de aula. Falamos, neste caso, de uma ideia de leitura que atende às peculiares relações pessoais e sociais dos leitores com os textos, que enfatiza as formas como os docentes intervêm nas práticas leitoras para habilitar

essas relações, o que convida à reflexão sobre as ideias de seleção de textos que subjazem nas práticas de ensino e leitura.

A biblioteca escolar, concebida como um espaço compartilhado pelo docente bibliotecário e pelo docente da sala de aula, propõe novos caminhos para desenvolver as práticas de leitura e, consequentemente, as formas de pensar o ensino. Nesse sentido, observamos, por exemplo, que o desdobramento de sociabilidades em torno dos textos ocorre na biblioteca de maneira diferente da sala de aula. Na biblioteca, essas possibilidades se expandem para outras trajetórias de leitura graças à existência de uma diversidade de textos e ao aprendizado de como acessá-los. De qualquer forma, não se trata de enfatizar a busca de diferenças entre as práticas de leitura em sala de aula e aquelas que ocorrem na biblioteca. Pelo contrário, é mais produtivo para os leitores e para o ensino buscar o que constrói pontes entre os dois espaços escolares do que buscar aquilo que os distingue.

Outra das formas fundamentais pelas quais as bibliotecas põem em discussão as visões instrumentalistas que reduzem seu papel na escola é aquela que tem a ver com a forma como elas protagonizam e viabilizam as relações com a cultura e a arte, atuando como espaço de gestão e realização de diversas iniciativas. Trata-se de uma de suas funções mais ricas: a de propiciar laços culturais entre a escola e a sociedade. Em comunidades em que o acesso aos bens culturais é mais restrito por diversas razões, este papel da biblioteca pode adquirir uma dimensão maior, já que muitas vezes ela se torna o cenário para onde convergem muitas das iniciativas culturais que transcendem o âmbito da escola e que lhe dão novos sentidos em sua relação com o mundo que a cerca.

Sentir a biblioteca como própria: A familiarização do grupo docente de uma escola

Para que a biblioteca faça parte do horizonte cotidiano das práticas de leitura em uma escola, os primeiros a serem considerados são os

próprios docentes (todos: os bibliotecários, os professores, corpo docente etc.) juntamente com a equipe gestora, pois todos eles, da especificidade dos lugares que ocupam, são os mediadores na relação dos alunos com a biblioteca. Embora pareça óbvio dizer isso, ninguém pode ser mediador daquilo que não lhe é familiar.

É a isso que nos referimos no início, quando falamos da necessidade de criar uma “cultura de biblioteca” dentro da escola. Nesse sentido, é interessante refletir sobre como, a partir da organização dos tempos escolares, são viabilizados espaços para que os professores possam construir um vínculo com a biblioteca que recupere suas experiências profissionais e pessoais em relação à leitura.

Uma experiência de formação em bibliotecas escolares realizada em uma escola primária da cidade de Buenos Aires teve como objetivo a tentativa de desarticulação da sensação de estranheza que às vezes os próprios docentes sentem quanto à frequência e ao uso das bibliotecas de suas próprias escolas. Tratou-se de uma assistência técnica que a equipe de gestão dessa escola solicitou à Área de Capacitação de Bibliotecas Escolares.² O pedido de auxílio surgiu da preocupação da direção com o uso dispar da biblioteca por parte dos professores dessa instituição. Alguns professores dos primeiros anos, de acordo com a bibliotecária, particularmente comprometida com sua tarefa, promoviam o uso sistemático da biblioteca por parte de seus alunos em todas as áreas, não apenas para a leitura literária. Por outro lado, os professores das séries superiores, por razões que davam conta da diversidade de suas histórias leitoras profissionais e pessoais, e de suas representações sobre a biblioteca, não o faziam. A diretora, preocupada em gerar um vínculo com a biblioteca que não fosse interrompido ao longo da etapa escolar de seus alunos, levantou a necessidade de gerar diálogos com os docentes sobre essa descontinuidade.

Ficou acordado que seriam organizados encontros como rodas de conversa dentro da biblioteca onde todos estivessem presentes: diretores, a professora bibliotecária e os outros professores. Em princípio, tratavam-se de encontros em que todos os participantes

2. A Área de Capacitação de Bibliotecas Escolares pertence à Escola de Capacitação (CePA), a qual está subordinada ao Ministério da Educação da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

eram considerados leitores, além da diversidade de seus vínculos com a leitura e com a biblioteca. Partia-se do pressuposto de que todo professor tem alguma relação, própria, com a leitura. Essa premissa, em um contexto atravessado por discursos que nos últimos tempos tendem a subestimar os docentes, a desqualificá-los em sua formação e responsabilizá-los pelos supostos fracassos de leitura dos alunos, foi percebido como uma lufada de ar fresco que instaurava confiança e um sentimento de hospitalidade no âmbito da biblioteca.

Os participantes foram convidados pelos capacitadores e pela bibliotecária a buscar nas prateleiras da biblioteca (muito bem organizada e diversificadamente nutrida, com estantes abertas e com os livros que convidavam a serem tocados, levados, lidos) alguns textos que lhes recordassem situações de leitura pessoais ou de sua profissão docente que lhes parecessem interessantes compartilhar com seus colegas. Durante alguns instantes, a biblioteca foi percorrida por diretores e professores que, em alguns casos pela primeira vez, estavam passeando seus olhos por ali, desta vez interessados, pela configuração particular daquele espaço repleto de livros, revistas, recortes, filmes, organizadores artesanais de informação jornalística engenhosamente inventados pela bibliotecária etc. Para alguns professores, a relação anterior com a biblioteca não passava de um acordo fugaz com a bibliotecária para que ela tomasse conta de seus alunos durante a “hora da biblioteca”, como se isso também não fosse assunto deles. Foi interessante observar neles a surpresa pela descoberta de um livro que teria significado muito em suas práticas docentes pessoais, ou o encontro com um texto intimamente ligado à sua própria infância ou adolescência. A bibliotecária atuava em todos os momentos como anfitriã hospitaleira, como interlocutora de um diálogo sobre leituras. Após a troca de narrativas autobiográficas sobre livros, muitos professores comentaram que tinham poucas oportunidades de se sentir e serem pensados como leitores no ambiente de trabalho. As histórias narradas foram para eles uma





forma de intercâmbio pessoal e profissional que os colocava em um lugar distinto em relação aos colegas, aos quais reconheciam em facetas renovadas e valiosas.

Nessa experiência, é possível destacar a preocupação da equipe gestora em encontrar um caminho para a apropriação da biblioteca por parte dos professores da escola. A biblioteca pode ser uma ferramenta disponível para os diretores como gestores pedagógicos das escolas colaborarem com professores e professoras na geração de pontes inovadoras entre a sala de aula e a biblioteca, a partir de iniciativas que levem a equipe docente a sentir que a biblioteca é um espaço amigável e propício ao desenvolvimento de sua tarefa profissional na escola.

Outra experiência realizada na cidade de Buenos Aires, desta vez destinada a pensar com os diretores sobre o lugar que a biblioteca ocupa na gestão das escolas, procurou destacar como ela enriquece seu papel como gestores pedagógicos e como a equipe de condução possibilita vínculos entre professores e bibliotecários. Buscou-se também imaginar com os diretores situações concretas em que seu conhecimento sobre o que está na biblioteca e seus modos de funcionamento se torna necessário para que eles apoiem pedagogicamente os professores. Por exemplo, foram discutidos possíveis projetos de trabalho em determinadas áreas ou temas e a situação concreta do acervo em relação a eles. Nessas situações, à direção, em aliança com o bibliotecário, é extremamente útil poder assessorar os professores sabendo de quais materiais a biblioteca da escola dispõe, se eles estão atualizados, se representam pontos de vista diferentes ou graus de complexidade para a abordagem do tema em questão, se a quantidade existente se adapta às necessidades de leitura dos grupos de alunos, se o espaço atribuído à biblioteca permite ali a realização de diferentes cenas de leitura ou se alternativas devem ser encontradas no prédio da escola, se o sistema de empréstimo ajuda o material a circular e ser lido, se as tarefas de organização têm um tempo equilibrado com as tarefas pedagógicas e culturais da biblioteca etc.

O trabalho conjunto de professores e bibliotecários

Quando existe a figura do bibliotecário ou do professor responsável pela biblioteca, a mera declaração da necessidade de trabalho complementar entre docentes e professores bibliotecários não é suficiente para que isso aconteça no cotidiano da escola.

Para que professores e professoras sintam a biblioteca como uma necessidade e não como um atributo da escola, que pode ou não existir, é preciso gerar condições pedagógicas para que seu uso seja percebido como uma vantagem. A redução das situações didáticas da sala de aula à transmissão unidirecional dos saberes pautada quase que exclusivamente pelo livro didático impede a criação de vasos comunicantes com a biblioteca. Ao contrário, se a transmissão do conhecimento for concebida em diálogo com múltiplas fontes de informação em situações de leitura que variam de acordo com as diversidades de temas e textos colocados em jogo, a biblioteca pode se tornar necessária para o professor. O bibliotecário, como conhecedor do material disponível, é então o interlocutor mais adequado para orientar o docente, colaborar com a concepção das aulas ou pensar conjuntamente em iniciativas didáticas e culturais que proponham novas maneiras de colocar os conhecimentos escolares em jogo.

O trabalho conjunto entre professores e bibliotecários pode ser desenvolvido de múltiplas formas, pois a prática nos convida a repensar constantemente esse vínculo. Para que não seja apenas uma utopia, levando em conta que a cultura de uso da biblioteca em muitos casos está longe de ser saudável nas escolas, os bibliotecários costumam fazer um trabalho constante de persuasão e convite aos professores para que eles reconheçam o potencial da biblioteca e da aliança com seu responsável para enriquecer sua tarefa pedagógica. Outras vezes acontece o contrário, já que há escolas em que esse trabalho constante de persuasão parte dos professores para os bibliotecários cuja visão da tarefa se inclina mais para outros modelos, técnicos por exemplo, ou que não

tomam partido de uma biblioteca fortemente ligada à escola como um todo.

Quando é o bibliotecário quem tem a iniciativa de gerar laços, essa tarefa de formação entre colegas de uma mesma instituição se torna muito mais fácil se a direção influenciar pedagogicamente para que os professores vão se apropriando da necessidade de usar a biblioteca na preparação de seus planos e aulas. Se isso não acontecer, essas iniciativas podem ser deixadas à boa vontade de professores e bibliotecários.

Que a biblioteca escolar se torne um lugar necessário e familiar para as práticas pedagógicas e culturais de uma escola pode deixar de ser uma expressão de desejos e tornar-se parte substancial da vida escolar se todos se envolverem e sentirem que é uma questão do conjunto da escola.





Pode o subalterno falar?*

Literatura latino-americana na era pós-colonial

SARAH BERTRAND | TRADUÇÃO CÍCERO OLIVEIRA

N

ão é difícil escrever, repito para meus alunos sempre que posso; para fazê-lo é preciso ter algo a dizer — e dizer. Parece fácil e categórico, e de certo modo é, mas como se sabe, o caminho é longo e muitos se rendem, porque para escrever é necessário perseverar: as dúvidas corroem, as inseguranças se alastram como ervas daninhas e as perguntas “por quê?”, “para quê?” desabam vez ou outra. Urgência versus necessidade, um dilema que povoa nossas mentes e lembram aquela anedota de Aurora Bernárdez, viúva e executora testamentária de Julio Cortázar, que, ao reler suas cartas e documentos, encontrou uma entrevista com a seguinte pergunta:

“Sr. Cortázar, se um jovem latino-americano lhe dissesse ‘Quero ser escritor, aconselhe-me o que devo fazer’, o que o senhor diria?”

* Pergunta retirada do ensaio homônimo de Gayati Spivak.

Ao que Cortázar respondeu:

“Tal como os mestres zen, tentaria quebrar uma cadeira na cabeça dele”.

A resposta é maravilhosa. A cada dúvida, uma cadeirada!

Não pergunte, escreva!

Isso também vale para editores, ilustradores e todos nós que trabalhamos no mundo do livro quando queremos saber quão urgente e necessário é a obra que estamos prestes a lançar neste mundo rarefeito e delirante, que ainda acredita que a guerra pode ser um meio para conseguir algo além da miséria, isto é, depois de décadas lendo relatos e testemunhos do horror que as guerras mundiais, revoluções, holocaustos e expurgos nos deram, continuamos acreditando que a violência objetiva e perfeitamente notável pode trazer algo mais do que trauma e dores? O problema é o ciclo infinito de estupidez, como escreveu Nell Leyshon, pois continuamos ignorando as lições da história. Pensamos que os livros seriam suficientes para transformar essa história, seus relatos anônimos, testemunhos de pessoas comuns, em consciência de horror coletivo, que se transformariam não somente em memória de todos, mas em sentidos comuns,

pensamos: as letras existem, as vozes, as línguas

dissemos: está escrito, está dito, sabe-se!

No entanto, os últimos anos vividos entre pandemia, confinamento e, agora por último, guerra, nos lembram o quão longe estamos de fazer com que as pessoas estejam preparadas para escutar, pois como adverte Gayatri Spivak, isso “não é determinado pela argumentação (...) somente a educação em ciências humanas constitui um método coletivo e de longo prazo para fazer as pessoas escutarem”. Duvidamos, contudo. A educação nunca está entre as prioridades de qualquer revolução, exceto pelas alegações que os próprios estudantes levantam a cada tantas primaveras,

a demanda para melhorá-la sempre fica de lado, como um parente pobre que ignoramos de tão carente que nos parece.

E aqui seria conveniente levarmos uma bela cadeirada e resistir.

Porque a militância com a palavra é de longo prazo e é preciso perseverar.

Leva tempo para um livro chegar aos seus leitores, uma série de eventos propícios são necessários para que esse projeto de escrita se transforme num objeto palpável.

Detenhamo-nos um momento: o que restou daquele livro de que tanto gostamos? Podemos resumir seu argumento, mas há algo inexplicável, um certo tremor ou vibração que nasce como resposta a uma contingência ou aventura espiritual que nos seduz, porque somos alterações que atravessam o ar, marcamos um ritmo desde o momento em que nascemos.

Nossa forma de nos expressarmos é a nossa música, contamos o mundo com uma determinada cadência, e esses livros que lembramos com emoção, também são livros estranhos e curiosos, escritos apenas com o fervor daquilo que é necessário. Uma pulsão que não atende a razões senão as da necessidade de dizer. Não existe outro porquê.

E cito Inger Christensen, em seu poema “Alfabeto”:

*Pense como pensam as gotas
de chuva, pense como um espelho (...)*

*veja o quão banal
que no menor grão de areia
uma engenhosa vida
fóssil encerrada
descansa depois da viagem; veja só
com que tranquilidade avança
o enxame dos começos
do mar primevo; veja só*

*a simplicidade de um signo
em que como um ser*

*se reflita
a verdade; veja só
que verdade, clemente; deixe
estar as coisas; junte
as palavras, mas deixe
estar as coisas; veja
com que facilidade
encontram refúgio”.¹*

Falamos desse tipo de refúgio quando falamos de livros,
de leitores, quando falamos de criação no sentido mais amplo
da palavra.

Construímos a nós mesmos no relato toda vez que dizemos “eu sou”, “eu fui”, “eu fiz”; entre a gravidade e a graça, participamos do ato do discurso, narrar nossa vida torna-se tão necessário quanto a própria vida. E morremos cada vez que deixamos de fazer isso, quando nossa história se transforma numa cadeia de sobrevivência, dia após dia; quando o tempo parece se eternizar e não existe anseio nem narrativa que nos leve mais longe, essa ausência de gravidade do saber que estamos aqui e agora, neste tempo, nesta era, seres chamados a uma compreensão do sagrado e do divino, dos mistérios que cercam nossa existência e que renovam nossas perguntas.

Quem somos? O que sentimos? O que fazemos? Quando nos aproximamos da escuridão para encontrar alguma sabedoria, quando deixamos que o mistério do mar, das auroras boreais, do universo enorme, nos rodeie e nos conduza a novas rotas.

Que diálogo herdaremos das eras por vir?

Nossa memória individual, assim como a coletiva, conserva essa oscilação, alterações que deixamos sentir, desejos de uma humanidade que aprende a cacetadas, que chega ao século XXI entendendo pouco, escutando menos ainda.

1. CHRISTENSEN, Inger. Fragmento 12. In: *Alfabet/Alfabeto* (Edição bilingue). Tradução de Francisco J. Uriz. México: Editorial Sexto Piso, 2014, p. 97-98, versão para o português nossa.

E aqui estamos nós: habitando um continente demasiado jovem, obrigado a amadurecer subitamente, como escreveu Gabriela Mistral, porque “nascemos monstruosamente, como não nascem as raças; sem infância, em plena puberdade e dando, do índio ao europeu, o salto que descalabra e quebra os ossos”. Não tivemos a oportunidade de construir uma modernidade, nós a herdamos à força, nos foi imposto o sujeito-tema ocidental e fomos socializados nessa cultura, a que nos colonizou e nessa mesma cultura socializamos nossas meninas e meninos, nessa mesma economia e política que jogamos nossas vidas. Adoraria dizer que tivemos a chance de guilhotinar o rei como nossos colonizadores, matar o pai figurativamente falando é um passo importantíssimo na trama psicológica de qualquer ser humano ou sociedade, mas nenhum dos dois.

Chegamos atrasados para isso também. E o relato continuou enchendo conversas e a ênfase que o primeiro mundo sustenta, como se tivéssemos a oportunidade de debater no mesmo tempo nível, como se nossos problemas fossem problemas deles, como se não existissem nuances.

Como as narrativas históricas são negociadas? Se considerarmos a possibilidade de reescrever a nossa levando em conta as diferenças, todas elas – raças, culturas, cosmogonias, crenças, relação com o mundo animal e natural –, como começaríamos sem nos apropriarmos de uma história que até hoje desconhecemos? Estamos conscientes da distância que separa o relato de uma mulher ocidentalizada por esse processo colonizador que começou há duzentos anos e uma mulher talvez escrava, talvez indígena, talvez negra, que a mesma narrativa anulou e considerou inexistente como cidadã, sujeito de direitos?

Não é trivial que nós todos, latinos, perguntemos isso aqui e agora. É necessário que paremos para pensar em nossas diferenças e semelhanças, porque as problemáticas pós-coloniais que hoje nos convocam têm a ver com esse outro, aqueles que se localizaram à margem e foram despojados de direitos – como reunir

essas histórias? Em que momento elas se separam? Tomemos como exemplo a linguagem, algo tão básico e que nos é oferecido naturalmente ao nascer, de que forma categórica ela nos situa em universos tão distintos. Ênfase, cadências, palavras, pontos de quebra – como entendo seu relato se não conheço a complexidade de suas alterações? Pensemos quão clara e enfaticamente um livro permite entrar nessas voltas e reviravoltas, como essa história que escuto permite que eu me coloque no lugar do outro, do diferente de mim, pensar algo impensado.

Estamos diante desse desafio porque meninas, meninos, adolescentes e jovens crescem, desenvolver e tentam encontrar seu lugar no mundo e a imensa maioria delas/deles fazem isso, precisamente, guiados pela tecnologia. Nos aparatos tecnológicos que adolescentes e jovens usam com destreza, eles encontram resposta para quase todas as suas inquietudes, nunca antes a autoeducação esteve tão à mão, existe informação sobre quase tudo, quantidades de fatos, cifras, citações e inúmeros resumos dos resumos, o que leva muitas vezes a esse “historicismo” sobre o qual Frederic Jameson adverte, isto é, à incapacidade de ler a história, de traduzir os feitos do passado e estabelecer suas relações com o presente, porque apenas algumas peças foram coletadas, dois ou três dados, ao ritmo dos modismos ou circunstâncias, e o resultado é uma versão comercial e negligenciada da realidade, que nada tem a ver com as complexidades de cada era ou personagem. A era da informação está criando permanentemente adolescentes e jovens que pouco ou nada sabem, que entendem uma parte mínima daquilo que leem e, o que é mais complexo, que desconhecem a dimensão de sua própria ignorância, ou, em outras palavras, a carência de seus saberes e esse é o maior perigo que implica ser jovem hoje, ficar preso nas redes de informação sem possibilidade de levantar o olhar e conduzir esses dados e citações para uma reflexão crítica, uma busca da sabedoria que os conecte com as gerações anteriores sem depreciar tudo que elas representam ou com que dialogam.

É um desafio para nossa sociedade como um todo, nosso continente, pois o que queremos que aquele que aprende, aquele que lê, escute? Que ele é único e, ao mesmo tempo, igual aos seus semelhantes, que as diferenças ou motivos de orgulho, como Natalia Ginzburg os chamou, não estão dados pelo nascimento ou em sua condição humana, mas pela capacidade que eles desenvolvem de admirar a beleza que esconde a diferença e protegê-la como um bem.

Mas é difícil olhar no espelho enquanto mantivermos nossos olhos ao outro do outro lado do mundo, num espaço físico e cultural tão diferente do nosso, e pior, se o assumirmos como mandato, pensar que *esses* são os temas que nos convocam, que *esses* são os nossos conflitos, e aceitarmos sua literatura e seus livros, e produzirmos nossas narrativas, nossas explicações históricas como eco desse preceito, anulando a possibilidade de aproximar o olhar de nossas origens, de nossas fricções, dos pontos de incômodo que cada povo latino-americano tem como dívida, pois mal paramos para perguntar quem somos? que fazemos? o que queremos?

Qual é a índole de um mundo global? O que significa para nós, habitantes do terceiro mundo pós-colonial, pertencer a esta era? De que forma dialogamos com nós mesmos e como esse diálogo se reflete em nossos livros?

De repente, este balão que gira em nossos computadores começou a estalar, nesse espaço de todos, mas que ninguém habita, onde as transações podem ser feitas em várias línguas, várias moedas, onde não importa em que lugar eu more, porque estabeleço laços com cidadãos que rodam do outro lado dessa esfera e sentimos uma sensação de abertura, de grandeza, a tecnologia nos oferece esse mundo instantaneamente, e eu sou esse cidadão global e, no entanto, nossa alteração, nossa alteridade, pertence a um espaço definido e bastante concreto, e muitas vezes explode na nossa cara como um petardo quando entendemos que quanto mais conectado nosso mundo estiver, mais óbvias e ameaçadoras se tornarão nossas diferenças.

A aldeia global é, por fim, um mundinho em que nos olhamos com desconfiança e não hesitamos em baixar as persianas, trancar a porta ou bloquear aqueles que gritam.

Nos conectarmos deve ser isso: “nos emocionarmos”,
sentir mais,
olhar mais,
escutar mais.

Dar espaço aos nossos sentidos para compreender o lugar que habitamos, para que essas diferenças que nos tornam complexos se transformem em caminhos de buscas.

Gosto de pensar nas bibliotecas como territórios, como o globo que gira em nosso computador, mas mais amável, mais audível, porque efetivamente se move entre culturas, espaços físicos e mentais, e cada viagem que um livro propõe, suas perguntas, são percorridos sem medo, e isso deveria ser um desafio, não? Que nossa literatura deixasse de temer seus próprios relatos, suas origens, que reconhecesse essa história marcada por uma violência que quebrou os ossos e que ficou inscrita como trauma, mas sabemos que as feridas também podem ser narradas e precisam ser, porque embora não possamos revertê-la ou apagá-la, podemos voltar a contá-la com todas as suas nuances, podemos fazer com que essa história nos pertença e não anule aqueles e aquelas que, por uma razão ou outra, foram deixados à margem.







Ficha técnica

Editora responsável

Dolores Prades

Comissão editorial

Belisa Monteiro, Carolina Fedatto,
Cícero Oliveira, Dora Bataglin,
Mayumi Okuyama, Renata Herondina

Projeto gráfico e diagramação

Mayumi Okuyama

Ilustrações

Angelo Abu

Capa: Capa de *Vozes Anoitecidas* de
Mia Couto Ed., Cia das Letras (2016)

Colaboradores desta edição

Ana Carolina Carvalho
Bruno Souza
Carolina Fedatto
Cecília Bajour
Cícero Oliveira
Diana Navas
Jorge Larrosa
Yann-Hervé Martin
Sara Bertrand
Wander Piroli

Preparação e revisão

Cícero Oliveira

Cadernos Emília –

Publicação on-line periódica

Ano 4 – Nº8 – 2022

Os *Cadernos Emília* são dedicados a divulgação de textos, resenhas, artigos e entrevistas sobre aspectos das áreas culturais e sociais.

Instituto Emília

emilia.org.br/categoria_do_selo/cadernos-emilia

Av. Angélica 551/cj. 8 – 01227-000 SP

Fone: (55) 11 96578.5253

Contato: editorial@revistaemilia.com.br

ISSN 2595-4342





emilia.org.br